

ATA Nº11/2023

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, no teatro Miguel Franco, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e um membros que a compõem estiveram presentes os seguintes deputados:

1. Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa;
2. Adriano Barreiro Neto;
3. António Ferreira Pereira de Melo;
4. António Lacerda Sales;
5. Artur Rogério de Jesus Santos;
6. Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra;
7. Céline Moreira Gaspar;
8. Cristiana Duarte Pinto;
9. Eugénia Maria de Jesus Costa;
10. Fernando Paulo Mateus Elias;
11. Helena Cristina da Fonseca Brites;
12. Hugo Miguel Heleno Morgado;
13. Joana Maria de Brito Cartaxo;
14. José Artur das Neves Ferreira;
15. José Carlos Matias Filipe;
16. José da Silva Alves;
17. José Manuel da Cunha;
18. Júlio Paulo Videira de Jesus;
19. Luís Manuel Coelho Prata;
20. Luís Paulo Pereira Fernandes;
21. Manuel António Azenha dos Santos Pereira;
22. Manuel Carreira Bernardes da Cruz;
23. Maria Alexandra Faria Fernandes Silva Seródio;
24. Mário de Sousa Gomes;
25. Mário João Ley Garcia;
26. Mário Rodrigues;

27. Marta Sofia Sampaio de Sousa Violante;
28. Nelson Manuel Carreira Ferreira;
29. Oriana Cláudia Ferreira Cristóvão;
30. Paula Cristina Pires Marques Jorge;
31. Paulo Alexandre Jesus Clemente;
32. Paulo Pedrosa Pedro;
33. Pedro António Amado da Assunção;
34. Raul Testa Fortunato Faustino;
35. Renato José dos Santos Cruz;
36. Sandro Miguel Monteiro Ferreira;
37. Sofia da Silva Francisco;
38. Telmo Filipe Moreira Marques;
39. Tiago Manuel Pereira dos Santos;
40. Tiago Miguel Gago dos Santos;
41. Vítor Manuel Casimiro Matos.

Estiveram presentes os seguintes **membros do executivo**:

- Álvaro José Madureira;
- Ana Margarida Félix Valentim;
- Anabela Fernandes Graça;
- Branca da Conceição Oliveira e Silva Meireles de Matos;
- Carlos Jorge Pedro Simões Palheira;
- Daniel Rodrigues Marques;
- Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes;
- Luís Manuel da Silva Almeida Lopes;
- Ricardo de Jesus Gomes;
- Ricardo Miguel Faustino dos Santos.

Os seguintes deputados municipais solicitaram a sua **substituição**:

- Abel de Oliveira Vieira, substituído por Claudia Alexandra Machado Santos da Silva;
- Alexandra Cristina Pinheiro Carvalho, substituída por Carlos António Pinheiro Francisco e Silva;
- Carlos Alberto Garcia Poço, substituído por Hilário Pereira Estrada;
- João Paulo Lavos de Moraes, substituído por Cristina Pinheiro Marques Lopes;
- Maria Margarida Guarda Verdades de Sá, substituído por Olga Sofia Gomes Marques;
- Susana Margarida Martins Sequeira Bertão, substituída por Rui Alexandre Pereira Lebreiro;
- Telma Carreira Curado, substituída por Ricardo José Cordeiro Abreu;

- Tiago António Leal Duarte, substituído por Emanuel Barbeiro.

Faltou o senhor deputado Carlos António Pinheiro Francisco e Silva (convocado em substituição da senhora deputada Alexandra Cristina Pinheiro Carvalho (PSD)) e o senhor deputado Fábio Micael Costa Bernardino.

Faltou a senhora Vereadora Ana Catarina de Moura Louro.

A sessão foi presidida por **António Lacerda Sales, Presidente da Assembleia Municipal**, e secretariada por **José da Silva Alves, 1.º Secretário da Mesa**, e **Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra, 2.ª Secretária da Mesa**.

Havendo “quórum”, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram **21h05** horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

- 1. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**
- 2. Documentos Previsionais:**
 - 2.1. Orçamento para o ano de 2024** - Apreciação, discussão e votação;
 - 2.2. Demonstrações Orçamentais Previsionais 2024-2028. Demonstrações Financeiras Previsionais, Mapa de Pessoal, Plano de Formação, Perfis de Competências e Relatório da Proposta de Orçamento dos SMAS de Leiria para 2024** – Apreciação, discussão e votação;
 - 2.3. Plano de Atividades e Orçamento para 2024 do Teatro José Lúcio da Silva** - Apreciação, discussão e votação;
- 3. Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Leiria e o Teatro José Lúcio da Silva-2024** - Apreciação, discussão e votação;
- 4. XIX Modificação ao Orçamento Municipal de 2023** - Apreciação, discussão e votação;
- 5. 18.ª Modificação ao Orçamento e Grandes Opções e Grandes Opções do Plano SMAS Leiria** - Apreciação, discussão e votação;
- 6. Relatório anual de execução da delegação de competências no âmbito dos acordos de execução e contratos interadministrativos – 2022** - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** a todos cumprimentou e deu início à sessão.

Intervenção do senhor **Presidente da Assembleia Municipal**

Transcrição:

"Ainda antes de iniciarmos o nosso período antes do "Período de Antes da Ordem do Dia" havia 2 pré-anúncios que eu gostaria de fazer. Um, como também já verificaram, temos ali alguns bolos do lado direito, é uma oferta de uma família afegã que se encontra a residir em Leiria e que tem uma banca no Leiria Natal, enfim, eu acho que é uma forma de dar a conhecer, muito bem, é uma forma, de facto, de dar a conhecer as especialidades afegãs e também agradecer ao Município a forma como têm sido acompanhados e como têm sido recebidos, portanto, vão-se servindo à medida que, de facto, entenderem, provavelmente a sessão vai ser longa e vai ser muito útil. Depois, gostaria também ainda antes destes pré-anúncios de fazer menção a munícipe, a munícipe Sara Gabriel Pereira Francisco que pediu uma intervenção natalícia em memória das crianças vítimas de fome e de guerra em todo o mundo. Eu quero dizer que houve um desencontro de e-mails do que é o período regimental para aceitação, mas dado o conteúdo e dado o contexto, e com certeza que todos estarão de acordo, eu aceitei este, este, este pedido e até agradecia este pedido e, portanto, desde já vamos dar a possibilidade à Sara Gabriel Pereira Francisco e, enfim, à restante composição do grupo que vem com a Sara Gabriel para, para poder, para poder tomar da palavra. Faz favor, Sara Gabriel.

Intervenção da munícipe **Sara Gabriela Pereira Francisco** – Intervenção Natalícia em memória das crianças vítimas da fome e da guerra em todo o mundo.

Transcrição:

"Então muito boa noite, exmo. Presidente, exmos. senhores e senhoras presentes agradecemos a presença de todos e nesta época festiva não podemos esquecer que quem não tem oportunidade em poder comemorar em família ou na sua casa com a abundância de comida que a quadra natalícia costuma trazer. A pior coisa do mundo é ver o olhar triste de crianças e jovens devido à fome e miséria causadas pelas variadas guerras e conflitos por todo o mundo sem qualquer sentido e comandadas por homens rígidos de coração empedernido e impiedosos impelidos pela ganância. Queria um mundo sem fome e sem doenças incuráveis, sem falsidade, um mundo em que todos pudessem ser chamados de irmãos e se ajudassem de verdade. Enquanto existir uma criança passando fome, medo e sendo maltratada é sinal que a humanidade ainda não aprendeu a amar, a lágrima de uma criança traumatizada pesa mais do que o mundo inteiro, que a paz retorne ao mundo de forma arrebatadora e para sempre. Segure a mão da criança que existe em você pois para ela nada é impossível, seja criativo, invente novos mundos e reserve o melhor deles para as crianças. Podemos ser o que quisermos quando crescermos, mas para já crianças sejam felizes e brinquem muito, orientem o voo das crianças para que elas se encontrem a direção

certa. Vou-vos pedir apenas um minuto de silêncio em consideração a todas as crianças neste momento que estão a passar muito mal.

Muito obrigada. Vamos-vos deixar com um minuto de música, de violino de uma criança. Queríamos desejar um Feliz Natal a todos os jovens, adolescentes, a todas as famílias e a todos os nossos governantes, um feliz 2024 para todos."

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referiu os senhores deputados que solicitaram a sua substituição na sessão e enumerou os seus substitutos. Continuando a sua intervenção mencionou o envio por parte da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa de uma deliberação sobre a localização do novo centro de saúde.

Mencionou também o envio por parte da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira da Moção "Melhoria de acesso aos cuidados primários de saúde"

Por último, referiu uma comunicação da Associação Nacional das Associações Municipais (ANAM) relativa às senhas de presença dos eleitos locais.

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** mencionou ainda a eventual apreciação, discussão e votação de pontos não agendados no final da ordem de trabalhos questionando os senhores deputados se concordavam com a sua inclusão. Foi aceite por unanimidade a inclusão dos pontos na ordem de trabalhos da presente sessão.

P senhor Presidente solicitou ao senhor 1º Secretário que prestasse algumas informações relativamente aos assuntos anteriormente mencionados, nomeadamente as comunicações remetidas pelas Assembleias de Freguesia e pela ANAM.

Intervenção do senhor 1º Secretário da Mesa – Dr. José Alves

Transcrição:

"Boa noite a todos.

O primeiro ponto do Souto, da União de Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa refere-se efetivamente à situação do novo centro de saúde e a proposta da Assembleia de Freguesia é que seja em terrenos do Eng.º Pedro Faria, situados na estrada, próximo da estrada 109, ali próximo entre Várzeas, Picoto e Arroiteia. É extenso, tem uma ata com várias posições tomadas pelos respetivos membros, mas o essencial da deliberação da Assembleia de Freguesia é esse.

Quanto a Monte Redondo e Carreira, o que se diz é que a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira delibera manifestar a sua preocupação pela degradação da capacidade assistencial das unidades de saúde do concelho de Leiria e da unidade de Monte Redondo em particular, solidarizar-se com a população do concelho de Leiria, com os fregueses da União de Freguesias na justa exigência ao direito de ter médico

de família, que haja a transposição o mais rapidamente possível das USF tipo A para USF tipo B, que o novo modelo de organização integrada de cuidados, leia-se unidades locais de saúde, possa rapidamente permitir um acesso mais justo e socialmente aceitável dos utentes aos cuidados primários de saúde, mandar o Executivo da União das Freguesias etc. para continuar a encetar todos os esforços com os responsáveis do ACES's Pinhal Litoral, do Ministério da Saúde e Diretor Executivo do SNS com o objetivo de serem encontradas as soluções que garantam a melhor cobertura possível para todos os utentes inscritos nos centros de saúde do concelho de Leiria, enviar esta moção a vários, para várias entidades entre as quais a Assembleia Municipal de Leiria.

Da ANAM recebemos uma informação que, enfim, resulta da lei. No âmbito da discussão do Orçamento do Estado para 2024 foi apresentada pelo grupo parlamentar do Partido Socialista a proposta de lei que viria a ser aprovada no passado dia 28 de novembro na Assembleia da República que alterou o artigo 10º, nº 1 da Lei 29/87, de 30 de junho com a seguinte redação:

- Artigo 10º - Os eleitos locais que não se encontrem em regime de permanência ou de meio tempo têm direito a uma senha de presença por cada reunião das sessões ordinárias ou extraordinárias do respetivo órgão e das comissões a que compareçam e participem.”*

A alteração, que teve a votação a favor dos partidos PS, PSD e PAN e a abstenção do CH, IL, PCP, BE e L, terá um impacto significativo na organização das Assembleias Municipais, apagando o “Despacho Junqueiro”, de 2010, que era extraordinariamente limitador da democracia municipal. Fica, assim, alcançado, com a entrada em vigor em 01 de janeiro de 2024, um dos objetivos da Associação Nacional de Assembleias Municipais.

Como sabem era discutível se as senhas de presença eram por sessão ou por reunião, portanto, uma sessão pode desdobrar-se em várias reuniões, quando não acaba, por exemplo, num dia terá, terá de se acabar nos 5 dias seguintes e, portanto, passa a haver senhas de presença por reunião e não por sessão assim como nas comissões também se elimina qualquer dúvida a esse respeito, isto entra em vigor em 1 de janeiro.”

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** comunicou que a Assembleia Municipal recebeu várias inscrições de munícipes começando por lhes dar a palavra.

Munícipe Guiomar Diamantina Silva

Transcrição:

“Muito boa noite, senhor Presidente, primeiramente, senhores deputados, senhores vereadores aqui presente.

Eu encontro-me aqui porque neste momento no bairro social da integração está-se a viver uma situação ao qual não haveria de estarmos a viver porque houve uma ajuda que veio

da União Europeia de 600 mil e não sei quantos, segundo a placa que foi colocada no bairro, para restauração e renovação de casas já lá existentes nesse lugar. O que é que aconteceu? Segundo eu posso afirmar e posso mostrar a quem quiser aquilo foi uma máscara perfeita, muito bem delineada, o problema é que as pinturas foram feitas com pinturas dos chineses porque neste momento estão a derreter com a chuva. A água entra nas casas como se fosse cascatas destruindo todos os meus eletrodomésticos, ao qual eu agradeço ao senhor Presidente aqui presente e à senhora vereadora, que nós entramos na câmara, os prejudicados, e fomos pedir socorro e nesse momento o senhor Presidente disponibilizou-se logo, a senhora vereadora, mas eu acho que isto era uma situação desnecessária porque a obra ainda nem sequer tem 5 anos e nós estamos-nos a queixar desde que para lá entrámos. Não havia necessidade de acontecer um incidente tão grande que os senhores que estão aqui presentes não estão sequer a ver o que se passou naquele lugar, era crianças aos gritos, era nós adultos sem saber o que conseguíamos fazer porque das lâmpadas saía cascatas de água, das lâmpadas, para cima dos eletrodomésticos, para cima de móveis, para cima de crianças, todas as pessoas que estavam naquela casa acabamos todos molhados porque a água era uma coisa incrível, eu não tenho descrição para aquilo, quer dizer, na rua não estava tão perigoso como estava dentro de casa, era horrível, mas quando eu entrei com as imagens e mostrei ao senhor Presidente, como já disse que ele entreviu, mas eu quero-vos dizer que isso não chega, não basta porque eu estou a viver num aquário, eu sinto-me como um peixe, as paredes da minha casa escorrem água, onde é que está, pergunto eu, onde é que está a pessoa que andou ali nas obras para assumir a responsabilidade daquilo que fizeram. Nunca tivemos em casas velhas que já tinham 40 anos, com telhas de lusalite partidas em vários lados que quando chovia somente pingava nos sítios onde havia buracos e nunca tivemos este tipo de problemas, onde é que está a responsabilidade da Ergsilva? Foi a empresa que lá esteve, que nunca tivemos entradas de águas pelas portas para dentro de casa, onde a água nos bate até ao tornozelo, é incrível. Com casas velhas nunca tivemos entradas de água na casa. Na minha casa habitamos cinco adultos e um bebé recém-nascido com um mês, neste momento tem 5 semanas o meu neto, o bebé está doente, o meu filho tem asma, está doente porque a água escorre das paredes e há bolor por todo o lado. Eu, não vou nomear aqui as minhas enfermidades, não vale a pena, são muitas. Estamos a sofrer porque estamos a dormir em quartos a escorrer água por completo as paredes, não precisa de estar a chover, isto é incrível. A água é tanta no forro do teto entre o telhado e entre a parte de pladur, deve estar nas fibras, que quando faz um bocadinho de sol parece que está a chover dentro de casa, está incrível. O teto do quarto do meu filho está a cair. Estou farta de pedir socorro, não vejo socorro em lado nenhum, onde é que está a garantia dos 5 anos da obra? Onde é que está os 600 mil? Se



o teto da casa que eu estou a habitar neste momento, o aquário que eu estou a habitar tinha 3 buracos na parte onde é o quarto do meu filho, nós não somos gatos, não andamos em cima dos telhados, eu principalmente que sou uma elegância, nunca conseguiria andar em cima de um telhado para furar o telhado. Dá para rir, né? Mas não tem nada de engraçado porque eu vou-lhe dizer, eu neste momento, peço desculpa se ofender alguém ou se eu disser alguma coisa que ofenda, mas eu não estou aqui com intenção de ofender, estou aqui com a intenção de que haja alguém responsável por isto. Os 600 e tal mil euros, onde estão? Em 18 casas? Abarracadas? Onde não foi mexido a estrutura que tinha que ser mexida do chão levantaram o chão todo, não fizeram o escoamento das águas pluviais, não fizeram a reestruturação das canalizações de esgotos, que já têm neste momento até à volta de 40 e poucos anos, não houve reestruturação de nada, houve uma pintura como eu vos disse logo desde o princípio, mas a pintura foi mal feita porque nunca houve inundações das casas e agora há, nunca tivemos escoamentos de as paredes a escorrer água e agora escorrem. Digam-me, onde é que está a qualidade da obra? Onde é que estão os engenheiros que lá andaram para dizer que muro é aquele com um metro e tal que quando chove acumula as águas na estrada? Foi criado um muro com um metro e tal, eu não vou aqui falar o que é que isso representa, mas prontos, enfim. Para vos dizer que somos 18 casas de etnia cigana, está tudo dito, o muro alto, altíssimo do qual colocaram os canos de escoamento do telhado da água das caleiras, para trás desse muro era propriedade privada, não colocassem, fizessem o escoamento das águas pluviais corretamente. Lá atrás, aquilo é terra e ervas, entope aquilo tudo e a água, ai Deus, acode-nos. Se houver ali um incêndio um camião dos bombeiros não passa lá e eu alertei, que eu fui lá visitar a obra, alertei e pedi à Proteção Civil para lá ir ver, para vocês terem a noção uma carrinha da polícia de intervenção não passou lá, teve de fazer recuar para trás. Como é que passa lá um autotanque? Estamos encurralados, estamos a viver num aquário e ninguém assume a responsabilidade de nada. Acho que não é necessário haver incidentes graves como houve desta vez para que as pessoas vejam que a obra não foi feita corretamente, eu que não sou engenheira nem estudei garanto-vos que já vi que ali não há nada de correto, nada, aquilo não tem nada de correto e vamos fazer brincadeiras, chegamos lá abrimos 3 buracos para a água escoar, acabou, ninguém mais quer saber de nada. Não pode ser assim, estamos completamente no abandono de uma obra de 600 e tal mil euros, demostrem onde estão os 600 e tal mil euros e peçam responsabilidades, porque eu já fui à Câmara pedir responsabilidades e alguém me disse assim "...ah, não, não vamos deixar esse empreiteiro de mão porque com ele não dá para conversar...", mas deu para pagar. Então? Estamos onde? Eu quero saber para onde foi o dinheiro que a gente não tem condições, estávamos com melhores condições antigamente porque a gente pegava numa

bacia e ponhamos na goteira da água e agora nem com um toldo gigante de feira por cima dos telhados a gente consegue ter escoamento das águas. Agradeço tudo o que vocês estão aqui a ouvir e peço desculpa se ofendi alguém, mas quero-vos dizer que eu não consigo viver ali porque temos quadros da luz a disparar a toda a hora. Foi feito o desligamento da água, era na parte de fora, foi feito por cima, para vocês terem uma noção, por cima dos disjuntores da luz, dentro de casa, na sala, aqueles disjuntores da luz e o fecho e abertura da água. Tem lógica? Nenhuma, por completo, automaticamente isso é ilegal e eu não estudei. Onde é que está o engenheiro responsável por isso? Ninguém aparece, ninguém quer saber.

Presidente da Assembleia Municipal – Muito obrigado, só lhe pedia que fosse breve, já ultrapassámos um bocadinho o tempo.

Vou acabar, peço desculpa, é só isto que eu quero que saibam, que está a haver algo incrível num bairro, numa sociedade atualizada e, como vocês podem ver, nós não somos pessoas fora da sociedade, estamos inseridos, eu tenho dois filhos a trabalhar como vocês trabalham, eu também já trabalhei com a Câmara num projeto para ajudar as escolas. Digam-me, se a Proteção Civil disse que a minha casa é inabitável, onde está? Peço, por favor, que alguém tome frente disto porque a minha casa pela Proteção Civil está inabitável e eu agora vou lá levar quem de direito para ir ver as condições da casa, vou lá levar um delegado de saúde porque não é possível habitar aquela casa. Peço desculpa se ofendi alguém ou se eu tratei mal alguém, agradeço a quem ouviu e muito obrigadinho.”

Munícipe Alexis Sandro Silva Miguel

Transcrição:

"Antes de mais boa noite, Exmo. Presidente. Aos senhores que estão na sala, muito boa noite.

Nesta noite, quero dirigir-me ao senhor Presidente e a quem está com um pedido de ajuda porque não interessa estar agora a referir a situação que a minha mãe acabou de referir, da inundação que sofremos e das m as obras que estão naquele bairro, porque já foi falado, não vale a pena estar a mencionar o mesmo, falo agora no meu caso. Eu vivo numa casa com 2 quartos, vivo eu, a minha esposa e três filhos, uma menina e dois meninos. Os dois meninos, neste momento, desde a inundação, estão a dormir numa sala em cima de um sofá porque não têm quarto, a casa tem apenas dois quartos e tinha uma despensa ao qual eu improvisei de quarto, despensa essa que escorre água por todo o lado, as paredes são água a escorrer a toda a hora, chova que não chova, devido às infiltrações no teto,   bolor até dizer chega e não tem uma janela que se possa abrir para entrar ar onde os meus filhos dormem. Neste momento, estão a dormir numa sala em cima de um sofá, não tenho condições para ter os meus filhos, importa referir que vivo numa casa que assim que meto

o pé na rua estou na estrada, com 3 crianças. Com um dos meus filhos, que é o mais novo, tem hiperatividade num grau muito elevado e défice de atenção, eu estou sempre com o coração nas mãos que o meu filho saia à porta e que seja atropelado pelos carros que lá passam, carros esses que a maioria das vezes são só os do bairro, mas não impede de acontecer um acidente. Outra coisa, apesar de estarmos a viver nessas condições já foi mencionado pela Proteção Civil que é impossível habitar naquela casa daquela forma e foi feito um relatório para a Câmara. Neste momento, a única coisa que eu peço é ajuda ao senhor Presidente, que possa haver uma realoção porque estou completamente integrado na sociedade, sou vigilante do Intermarché da Marinha Grande, neste caso, neste momento estou a chefe, estou completamente integrado, não há necessidade, como toda a gente sabe aqui, de haver bairros segregados apenas de ciganos. Eu estou a viver integrado e quero criar os meus filhos de forma a que se possam integrar na sociedade. Convém referir que eu para trabalhar como vigilante do Intermarché eu tive de esconder que era cigano porque a qualquer momento cigano que entra na loja mandam-me ir atrás do cigano. Se soubessem que eu era cigano eu era despedido na hora porque o Intermarché não ia querer um cigano a trabalhar lá e, neste momento, eu quero pedir ajuda, a realoção num bairro de ciganos e não ciganos, sem segregação, porque não tenho hipótese nenhuma de criar os meus filhos a criar da maneira que estou a criar, a dormir em cima de um sofá, numa sala sem condições algumas e num bairro apenas de ciganos, o que é que vão ser os meus filhos mais tarde? Vão ter que andar a esconder aquilo que são como o pai esconde? Eu peço neste sentido ajuda ao senhor Presidente e agradeço muito a oportunidade.”

Munícipe Filipe Silva

Transcrição:

“Boa noite, Exmo. senhor Presidente da Assembleia, chamo-me Filipe Silva e na qualidade de representação da Comissão quero na sua pessoa cumprimentar todos os presentes. Esta comissão é composta por cidadãos e por empresas. 19 de novembro de 2018, cinco vítimas mortais em Borba, período de 2010 a 2015, várias vítimas mortais no troço do IC 2 entre Leiria e o Barracão. O que é que estas duas situações têm em comum? A apatia, a inércia e o desinteresse das instituições públicas com responsabilidades nas respetivas áreas de ação que culminaram com a morte de pessoas inocentes. Corremos o risco de repetir esta tragédia dentro do nosso concelho de Leiria. A curto prazo, se nada for feito isso pode estar a acontecer junto às nossas casas. Vive a freguesia das Colmeias, a sua população, desde há algumas décadas, o ambiente total de respeito por parte das empresas que atuam na área da extração, transformação e comercialização de argilas, a freguesia das Colmeias é reconhecida precisamente por esta atividade. Apesar do esforço das populações junto da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, o problema persiste sem



qualquer solução e sob um ambiente de total impunidade das empresas que provocam a destruição das infraestruturas que foram construídas com dinheiros públicos provenientes dos nossos impostos, a distribuição de, a destruição de flora e fauna protegidas, a invasão e a exploração em terrenos privados sem conhecimento dos proprietários, roubo, portanto, ameaças à integridade física da população, a criação de poluição ambiental sonora, despejo de lamas, emissão de poeiras, a circulação de viaturas de forma ilegal, viaturas industriais em vias públicas provocam a desertificação e o abandono da população, só para vocês terem uma ideia nenhum dos meus amigos da escola primária vive no Barracão porque pura e simplesmente preferiram sair de uma zona sem qualquer tipo de qualidade. Até onde é necessário ir esta situação? Até quando é que teremos atitudes firmes e determinadas das entidades oficiais? Quanto mais tempo irá passar até haver um acidente com mortos? Fotografem, filme, chamem as autoridades são as respostas que temos obtido nas diversas reuniões que temos tido ao longo destes anos. É pedido ao povo para se substituir à responsabilidade das instituições que foram "elegidas" através de eleições para as representar. Existem situações de pessoas que foram vítimas de ameaças físicas, eu próprio fui ameaça, após fazerem queixa, fotografarem ou filmarem em situações ilegais, está aqui em causa a segurança e os direitos das pessoas, temos situações onde a GNR se recusa a intervir perante o nome e o poder de algumas empresas de extração de argilas, estão a passar para as pessoas e para as populações a responsabilidade das instituições, mas o problema não fica por aqui, o problema vai piorar, em especial para a povoação do Barracão e de Agodim. Após conhecimento por parte da população do pedido de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa na zona do Cabeço por parte da empresa Adelino Duarte da Mota, a população reuniu a 9 de agosto para obter informações do que é que iria acontecer na freguesia. A 4 de setembro voltou a reunir em maior número para tentar chamar a atenção para este problema. Até ao início de setembro, dia 11, decorreu uma consulta pública com os seguintes resultados: 52 participações, 51 delas discordantes, 1 discordante por sugestão, 49 participações de particulares, 1 participação da União de Freguesias de Colmeias e Memória, 1 participação de duas empresas de eventos, 1 participação desta comissão que eu represento desta, desta, para além destas participações decorreu um abaixo-assinado com mil assinaturas, um segundo abaixo-assinado com 420 assinaturas e uma petição pública de que assinaram 1498 pessoas numa freguesia que tem 3 mil e poucos habitantes. Não foram apresentadas quaisquer participações concordantes, não foi apresentada participação por parte da Câmara Municipal de Leiria. O que é mais necessário para ouvir a voz do povo? No dia 7 de setembro foi informada a Câmara Municipal dos desenvolvimentos em curso, da constituição da comissão de habitantes e decidiu a comissão solicitar com caráter de urgência uma reunião na Câmara Municipal de

*Leiria. Após várias insistências e na ausência de resposta foi reforçado o pedido de reunião a 7 de novembro, pedido este que continua sem resposta por parte da Câmara Municipal de Leiria. Que fique bem claro, esta comissão não é contra o desenvolvimento económico e o direito ao trabalho, eu próprio tenho duas empresas, sei o que é que é pagar impostos, pagar ordenados e contribuir para o desenvolvimento da, da economia, por isso, nós não estamos contra as empresas, não é contra o direito ao desenvolvimento das atividades económicas desenvolvidas pelas empresas extratoras. Esta comissão é contra sim, a injustiça e o poder e o abuso de poder por parte das empresas extratoras, contra a impunidade perante crimes e a apatia das instituições que representam a população, é contra a falta de respeito para com as pessoas, é contra o atentado às infraestruturas públicas e ao património privado da população, é contra os atentados ambientais, é contra a insegurança, é contra a perda de direitos, de qualidade de vida e condições de saúde impostas à população. Defendemos a regulação da atividade empresarial das empresas extratoras de argilas e a sua relação com as populações, exigimos o apoio da Câmara Municipal de Leiria à Junta de Freguesia na gestão deste problema, exigimos que a Câmara Municipal de Leiria tome iniciativas firmes para promover o diálogo necessário para encontrar soluções que defendam os interesses dos eleitores, da população em geral, exigimos a replantação e preservação das florestas prevista nas autorizações de exploração e que não são executadas, as empresas extraem aquilo que é de todos nós, que são os recursos naturais deste país, e não executam as contrapartidas, exigimos a criação de infraestruturas necessárias para a coexistência pacífica entre os interesses da população salvaguardando os seus direitos e a atividade empresarial das empresas extratores. Assim, não se revê esta comissão na ausência de respostas por parte da Câmara Municipal de Leiria perante os seus pedidos de informação e da reunião para que possamos ser ouvidos e fazer parte da solução para este problema, na imputação à população de ações fiscalizadoras da atividade diária destas empresas e que são responsabilidade das respetivas instituições, não se revê na negociação direta por parte da população com as empresas extratoras de medidas de regulação da sua atividade e de alterações à atividade nos moldes atuais, na incapacidade das instituições encontrarem em Leiria soluções que viabilizem uma relação equilibrada e justa entre a população e as entidades económicas, soluções essas que foi possível encontrar noutros locais do país. Assim, o equilíbrio entre a qualidade de vida e os direitos da população e os interesses económicos é possível. A 26 de outubro de 2014, eu e um conjunto de pessoas formámos um grupo que após a apatia das instituições da população **(Presidente da Assembleia Municipal - senhor Filipe, pedia-lhe que fosse breve, já ultrapassou o tempo, muito obrigado)** estou mesmo a acabar, em 2014 promovemos uma marcha lenta no IC2 que culminou com obras em*

2015, De 2015 até hoje não houve mais uma vítima mortal no troço intervencionado, o que nós queremos dizer com isto é que o povo terá que voltar a fazer o mesmo, terá que voltar a ir para o terreno, terá que ir para a luta porque pelos vistos as nossas instituições não nos, não nos representam. Ao fim de mais de 15 anos de luta da população do Barracão, de Agodim na ausência de qualquer tipo de soluções a vontade do povo é de alterar a sua forma de participar neste processo exigindo às instituições que foram eleitas pelos seus votos que assumam responsabilidades e que sejam efetivamente representação do povo. Na continuidade da ausência de intervenção ativa por parte da Câmara Municipal, e acima de tudo na sua ausência de propostas, iremos fazer ouvir a nossa voz de forma ativa. Apelamos que a Câmara Municipal de Leiria apresente as ações em curso e que reúna com quem em nome da população deseja ir trabalhar para encontrar soluções urgentes criando uma agência, uma agenda e ações concretas. Acreditamos que com a boa vontade da Câmara e da Junta de freguesia é possível encontrar soluções.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Muito boa noite a todos. Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia cumprimentava todos os elementos e o público também que está a assistir quer localmente, quer em casa através da internet.

Só deixar aqui também algumas informações relativamente às intervenções nos bairros sociais, eu gostava que depois pudessem abrir aqui o computador, porque era importante perceber que a Câmara não ficou com os 600 mil euros e que houve uma melhoria, não é? Ficou, ficou aqui a ideia de que o bairro sofreu intervenções e que ficou tudo igual, pronto. Eu gostava de esclarecer, a bem da verdade, de como estava o bairro antes da intervenção, estão aqui algumas fotografias e era assim que estava e quando se fez a intervenção houve melhorias assinaláveis, tivemos a polémica do muro, que devem estar bem recordado do que aconteceu, as intervenções dentro de casa e, naturalmente, houve, houve melhorias também das próprias casas, não foi só a tinta chinesa, não é? Portanto, é importante quando se usa da palavra aqui na Assembleia que se fale verdade também e nesse aspeto não posso concordar quando disseram que nada foi feito e que ficou, e que mais valia estar no bairro como estava antigamente e isso não é verdade, as coisas melhoraram, portanto, o investimento foi realizado, não ficou não ficou, nos cofres da Câmara. Agora, houve coisas que, infelizmente, não ficaram bem feitas, nomeadamente as caleiras que até estão aqui representadas, não têm capacidade de escoar as águas em dias de muita chuva como é aquelas que estamos a viver nos últimos tempos e, portanto, a partir daqui há um problema que tem de ser resolvido. A inundaçãõ foi em outubro ou em novembro, já não me recordo, outubro, em outubro, portanto, o que tentámos fazer de imediato foi conseguir que as

águas conseguissem drenar não para dentro da casa, mas para a rua, pronto, e essa intervenção foi feita e agora estamos a aguardar que passe o tempo da chuva e depois havemos de reparar as casas. Esta é a intervenção que vamos fazer a seguir, lamentamos o que sucedeu, pronto, e, naturalmente, iremos tentar fazer as melhorias a seguir nas casas, as casas são do Município, portanto, temos essa, temos essa obrigação. Já demos apoio também para a aquisição dos eletrodomésticos, lamentamos o sucedido e eventualmente, se calhar, o próprio projeto quando foi desenhado não foi, não foi bem desenhado porque não previu este, este conjunto de situações. Agora vamos tentar fazer essa, estas reparações, entretanto, depois da reparação, acho que já não chove dentro de casa, mas vamos ter que reparar o que está dentro da casa, pronto, e era importante deixar esta, esta mensagem, são 18 habitações, gastou-se na altura 661 mil euros, se fosse hoje, se calhar, faríamos de maneira diferente, pronto, gastámos também 300 mil euros no bairro da Almoíña e no bairro Sá Carneiro 876 mil euros, na altura, em 2019, gastámos 1,5 milhões de euros. Em habitação social municipal, mas eu conheço bem a Guiomar, conheço os problemas que foram identificados e o desespero que tiveram quando, quando as casas ficaram inundadas, foi feita uma primeira reparação de urgência e agora vamos ter que aguardar que passe este período de chuva para fazer o resto, pronto, e, naturalmente, é algo que temos e somos sensíveis a estas preocupações.

Relativamente à intervenção do Filipe Silva, relativamente à comissão. A Comissão, salvo erro, que falou tem a ver com o IC2 não tinha a ver com a situação das Colmeias, que eu conheço bem a situação do IC2, **(gravação impercetível)** certo, certo, sim, sim, sim, mas fiquei com a ideia que esta comissão era do tempo da comissão do IC2, pronto, onde o Filipe foi um dos protagonistas e, portanto, e onde resultou a resolução também de um problema crónico e que continua ainda a existir intervenções. A questão da prospeção de inertes tem para nós um desafio muito grande. Há determinado tipo de freguesias, em especial a das Colmeias, onde existe um conjunto de recursos naturais, como foi dito, que têm capacidade para serem usadas para a indústria e ao longo dos anos, muitos anos essa exploração, essas explorações foram abusivas em termos daquilo que é a atividade, uma atividade económica que tem de ser feita com regras e têm que ser feitas com respeito pela, pela comunidade. Nos momentos que vivemos a extração disparou em virtude também do ambiente económico que vivemos, a construção está em alta e, portanto, houve uma intensificação não só das explorações atuais, mas também de novos pedidos de, de exploração não só na freguesia da Colmeias, mas também em Monte Redondo, no Coimbrão e também o caso mais recente na Barosa, cada uma com as suas características de partilhar o tipo de indústria. O aumento da exploração de inertes resulta não só pela onda de crescimento da atividade económica construtiva, mas também da crise resultante da guerra



com a Ucrânia onde fez, e também com a necessidade de a indústria europeia ter respostas com matérias-primas da Europa e, portanto, também aí a própria União Europeia intensifica aquilo que é a exploração de recursos naturais para apoiar a indústria como é o caso da Alemanha e de outros países onde se aumentou bastante a exploração, este tipo de explorações. O enquadramento legal destas explorações é da competência da Direção-Geral de Energia e Geologia que, no fundo, licencia ou autoriza este tipo de explorações. Ao longo dos anos este tipo de licenciamento eventualmente não foi o mais correto e como foi aqui dito, e bem, no Alentejo temos aquela imagem fatídica da exploração da pedreira até ao limite da estrada de onde resultou aquele acidente catastrófico. Isso resulta, naturalmente, de uma ausência de fiscalização por parte da Direção-Geral de Energia e Geologia e também, eventualmente, de alguma necessidade de fazer um controlo mais apertado deste tipo de atividades. Como o paradigma mudou nos últimos, sobretudo a seguir à pandemia nós tivemos vários pedidos de prospeção, um deles o da Barosa onde, de facto, se conseguiu impedir aquela, aquela exploração em virtude não só daquilo que era a vontade popular, mas também a questão do trajeto do TGV e na altura tivemos oportunidade de marcar reunião com a Direção Geral de Geologia e Energia e conseguimos perceber que esta direção é promotora e incentiva este tipo de atividade económica, portanto, é a sua missão, e pouco sensíveis aos argumentos que a Câmara apresentou relativamente ao controlo, à transparência, à necessidade de fiscalizar este tipo de atividades usando como argumento aquilo que indiquei ainda há pouco que é, a Europa se tem recursos naturais eles são para ser explorados e nós dissemos "tudo bem, temos uma riqueza no nosso território, nada contra a exploração, mas com regras e com a reposição dos equilíbrios ambientais, nomeadamente aquilo que é os períodos a seguir à exploração destas pedreiras, destes areeiros, etc." e nessa reunião percebemos claramente que estaríamos muito isolados relativamente a este tipo de preocupações. Nas reuniões que mantivemos no caso da Barosa com a empresa em causa e outras empresas, que são várias, muitas delas estão sedeadas nas Colmeias há muitos anos e criam ali a sua economia, chamámos a atenção que o momento atual não só daquilo que é o movimento popular, a sensibilidade das gerações mais novas para as questões ambientais, as questões da qualidade de vida, as questões da transparência, as questões relacionadas com a participação cívica e a capacidade de poder explicar o que se vai fazer em cada um dos territórios tinha mudado e que eles tinham que mudar de atitude porque já não poderiam explorar como faziam no passado de uma maneira livre sem qualquer tipo de, de controlo porque hoje as pessoas estavam a reclamar mais transparência e mais qualidade. Posso dizer que dessas reuniões percebi que os empresários de exploração de inertes não estão ainda muito sensíveis porque ainda estão a operar como faziam há 20 anos atrás. Eu acho que a solução passa

muito por mudar de paradigma e acho que comissões como a vossa e o trabalho da junta, o trabalho da Câmara tem sido muito mais intenso nos últimos anos do que foi no passado e por isso, todas as preocupações que aqui foram levantadas há coisas que têm, que já são crónicas e antigas, mas as mais atuais, as mais recentes nós vamos ter uma atitude muito mais contundente e o apoio das populações relativamente a esta matéria é decisivo, pronto, não há volta a dar. Houve muitos sítios onde a população não se movimentou tanto no passado como agora nas Colmeias e eles já estão lá há muitos anos e eu estou perfeitamente de acordo com a necessidade de fazermos este tipo de, de intervenção mais intensa junto das empresas que ali operam e por isso não me parece que haja ausências de respostas da Câmara relativamente à comissão. Não é a nossa postura, não é a nossa maneira de trabalhar politicamente, como o Filipe sabe não só, por exemplo, o IC2, mas outros. Estamos totalmente em sintonia relativamente a este tipo de intervenção para tentar minorar os aspetos que aquela freguesia tem sofrido e que são muitos, uma delas na questão do Barracão, uma das necessidades é encontrar vias de comunicação alternativas para poder aliviar as povoações, nomeadamente, o Barracão, é necessário construir pelo menos uma estrada que está a ser avaliada a sua construção para poder desviar algum desse trânsito e a par disso é a questão do controlo mais apertado daquilo que são os novos pedidos, mas é obrigatório existir uma mudança de mentalidade do empresário, dos empresários nesta área, isso é decisivo e nesse aspeto acho que a união da população, aquilo que é a sua intervenção cívica pode servir de pressão para que haja esta mudança de paradigma e relativamente àquilo que, da Comissão querer fazer outro tipo de intervenções, a Câmara estará disponível para não só para reunir, mas encontrar respostas para a melhoria do desempenho ambiental da, da freguesia. Na altura que foram feitos estes pedidos as leis eram outras, como disse o paradigma daquilo que é a fiscalização e controlo destas indústrias de exploração tem que ser com outro tipo de instrumentos e os instrumentos não estão ao dispor das Câmaras Municipais, estão ao dispor do Estado Português na direção-geral que expliquei anteriormente e aí também é um papel muito importante junto deles, nós temos feito esse trabalho e como digo não são muito sensíveis, os técnicos que analisam este tipo de exploração não são sensíveis, não são tão sensíveis às questões ambientais e esse é um trabalho que temos feito de sensibilização não só com a população, mas também com as sessões de esclarecimento. Nós demos a cara nas sessões de esclarecimento da Barosa, Monte Redondo, nas próprias Colmeias e as empresas visadas muitas vezes ou primam pela ausência ou pela incapacidade de poder explicar à população a sua, a sua função e a sua atividade. É muito difícil obter compromissos e, por isso, é um trabalho que, de facto, temos que temos que fazer em conjunto e, portanto, agradeço a intervenção do Filipe e somos totalmente

sensíveis àquilo que são as preocupações levantadas hoje aqui quer no caso da Guiomar, quer no caso do Filipe Silva. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE

Transcrição:

“Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara permita-me que na sua pessoa cumprimente todos aqueles que estão presentes e que nos assistem online.

Sobre, sobre as intervenções que nos foram aqui trazidas sobre a questão das casas do bairro da integração eu gostaria de dizer que era um assunto que eu desconhecia completamente e que enquanto estava aqui a senhora a falar e a pedir desculpa, coisa que não deveria fazer, por estar aqui a falar, é um direito que lhe assiste e fez-me confusão as vezes com que pediu desculpa, o medo com que estava de ter ofendido alguém, não ofendeu ninguém estava a exercer um direito. Eu fiz duas pesquisas na internet, pesquisei pelo bairro de integração e depois pela empresa responsável pelas obras. Sobre o bairro da integração, a primeira página que me aparece foi aquela fotografia que o senhor Presidente aqui mostrou daquela casa, mas com uma amplitude maior onde de um dia 10 de setembro, que eu desconheço o ano, está acompanhada, a fotografia é acompanhada por quatro vereadores do anterior executivo do qual fazia parte e onde a câmara faz publicidade à sua intervenção às 18 casas com aquela fotografia daquela casa. A questão, senhor Presidente é que eu não percebi o seu tom de defesa, o tom de defesa da sua intervenção porque ninguém veio acusar a Câmara de ter ficado com os 600 mil euros, o que vieram dizer é que haviam 600 e poucos mil euros para aquela obra que o senhor Presidente diz que foi efetivamente intervencionada, a câmara faz publicidade a isso no seu site, mas que se calhar a obra não foi bem feita e que se calhar quem lá andou a fazer a obra não o fez convenientemente e convenhamos que haver um relatório da proteção civil que diz que uma é casa inabitável, uma casa do município, causa estranheza e não deve merecer defesa deve merecer averiguação, ver o que é que se passou porque aquele bairro, como bem sabemos, de integração só tem o nome. Lembro-me como o senhor Presidente aqui falou da questão do muro, recorda-se na altura da resposta? Era muros com arte, mas quem lá foi, que assistiu e quem vê o que lá está aquilo é tudo menos muros com arte, por isso, senhor Presidente é assim, esta empresa, esta empresa, eu não sei quem é que tem responsabilidade, o que nos foi aqui descrito, com certeza, não passa só pelas caleiras ou por entupir as caleiras, algo de grave ali se passou. Sendo uma obra que foi contratada pela Câmara, com dinheiro da Câmara merece mais alguma averiguação até porque a empresa, pelo que eu percebi, continua a trabalhar para obras do município e assim sendo, deve-se averiguar o que é que se passou e se a obra efetivamente foi bem feita e se os 600 mil euros que foram pagos foram bem empregues na construção daquelas casas ou se

há ali falha de alguém e caso haja falha de alguém apurem-se responsabilidades, é tão somente isso. Obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

“Muito obrigado, senhor deputado.

Eu peço realmente alguma capacidade de contenção nas palavras e alguma, não é o caso do senhor deputado que o fez, porque como sabem regimentalmente não tem tempos e, portanto, para não transformamos este período no Período Antes da Ordem do Dia peço capacidade de síntese e de sinopse aos diferentes deputados que vierem intervir.

Deputada Joana Cartaxo.”

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

“Muito boa noite, senhor Presidente da Assembleia na sua pessoa cumprimento a restante Mesa, senhor Presidente da Câmara na sua pessoa cumprimento toda a sala e também as pessoas que nos assistem em casa.

Enfim, não vou obviamente continuar, portanto, a intervenção que o meu colega Manuel Azenha teve e bem. A única coisa que, de facto, eu acho que não ficou aqui bem esclarecido é efetivamente o que é que a Câmara vai fazer para resolver esta situação. Este bairro eu diria até que integração é uma palavra que nem sentido faz na integração porque devia ser inclusão, eu não sei se o senhor Presidente foi ao bairro há pouco tempo, mas a verdade é que o bairro nem sequer o camião do lixo consegue passar nas ruas e, portanto, as pessoas têm que se deslocar fora do bairro para entregar o seu lixo, portanto, isto é, no mínimo, desumano, portanto, aquilo que eu acho e a nossa função aqui é de fiscalizar a ação da Câmara, eu pergunto senhor Presidente, porque para mim não ficou claro, quais são as ações que vai tomar para efetivamente resolver este problema que estas pessoas aqui vieram pedir ajuda, não vieram pedir esclarecimentos sobre a situação porque foi o que o senhor Presidente fez agora qual é a solução efetiva para amanhã, porque se estamos a falar de pessoas que estão a viver em condições desumanas não podemos esperar mais 2 meses, 3 meses, qual é a solução para amanhã? Muito me preocupa porque, efetivamente, no orçamento que vamos a seguir estudar e falar a ação social, a habitação, a verba que está disponível é, de facto, irrisória e, portanto, não parece que esteja a ser solucionado este problema devidamente. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da UF de Colmeia e Memória – Artur Santos

Transcrição:

“Boa Noite, Artur Santos, Presidente da junta da União das Freguesias de Colmeias e Memória.

E se me permite Sr. Presidente da Assembleia, cumprimento na sua pessoa, todos os presentes e quem nos acompanha através das redes sociais.

Antes de iniciar esta minha intervenção, quero que fique registado, que não estou contra a maioria das explorações de inertes, porque existindo riqueza, esta tem de ser explorada para o bem da economia do meu país...estou contra a forma abusiva de como é feita, onde não estão salvaguardados os direitos dos cidadãos e a preservação da coisa pública.

Começo por felicitar a intervenção do Filipe que representa a comissão de defesa dos interesses dos cidadãos da união das freguesias de Colmeias e Memória.

A exploração de inertes na freguesia de Colmeias, teve início aproximadamente em 1930, onde parte do barro ainda era cavado á enxada....

Depois vieram as máquinas e camiões, onde a prospeção se espalhou por uma grande parte da freguesia, de forma praticamente selvagem...procediam a escavações em todos os locais onde suspeitavam da existência de argilas...

Nos anos 70, foi construída e asfaltada pela primeira vez, a atual rua de S. Miguel, que liga o lugar da Igreja velha ao lugar do Barreiro...

Após 1 ano, esta via foi completamente destruída pelo transito de pesados afeto á indústria de extração....

Os moradores da região, revoltaram-se e constituíram um grupo que foi á Câmara Municipal solicitar que entrevisse por forma a interditar a exploração desenfreada de barro e a destruição das vias...

O que a Câmara fez, foi requalificar novamente a via...no entanto, as explorações continuaram...

A população revoltou-se MAIS uma vez face á convivência e inoperância das entidades de quem de direito, onde alguns dos envolvidos num ato de desespero, colocaram açúcar no depósito de gasóleo de uma das máquinas utilizadas nas explorações, danificando o motor... tudo isto deu origem a um processo longo nos tribunais...

Isto para referir, que 50 anos depois, a situação afeta á extração de inertes agrava-se dia para dia...

Os executivos da junta, agora da união das freguesias a que presido desde 2009, de forma construtiva, tem vindo apelar aos executivos da Câmara, a necessidade de executar vias alternativas afetadas ao transporte de inertes, por forma a retirar do interior das localidades o movimento destas viaturas, que chegam a atingir as 60t.... Apresentamos inclusive, uma proposta por onde este tipo de vias poderia ser executado....

Nos pareceres solicitados por as entidades competentes a esta junta afetos às explorações a norte da ribeira de Agodim, foram sempre ponderados tendo em consideração que ao existir riqueza, esta tem de ser explorada para bem da nossa economia...no entanto,

sempre referimos que o bem estar da população, e, a coisa publica, devem obrigatoriamente ficar salvaguardados, fazendo sempre referencia á necessidade de construir vias alternativas ao funcionamento desta atividade...

Na verdade, desde 2012, foram concedidos para extração cerca de 470ht, ou seja 4.700.000m2...vias alternativas, zero.

Senhor Presidente da Câmara, sei perfeitamente que a competência para atribuir licenças de exploração de inertes, não é sua...

mas as vias municipais por onde estas viaturas circulam, são da competência do município... neste sentido, é fácil encontrar uma estratégia com as empresas que têm atividade extrativa na freguesia de Colmeias!...

Maquinaria, é o que não falta a estas empresas para procederem á abertura das vias...haja vontade e coragem.

Senhor Presidente da Assembleia, senhores deputados, num ato quase de desespero, solicito que venha a ser constituído um grupo de trabalho afeto ao acompanhamento da realização de um projeto para a construção de vias alternativas para o transporte de inertes nesta freguesia, no qual possa fazer parte, um elemento de cada partido com assento nesta assembleia...

o Concelho de Leiria, não é somente a cidade de Leiria e a sua malha urbana...a minha União de freguesias mais do que nunca, necessita da vossa ajuda. É só e peço desculpa."

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

*Só dizer o seguinte, foi dito aqui que a Proteção Civil considerou as casas inabitáveis, a Proteção Civil não fez, não considerou que as casas estavam inabitáveis, portanto, era importante também deixar isto esclarecido. Relativamente à recolha do lixo, senhora deputada Joana Cartaxo, **(gravação impercetível)**, mas não estão inabitáveis agora, vocês estão lá.*

(Presidente da Assembleia Municipal – Vamos, vamos tentar agora nesta fase, senhora Guiomar, vamos tentar, vamos tentar então deixar o senhor Presidente. (gravação impercetível) Eu parece-me que é esse o nosso objetivo também).

É assim, eu só queria deixar registada aqui uma coisa que é, não é só a intervenção que é humilde e pede desculpa para intervir, aquilo que assistimos agora é além de ter interrompido a intervenção do senhor Presidente, não é? Este tipo de, de intervenção também não me parece ajustado, parece-me desajustado, eu tenho que o dizer não só porque, não só porque conheço bem a Guiomar, conheço bem o filho e, portanto, não chamei aldrabona a ninguém, isto que fique claro, só simplesmente repus aquilo que se as

As pessoas não sabiam precisavam de saber. Quando foi dito que nada foi feito no bairro, gastou-se 600 mil euros e que não houve melhoria e que era melhor como estava antes, isso eu ouvi aqui e eu só quis mostrar que aquilo que foi feito pode ter sido mal feito, também o disse, pode ter sido erro de projeto, nomeadamente nesta questão do escoamento de águas, mas tinha que repor a verdade e, portanto, e não chamei aldrabona a ninguém, como é óbvio, e respeito todas as intervenções. Relativamente à intervenção de senhora deputada Joana Cartaxo que diz que não há recolha de lixo, que não há recolha do lixo convido-a ir visitar, ver onde é que estão os contentores e acompanhar a recolha, sim, mas porque a informação que tenho, a informação que tenho é que há recolha de lixo, como é normal. Não me parece que estar a tentar criar um ambiente de que o bairro não tem o serviço de recolha do lixo não me parece ajustado, portanto, fica o convite à senhora deputada Joana Cartaxo, já que utilizou aqui o púlpito para dizer que a Câmara não recolhe o lixo naquele bairro porque não há contentorização eu convido-a a fazer uma visita e a verificar, até a posso acompanhar, então pronto, então da próxima vez quando falar sobre este assunto fale com propriedade e fale com conhecimento. Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta das Colmeias. Conheço o Artur há muitos anos, é Presidente de junta, é um Presidente de junta eleito pelo meu partido que eu sou eleito, compreendo as suas ansiedades, as suas preocupações são, e não são só as suas, todos os Presidente de junta sofrem na pele hoje as exigências de ver as suas freguesias melhoradas e a freguesia das Colmeias é uma das que tem recebido mais investimento, não só no meu tempo como Presidente, em especial esse posso falar e, naturalmente, estamos sempre disponíveis a colaborar com qualquer partido, com qualquer comissão para investir numa freguesia, agora, o que eu acho que era importante aqui ressaltar, a freguesia das Colmeias tem sido uma freguesia pela sua dimensão, pela sua maneira como têm as diversas povoações espalhadas, temos feito um investimento notável em saneamento porque também não tinha e estamos a investir e não é tão pouco quanto isso. Estamos a investir nas vias de comunicação, estamos a investir na recuperação de património do Município através da própria junta e temos obra feita nas Colmeias e nas outras freguesias todas, portanto, não há aqui uma freguesia ao abandono porque há obra feita pela junta e pela Câmara. O Barracão, que ainda há pouco estavam a falar, o Barracão vai receber agora intervenções de saneamento e só não avança com mais obra porque reuni com as empresas de exploração de inertes, onde o senhor Presidente da junta esteve com uma comissão do Barracão, em que lhes foi dito que a empresa que tem atualmente sedeada no coração do Barracão uma zona de armazenamento de inertes que não faz sentido estar ali, aquele espaço pode ser dedicado a um estabelecimento comercial, a habitação, etc., enquanto continuar a existir ali a circulação de automóveis e aquele tipo de camiões e aquele tipo de

atividade o Barracão vai estar sempre comprometido, mas não é de agora é de há muitos anos e faz todo o sentido um esforço para se criar uma via alternativa à circulação dos camiões e qual é o problema da via? Ao fazer uma via alternativa mais a sul, ela tem que, ela tem que fazer sempre interseção no IC2 e ao chegar ao IC2 ela tem que virar à esquerda ou à direita. Para a direita é tranquilo porque entra na mão, virar à esquerda em direção à Roca não pode. As conversações que temos tido com as Infraestruturas de Portugal para antecipar aquilo que são as obras do IC2 é a construção de uma rotunda no sítio dos semáforos e uma mais abaixo na saída dessa estrada que está a ser planeada e discutida porque senão o que vai acontecer é os camiões vão chegar àquela estrada e vão voltar outra vez para o Barracão porque não podendo entrar no IC2 em segurança vão outra vez passar no meio da povoação e é esse trabalho que temos vindo a fazer com as infraestruturas de Portugal e tentar fazer um projeto para poder construir essas duas rotundas e evitar assim a circulação de camiões no centro do, do Barracão e esse trabalho tem sido feito e não, não depende de nós, não é? Não vamos fazer a rotunda, não podemos fazê-lo porque não é nossa competência e, portanto, era só para esclarecer este assunto relativamente à freguesia das Colmeias. Muito obrigado.”

****** PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA ******

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** iniciou este período referindo a existência de uma recomendação apresentada pelo CHEGA tendo dado a palavra ao senhor deputado Luís Paulo Fernandes.

Transcrição:

Proposta de Recomendação “Criação de gabinete de análise e monitorização da emigração descontrolada e plataforma digital que informe das necessidades profissionais, mão de obra precisa e mão de obra em excesso e respetiva capacidade / sustentabilidade de integração social no concelho de Leiria.”

Intervenção do senhor deputado **Luís Paulo Fernandes – CHEGA**

Transcrição:

“Muito boa noite, senhor Presidente e na sua pessoa cumprimentar o senhor Presidente e todos os presentes, o Presidente do Executivo também, cumprimentar todo o Executivo. Senhor Presidente, a recomendação foi distribuída por todos os grupos municipais. O que importa aqui decorrente da integração, bairros de integração, inclusão é prevenir e acautelar a imigração excessiva, descontrolada. Nós consideramos e queremos registar através desta recomendação, queremos registar que efetivamente problemas com a saúde, problemas com, com, com a educação. As palavras do Presidente do Politécnico também

registei na recomendação que efetivamente há alunos estrangeiros que apenas querem a autorização de residência em Portugal, dizem muito do Presidente do Politécnico, dizem muito do que vivemos e o alerta temos que o registar, portanto, nós apelamos a que votem a favor desta recomendação porque se não acautelarmos, se não prevenirmos e se não criarmos um gabinete que possa monitorizar uma plataforma digital que possa dizer aos imigrantes que estão interessados em vir para o concelho de Leiria onde têm trabalho, onde é preciso mão de obra, porque se tivermos 50 mecânicos ainda pretendem vir mais 500, não há necessidade e então é preferível e o que pedimos é, é preferível que o município digitalmente informe quem está noutra país e que saibam que no concelho de Leiria não precisam de mecânicos, precisam de padeiros? Então que venham. Nós não somos contra a imigração, somos contra é o excesso de imigração onde a mão de obra há oferta ou há carência de mão de obra. Temos que prevenir esta situação, nós no nosso partido estamos a acautelar, estamos a recomendar para que no futuro não estejamos aqui sem habitação, não estejamos sem empregos porque há excesso de mão de obra numas atividades e falta de mão de obra noutras. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Acácio Sousa – PS

Transcrição:

“Boa noite, senhor Presidente da Assembleia e na sua pessoa todos os deputados e deputadas municipais e presidentes de junta e uniões de freguesia presentes, senhor Presidente da Câmara e na sua pessoa senhores vereadores e vereadoras, público aqui presente, online, equipas de apoio, staff de apoio à Assembleia, muito boa noite.

A segurança, tal como o acesso e o atendimento justo em serviços públicos, não duvido que devem ser temas que os partidos democráticos e as instituições devem equacionar permanentemente. Não é o caso desta recomendação que, apesar de ser curta, aponta a um só fator como cerne de tudo o que está errado e em tom inadmissível. Porque acontece o atual fluxo de imigrantes, e não emigrantes, como quero crer que tenha sido por lapso que foi escrito. Das pessoas inscritas no Centro de Emprego em Leiria, temos, de facto, cerca de 20% de pessoas imigrantes (dados de há 2 meses). Mas estando registadas, isto não está descontrolado. Vêm porque, por um lado, as entidades empregadoras não encontram, num momento, a mão de obra que pretendem no país, mas depois as prestações de trabalho cessam. E aqui são os serviços de emigração, o Centro de Emprego e a Segurança Social que acompanham estas situações; por outro lado, há uma atração pela qualidade de vida que ainda mostramos e não queremos, na verdade, perder. Esta será outra razão porque vêm. Então, o que fazer? Primeiro, não há imigração descontrolada, acontecerão sempre casos anómalos, mas o controlo de vistos cabe às várias polícias. A equidade no tratamento entre todos os que cá vivem e contribuem com

trabalho só nos enriquece e o acolhimento deve respeitar esta universalidade, o que deve caber também a entidades públicas e associativas e a todos os cidadãos de forma interventiva no terreno e bem menos em gabinetes de análise e de estudo, como agora é proposto. Não costuma o Chega clamar contra o gasto de dinheiros em gabinetes, em jornadas de estudo e partilhas de experiência em vez do verdadeiro trabalho no terreno? Deve haver mais empenho na integração cívica para os que estão e para os que chegam. Esta integração com direitos e deveres para todos na pátria de acolhimento, começa nas escolas e logo aqui se deve revelar como a confluência de culturas é enriquecedora. Leiria, apesar de naturais dificuldades, também tem bons exemplos neste trabalho. O Politécnico que referiu, e está aqui quem melhor pode explicar..., penso que na sua estratégia de internacionalização e busca de mercado académico, deverá ter procedimentos de avaliação que deem garantias, que nunca podem ser absolutas, como não são para os alunos daqui naturais. Às polícias caberá o papel de garantir a segurança. No que toca aos serviços de saúde e escolas, cabe definir prioridades socialmente percetíveis e estas sim, devem ser permanentemente equacionadas pelas próprias entidades e respetivas tutelas para a verdadeira justiça social. À Câmara, porque referiu o Sr. presidente na recomendação, cabe estar atenta a todos os sinais e ainda bem que ele o tem mostrado, mas não cabe intervir sobre estas entidades, porque elas têm competências de atuação definidas. À Câmara, com as estruturas que já tem, cabe ser um observatório na captação destes indicadores e arbitrar ou regular quando lhe cabe, exercer a magistratura de influência possível e infraestruturar condições para qualidade de vida digna e justa conforme o investimento de cada um em trabalho e em saber e na solidariedade dignificante.

As dificuldades não podem ser um anátema para quem vem de fora. Há direitos e deveres para todos. Cabe-nos saber acolher com a universalidade desses direitos e deveres, havendo já entidades que devem fazer cumprir essa obrigação. Devem é funcionar bem. Não se justifica mais um gabinete de estudos e análise destes, tutelado pela Câmara. Por isso, votamos contra.

Se o Senhor Presidente da Assembleia me permitir digo já o sentido de voto em relação à outra recomendação do CHEGA, a propósito da estrada Bidoeira-Guia. Nada temos a objetar, apenas comentar que se assemelha ao "ovo de Colombo". Está já previsto o início da intervenção em obra no 1º trimestre de 2024, por isso, o CHEGA pressentiu aqui uma boa oportunidade, mas nada temos a objetar."

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE

Transcrição:

"Senhor Presidente, eu anseio pelo dia em que consiga ter a diplomacia do meu ilustre e amigo deputado Acácio de Sousa, ainda não o tenho. Esta recomendação que nos é aqui,

que nos é apresentada pelo chega, uma recomendação inqualificável, quer na forma, quer na substância, é xenófoba e nesse sentido é assim que deverá ser tratada. Nunca pensei estar presente numa Assembleia onde uma recomendação deste tipo fosse apresentada. Iremos com toda a veemência votar contra. Obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Francisco Malheiro – IL

Transcrição:

“Muito obrigado, Exmo. Sr. Presidente, e na sua pessoa permita-me endereçar os meus cumprimentos a todos aqui presentes.

A recomendação que o Sr. deputado Luís Paulo Fernando, do CHEGA, apresenta, falha no conteúdo e na forma. Na forma, pelas várias gralhas gramaticais e pela aparente confusão entre emigração e imigração, que são espelho da mesma falta de cuidado e seriedade de como os senhores tratam este assunto.

No conteúdo, vamos por pontos:

- 1. Em primeiro, é proposto que o executivo disponibilize verba, mas não concretiza a quem, não é claro quem fica responsável pela aplicação da verba*
- 2. Segundo, não é da competência do município o controle da imigração, nem a salvaguarda da sustentabilidade da segurança social*
- 3. Terceiro, embora sejamos sensíveis para a questão da segurança, a iniciativa liberal não se teve na ideia que a imigração a causa desse problema. Leiria é uma cidade segura, e tem de continuar a ser independente da imigração. A segurança é um tema abrangente, e não é sério falar-se de uma como causa da outra.*
- 4. A mesma questão para as condições de habitação no concelho. O problema não é a procura elevada, o problema é a escassez da oferta, em parte causada pelo mercado completamente desvirtuado por burocracia e impostos excessivos que desincentivam a construção de mais habitação.*

Para terminar, parece-nos que teria sido muito mais ajustado a recomendação da criação de um grupo de trabalho, que se dissolveria no final, após a redação de um relatório com informação estatística referida na recomendação - que essa sim, nos parece pertinente. Por estes motivos, e pela seriedade que o tema merece, a iniciativa liberal irá votar contra a recomendação. Obrigado.”

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

“Boa noite, novamente. Joana Cartaxo, PCP.

Em relação, sendo esta uma moção claramente xenófoba e que incita a ódios coletivos em flagrante afronta à Constituição e à própria história do povo português o nosso voto é provavelmente o maior contra já alguma vez votámos nesta Assembleia.

Relativamente à 2ª moção, já percebi que vai ser retirada ainda assim quando fizerem uma moção para todos apresentarmos, não é o chega que apresenta, que recomenda à Câmara é a Assembleia e, por isso, também iríamos votar contra. Muito obrigada.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a Proposta de Recomendação à votação tendo a mesma sido **reprovada por maioria**, com **39 votos contra** (33-PS, 3-PSD, 1-BE, 1-PCP e 1-IL), **2 votos a favor** (2-CHEGA,) e **8 abstenções** (7-PSD, 1-CDS-PP/MPT).

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** continuou referindo a existência de uma Proposta de Recomendação apresentada pelo PSD tendo dado a palavra ao senhor deputado Ley Garcia.

Proposta de Recomendação “Isenção de IMI”

Intervenção do senhor deputado **Ley Garcia - PSD**

Transcrição:

“Ley Garcia, PSD.

Exmo. senhor Presidente da Assembleia, cumprimento-o e na sua pessoa todos os que assistem ou participam nesta Assembleia.

Considerando a elevada carga fiscal que atualmente incide sobre os Portugueses, e em particular sobre os Leirienses;

Considerando que cerca de 50% da receita total orçamentada pela câmara municipal de Leiria para o ano de 2024, cerca de 55 milhões de euros, corresponde a contribuições diretas dos Leirienses: IMI, IMT, derrama, participação no IRS, participação no IVA, taxas, multas e outras penalidades;

Considerando que uma parte considerável daquele montante resulta de imposto sobre o património;

Considerando o estabelecido no artigo 46.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), que consagra a isenção de IMI, por três anos, para os prédios ou parte de prédios urbanos construídos, ampliados, melhorados ou adquiridos a título oneroso, destinados à habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, cujo rendimento bruto total do agregado familiar, no ano anterior, não seja superior a 153.300€, e cujo valor patrimonial tributário do imóvel não exceda 125.000€;

Considerando a faculdade introduzida pela Lei nº 56/2023, de 6 de outubro – “Lei Mais Habitação”, de prorrogar aquela isenção por mais dois anos, mediante deliberação da assembleia municipal, que deve ser comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira até 31 de dezembro, para vigorar no ano seguinte.

Considerando a norma transitória estabelecida no artigo 51.º da Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro, que o disposto no n.º 5 do artigo 46.º do EBF, na sua nova redação, se aplique aos prédios ou parte de prédios urbanos habitacionais cuja construção, ampliação, melhoramento ou aquisição a título oneroso tenha ocorrido no ano de 2022 ou que, tendo ocorrido em momento anterior, tenham beneficiado da isenção prevista no n.º 1 do artigo 46.º do EBF em 2022, sendo nesses casos deduzido ao período de duração da isenção os anos já transcorridos.

A Assembleia Municipal de Leiria na sua reunião de 15 de dezembro de 2023 delibera:

- 1. Nos termos do n.º 5 do artigo 46º do EBF, e do artigo 51.º da Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro, prorrogar por dois anos a isenção de IMI consignada no artigo 46º do EBF.*
- 2. Que esta deliberação seja aprovada em minuta, e que seja comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira, até 31 de dezembro do corrente ano, para vigorar em 2024.”*

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

“Joana Cartaxo, PCP

Os pressupostos iniciais enquadram-se na campanha do capital de direita contra os impostos com o fito de enfraquecerem a capacidade de realização do Estado e das, e das Assembleias em matéria de investimento e prestação de serviços nas funções sociais do Estado. De acordo com o teto do rendimento coletável para efeitos de IRS do agregado familiar mencionado, 153.300, podemos afirmar que há um leque de beneficiários que pode suportar o valor de IMI a pagar sem qualquer problema. A sua isenção deve ser encarada como ela é, como um privilégio fiscal indutor de mais injustiça social por conceder benefícios fiscais atribuídos aos que deles não carecem, para além de egnomia e um rombo aos orçamentos que resultam em menos respostas por parte dos municípios, portanto, nós vamos votar contra.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta de recomendação à votação tendo a mesma sido **aprovada por maioria**, com **4 votos a favor** (33-PS, 10-PSD, 2-CHEGA, 1-CDS-PP/MPT, 1-IL), **1 voto contra** (1-PCP) e **1 abstenção** (1-BE).

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** continuou referindo a existência de uma recomendação apresentada pelo CHEGA tendo dado a palavra ao senhor deputado Hugo Morgado.

Recomendação “Requalificação da Estrada Municipal 1038”

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado - CHEGA

Transcrição:

Boa noite. Cumprimentar o senhor Presidente da Mesa, o senhor Presidente do Executivo e nas suas pessoas todos os presentes e os que nos acompanham lá em casa.

Ora, eu não retirei nenhuma moção, senhora deputada Joana Cartaxo, não sei se a retirou, se foi você que a retirou. Quanto ao voto contra, eu ficaria surpreendido era se fizesse um voto a favor. Eu acho que chega ao púlpito, agita o microfone e já está a votar contra o que quer que seja, mas, pronto.

Esta, esta moção, esta moção, no fundo, vai ao encontro daquilo que pelos vistos é a expectativa do Executivo para, para esta estrada, reforça-se essa necessidade e apela-se a que seja uma efetiva requalificação e não apenas, e não apenas remendos, como é vulgarmente conhecido, e só dizer também que foi efetivamente uma necessidade que nos foi transmitida pela própria junta de freguesia e pelos próprios fregueses desta freguesia, enfim, é bom sair daqui e ir às freguesias ouvir estas coisas. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Muito obrigado, senhor Presidente.

Relativamente a esta moção, queria informar que nós estamos a ultimar o projeto desta intervenção, em princípio no início do ano teremos o projeto concluído e depois teremos possibilidade de lançar concurso e, por isso, sabemos que é uma, que é uma estrada que tem, que tem tido bastantes problemas em termos de, de ocorrências rodoviárias e, portanto, a nossa perspetiva é fazer esta intervenção. Muito obrigado.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a recomendação à votação tendo a mesma sido **aprovada por maioria**, com **48 votos a favor** (33-PS, 10-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-CDS-PP/MPT, 1-IL) e **1 voto contra** (1-PCP).

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** continuou referindo a existência de uma moção apresentada pelo PS tendo dado a palavra ao senhor 1º Secretário da Mesa, José Alves.

Mocção “Mocção de apoio ao projeto para um aeroporto a norte do Tejo”

Intervenção do senhor 1º Secretário da Mesa

Transcrição:

“José Alves, PS.

Há muitos anos, desde 1995, que eu pessoalmente acompanho a história do aeroporto na Ota. Havia uma promessa do então ministro João Cravinho de que o aeroporto era na Ota e havia até aquela célebre frase do “Jamais, a sul do Tejo jamais”. Entretanto, a política deixou-se ultrapassar por questões técnicas, por pareceres técnicos e eu acho sempre

estranho quando chega a vez de Leiria ser beneficiada com alguma coisa, como foi o caso, por exemplo, da universidade pública, que também participei, o ministro disse que Leiria não podia ter universidade pública porque não tinha 1 milhão de habitantes e eu perguntei-lhe onde é que estava o milhão de habitantes em Aveiro ou na Guarda ou em Braga ou em qualquer lado, em Faro, em qualquer lado dos Açores, na Madeira, onde é que estava o milhão de habitantes e, portanto, não estava em lado nenhum, mas a racionalidade era essa, uma universidade por milhão de habitantes só que só se aplicava a Leiria e a racionalidade. Portanto, está neste momento em fase de discussão pública até 19 de janeiro esta, este debate que se está a fazer sobre diversas hipóteses. É claro que nós somos de Leiria, somos do centro e achamos que, acho eu, pelo menos, e acha o Partido Socialista de Leiria que deve haver um aeroporto a norte do Tejo pelas razões que estão evidenciadas no texto que foi distribuído e aproveito para dizer que o que se vota é última página desta moção que é apenas dizer o aeroporto a Norte do Tejo nas condições, nos considerandos. Eu tentei ir buscar o que pude sobre a evolução deste, deste assunto e, portanto, estão as frases, algumas até um bocadinho descontextualizadas, mas a verdade é que foi para demonstrar aos deputados, enfim, o historial desta moção. Eu acho, portanto, que por razões que a questão o aeroporto justifica-se a norte do Tejo em 1º lugar, Santarém é por qual se bateu a Câmara Municipal de Leiria, pelo qual se bateram os concelhos todos desta vasta região de Coimbra até para sul, até Lisboa, as CIM's quase todas desta região também toda, estas CIM's todas e, portanto, a CIMRL continua a pugnar para um aeroporto a norte do Tejo e, portanto, para nós será sempre, será Santarém que foi a última hipótese que se considerou e que tem viabilidade quer em número de passageiros, quer em número de pistas, quer em número, quer no valor que não custa um tostão ao erário público como tem, e também já tem o TGV, não precisa de mais uma linha de caminho de ferro, mais uma ponte, mais isto, mais aquilo. A comissão técnica parece que não considerou nada disto, não considerou as despesas futuras, não considerou as travessias, não considerou as acessibilidades e não considerou sobretudo o tempo, e o dinheiro, e os riscos e as portagens que nós vamos gastar todos para chegar à margem sul, isso custa dinheiro e custa tempo a todos nós, a todos os utentes do aeroporto. Depois, é uma questão também estratégica, já o Henrique Neto me dizia em 1995 que devíamos ter um porto de águas profundas em Peniche, um TGV em Peniche e um aeroporto na Ota, tudo isto fazia um espaço intermodal que servia a Península Ibérica e servia até parte da Europa, no entanto, este projeto foi por água abaixo também como é sabido, nem o porto de águas profundas, nem o TGV para Madrid, mas de todo o modo mantenho a minha de que o aeroporto deve ser a norte do Tejo, seja em Santarém, seja a Portela mais um e se for a Portela mais um faz-se num instante, é de borla também e quem paga é a ANA Bruno seja no Montijo seja mais um,

até podia ser em Alverca ou outro sítio qualquer, mas a Portela deve se manter se não houver o aeroporto de Santarém. Portanto, o sentido da moção é defender os interesses de defesa do território nacional, não é justificável que a região centro fique sem nenhum aeroporto e quando digo região centro falo do Douro até ao Tejo, esta região toda, não é bem centro, centro norte e centro centro e centro sul, incluindo as beiras, as beiras, a beira alta e beira baixa Mané. De maneira que não faz sentido nenhum ter três aeroportos a sul do Tejo e não ter nenhum entre o Douro e o Tejo. Vem um tremor de terra como o de 1765, longe vá o agouro, e não há ninguém que faça uma ponte aérea para socorrer esta gente toda que fica entre o Douro e o Tejo. Acho que não, a visão de futuro é assim, não se pensa só no imediato, pode nunca vir tremor de terra, e eu espero bem que não, mas se vier alguém se vai queixar algum dia de que a culpa foi dos decisores políticos. Eu acho que fica bem à Assembleia Municipal de Leiria pugnar por, pela defesa mesmo de longo prazo, mesmo, enfim, em desespero de causa fica bem pugnar por um aeroporto na zona centro do país, esta tão vasta zona, com tanta gente e onde estão quase todos os utilizadores do aeroporto quer como destino, quer como entrada, quer como saída. Portanto, resumidamente a moção é esta e o que se apela é que a Assembleia Municipal se puder por unanimidade decidir a favor desta moção para que o senhor Presidente da Câmara enquanto Presidente do Conselho da CIM e enquanto Presidente da autarquia leiriense possa continuar a envidar esforços para que neste espaço de debate possamos continuar a pugnar para o aeroporto a norte do Tejo.”

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

"Boa noite. Joana Cartaxo, PCP.

Sem prejuízo da consideração de um aeroporto na dimensão, neste caso regional, na nossa região alargada Leiria, Santarém, o PCP não concorda com a localização do novo aeroporto de Lisboa em Santarém defendendo a sua localização em Alcochete, Benavente. A comissão técnica independente, na sua análise, considera que globalmente esta é a melhor opção e, portanto, não se percebe o que é que o PS em Leiria quer com esta manobra que pode contribuir também para sabotar a tão necessária construção de um novo aeroporto para servir Lisboa e eventual e adicionalmente pôr em causa o traçado da linha de alta velocidade. Portanto, para nós isto são pedras na engrenagem que o PS está a querer meter, até parece fazer o jogo do PSD, e podem fazer adiar a solução do novo aeroporto e fazer avançar o que a Vinci quer, a Portela mais Montijo, portanto, iremos votar contra. Muito obrigada.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a moção à votação tendo a mesma sido **aprovada por maioria**, com **46 votos a favor** (33-PS, 10-PSD, 2-CHEGA, 1-CDS-PP/MPT), **1 voto contra** (1-PCP) e **2 abstenções** (1-BE, 1-IL).

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** continuou referindo a existência de duas moções apresentadas pelo PCP tendo dado a palavra à senhora deputada Joana Cartaxo. Por uma questão de economia de tempo o senhor Presidente solicitou que a apresentação de ambas fosse efetuada em conjunto.

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

"Joana Cartaxo, PCP, novamente.

Relativamente à 1ª moção, eu vou ler porque há pessoas que não, que não tiveram acesso.

Moção "Eixo Leiria-Marinha Grande"

- *Considerando que o eixo Leiria-Marinha Grande é a locomotiva económica do distrito de Leiria e conforma um dos mais dinâmicos polos industriais do país;*
- *Que o eixo estrutura-se em boa medida com a estrada Nacional 242;*
- *Que o troço da Estrada Nacional 242 entre Leiria e Marinha Grande está há muito sem capacidade de resposta às horas de maior movimento entre as 2 cidades;*
- *A própria variante da Barosa ficou logo que foi construída subdimensionada para a quantidade e natureza do tráfego que a percorre;*
- *No Verão, mesmo aos domingos e feriados, o tráfego entre Leiria e Marinha Grande, por ser acesso mais curto e direto a algumas das mais procuradas praias da região conhece momentos de saturação;*
- *A A8, pelos locais de acesso à Marinha Grande e por ser paga, não é alternativa à EN 242;*
- *O cruzamento no acesso à Barosa e a área de localização empresarial da Carreira de Água é perigoso;*
- *O pavimento em parte do percurso se encontra em mau estado;*
- *As entradas em Leiria e na Marinha Grande engarrafam desmedidamente;*
- *Há milhares de pessoas que diariamente se deslocam em movimentos pendulares entre Leiria e Marinha Grande e vice-versa;*
- *Com este perfil da via, nas circunstâncias atuais do tráfego, os transportes coletivos de passageiros não podem ser alternativa válida nas horas de maior movimento e que isso mesmo fez remeter o serviço rápido de autocarro para a A8;*

- *Se a estação de caminho de ferro for instalada na freguesia da Barosa as soluções viárias se podem se tornar caóticas em horas de ponta.*

A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em sessão ordinária em 15 de dezembro de 2023 deliberou:

- 1. Exigir à Infraestruturas de Portugal (IP) que proceda o mais rapidamente possível à reabilitação do pavimento no troço degradado, ou seja, entre o nó como IC2 em Leiria e a rotunda de acesso à A8 na Marinha Grande;*
- 2. Solicitar à IP que estude as possibilidades e elabore projeto para requalificação e reperfilamento da via em toda a sua extensão, em estreita articulação com os municípios de Leiria e Marinha Grande;*
- 3. Recomendar à Câmara Municipal a construção da rotunda ou outra solução nodal no cruzamento da Carreira de Água sem mais delongas;*
- 4. Exigir ao Governo apoio financeiro ao Município de Leiria para que possa reformular as entradas na cidade e criar as necessárias vias distribuidoras de tráfego, entre as quais o troço da circular externa norte entre os Pinheiros, na ZICOFA, a EN 109 na zona do Falcão e o nó de acesso à A8 na Albergaria, Marinha Grande;*
- 5. E, por fim, recomendar à Câmara Municipal de Leiria que elabore os estudos técnicos necessários para encontrar as soluções que conduzam à redução da confluência de tráfego proveniente da Marinha Grande e Barosa no nó do Bairro do Jericó.*

Mais delibera remeter a presente produção a sua Excelência o Presidente da República, à Assembleia da República, ao Exmo. senhor Primeiro-Ministro, ao Exmo. Ministro das infraestruturas, à Infraestruturas de Portugal, I.P., aos órgãos do município da Marinha Grande e à comunicação social.

Em relação à segunda moção...

(Presidente da Assembleia Municipal (PAM) – Só lhe relembro que já estamos em tempos negativos e, portanto, se pudesse fazer a sua síntese, obrigado.)

Ok, mas como é que faço, não leio?

(PAM - Se puder sintetizar...)

Mocão "Palestina"

Pronto em relação à moção relativamente à questão da Palestina, nós queríamos só alertar que no ponto 3 e no ponto 4, obviamente porque esta Assembleia não pode socorrer nem pode criar, queríamos fazer aqui uma alteração de português e, portanto, onde diz "socorrer as necessidades", pronto, eu vou, eu vou ler rapidamente.

Considerando que:



- *O povo da Palestina tem direito, tal como o povo de Israel e outros povos, a ter uma pátria independente, soberana e viável, facto reconhecido pelas Nações Unidas através de múltiplas decisões;*
- *Acontecimentos condenáveis ocorridos a 7 de outubro se tornaram o pretexto para lançar uma vaga de ódio e barbária que nunca se imaginou que pudesse voltar a acontecer;*
- *O comportamento aventureiro de alguns com o inaceitável ataque a civis desarmados, causando vítimas, incluindo mortais não pode ter uma resposta desumana sobre todo um povo como aquela que o Estado de Israel, liderado pelas forças mais obscurantistas e extremistas do sionismo, está a realizar;*
- *Existem responsáveis israelitas que tratam os palestinianos - seres humanos! - de forma depreciativa, arrogando-se o direito - macabro - de persegui-los, expulsá-los e exterminá-los;*
- *As imagens e relatos que nos chegam da Palestina, principalmente de Gaza, mas também da Cisjordânia são horríveis e inimagináveis neste século XXI;*
- *O objetivo deliberado, divulgado por altos dignatários do Estado de Israel, de promover a destruição metódica de tudo o que um povo possui, infraestruturas e equipamentos sociais, equipamentos de saúde, habitações, culturas, além dos muros e bloqueios humilhantes, tem como propósito, impedir o povo da Palestina de sequer sobreviver no seu próprio território, expulsando e forçando-os a um novo êxodo, a uma nova catástrofe;*
- *Além da destruição da base material de base material da sociedade palestiniana, ocorre ainda o assassinato indiscriminado de palestinianos, sendo as crianças por si só uma muito elevada percentagem das vítimas e com as mulheres são cerca de 2 terços;*
- *Para infligir mais sofrimento e um estrago ainda maior, são mortos educadores, professores, jornalistas, escritores, poetas, músicos, artistas médicos, enfermeiros, condutores de ambulância, profissionais de saúde, trabalhadores da ONU e trabalhadores humanitários;*
- *Existem mortos, feridos, jovens e idosos, pessoas com medo que vagueiam sem qualquer abrigo, quase 2 milhões de nós transformados em refugiados, em condições deploráveis, a quem é negada água potável, alimentação, energia, combustível, vestuário, medicamentos, cuidados médicos e habitação;*
- *Existem seres humanos sujeitos a falta de condições básicas de higiene, tornando os alvos fáceis para bactérias e vírus, constituindo assim outra guerra dentro da guerra;*



- *Não é possível explicar racionalmente tanta atrocidade, nem as condutas tão desumanas que estamos a testemunhar na Palestina, situação para que várias personalidades da esfera internacional, responsáveis de organismos internacionais de todos os níveis e os próprios organismos internacionais nos alertam desesperadamente;*
- *Não é aceitável insultar e ameaçar pessoas, nomeadamente aquelas que ocupam altos cargos internacionais, apenas porque questionam a violência desenfreada e lhe querem pôr fim, como aconteceu com o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres;*
- *Não podemos aceitar afrontas e a interferência nos assuntos internos de Portugal por parte do representante diplomático de Israel em Lisboa e o seu desrespeito pelas instituições portuguesas e pelo Secretário-Geral da ONU, o democrata português António Guterres;*
- *Não podemos permanecer calados, cegos e insensíveis perante tamanha tragédia;*
- *Como Sophia de Mello Breyner disse e Francisco Fanhais eternizou em canção: "vemos, ouvimos e lemos, e não podemos ignorar!";*
- *Como alguém afirmou, trata-se de uma questão de humanidade e de futuro, de decência e de honra enquanto seres humanos, de confiança na nossa espécie no nosso futuro coletivo;*
- *Em Portugal e em Leiria, temos uma forte presença das culturas do chamado Médio Oriente, sem a contribuição das quais não seríamos o que somos hoje.*

A Assembleia Municipal, a Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária de 15 de dezembro de 2023 delibera por ...:

*Continuar, posso continuar, senhor Presidente? Eu peço desculpa **(PAM - Vai ficar sem fôlego e eu não sei se tenho aqui material de reanimação, mas pode continuar)**, pronto, era só para deixar, enfim, esclarecida a moção, mas se, se me permitir **(PAM – Continue, continue)** Diga, diga? **(PAM – Continue)**.*

1. *Considerar que qualquer ação terrorista é inaceitável resultando em vítimas inocentes, e que ações terroristas cometidas pelos Estados contra povos como punição coletiva, sendo intoleráveis, apenas geram raiva e ódio;*
2. *Exigir, à luz da resolução aprovada na sessão extraordinária de emergência da Assembleia Geral das Nações Unidas em 12 de dezembro, convocada devido ao veto dos Estados Unidos numa reunião do Conselho Permanente convocada com a invocação do artigo 99º da Carta das Nações Unidas pelo seu Secretário-Geral, o fim das hostilidades, a declaração de um cessar-fogo imediato, duradouro e*



sustentado e a resolução pacífica dos problemas com respeito pelos direitos dos povos da Palestina e de Israel;

- 3. Aqui alterar, exigir que sejam garantidas as necessidades urgentes do povo palestino na Faixa de Gaza;*
- 4. Aqui também alterar e dizer recomendar que sejam criadas as condições necessárias para a paz naquela região, concretizando o princípio de 2 estados viáveis, Israel e Palestina, com as fronteiras internacionalmente reconhecidas em 1967;*
- 5. Manifestar solidariedade ao Secretário-Geral das Nações Unidas e apreço pela sua intervenção neste processo;*
- 6. Prestar homenagem a todas as vítimas inocentes, tanto palestinianas como israelitas e de outros países, que já perderam a vida nesta guerra que dura há 75 anos;*
- 7. Expressar a solidariedade ao povo da Palestina através da representação diplomática da Autoridade Palestiniana em Portugal;*
- 8. Recomendar à Câmara Municipal de Leiria a atribuição de um apoio à Unicef para o seu trabalho junto das crianças palestinianas;*
- 9. Recomendar à Câmara Municipal de Leiria que no Centro de Diálogo Intercultural de Leiria promova regularmente atividades que nos permitam conhecer melhor estes povos e a sua cultura e que possa contribuir para o diálogo, a compreensão e a paz entre o povo palestino e o povo judaico.*

Mais decide que esta moção seja divulgada nos canais de comunicação municipais e remetidas às seguintes entidades de representação em Portugal: Presidente da República, Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Secretário-Geral das Nações Unidas, Parlamento Europeu, Presidente da Comissão Europeia, Presidente do Conselho Europeu, representação diplomática da Palestina em Portugal, embaixada de Israel em Portugal, comunicação social local e nacional.

Muito obrigada e peço desculpa pelo tempo, muito obrigada."

Intervenção do senhor deputado Luís Paulo Fernandes – CHEGA

Transcrição:

"Quer dizer, o deputado do CHEGA é xenófobo as 9 e a dualidade de critérios entre a Ucrânia e a Rússia, Israel e Palestina diz respeito ao PCP. Por esse motivo, voto contra. Na Ucrânia e na Rússia não interessa, interessa na Palestina."

Intervenção do senhor deputado Francisco Malheiro – IL

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Gostaria de me pronunciar brevemente também sobre a segunda moção. Referir que a Iniciativa Liberal irá abster-se neste ponto, não me choca nada daquilo que a moção



delibera recomendar, no entanto, não estamos confortáveis em dar um voto positivo a uma moção que considera, e passo a citar: "... que o estado de Israel é liderado pelas forças mais obscurantistas e extremistas do sionismo..." Israel é um país livre, democrático e, portanto, é liderado não por forças obscurantistas, mas por representantes democraticamente eleitos. Dito isto, e porque não temos nada contra os pontos em recomendação, não iremos travar a sua aprovação, iremos abster-nos. Muito obrigado."

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado – CHEGA

Transcrição:

"Boa noite e agradeço já ao senhor Presidente da Mesa o tempo a mais que me vai conceder.

Quanto à 1ª moção do, do CHEGA votamos contra, do PCP, votamos contra não, não por, não por, entendermos que não é necessária uma solução para a ligação Marinha Grande / Leiria, Leiria / Marinha Grande, mas por entendermos que tal solução não será a não solução apresentada pelo PCP.

Quanto à 2ª moção, tenho algo mais a dizer. Essa moção do PCP, como sempre redigida de forma hábil, mas já esgotada torna-se previsível. O cuidado em nunca referir ao longo da sua extensa moção o nome dos verdadeiros causadores da tragédia humanitária na Faixa de Gaza é elucidativo sobre o posicionamento encapotado e condenável do PCP relativamente àquela questão. Por isso sim, esta moção é xenófoba, é verdade, isto não serve só para os outros. Os acontecimentos condenáveis ocorridos a 7 de outubro, citei, curiosamente e bastante esclarecedor é que nunca aqui foram condenados pelo PCP e nunca seriam porque, como todos bem sabemos, esses acontecimentos foram provocados não uns quaisquer aventureiros, citei, mas sim por uma organização criminosa terrorista que há décadas desencadeia ataques organizados apoiados pelos palestinianos a Israel provocando a sistemática insegurança na região tanto para o próprio povo palestiniano como para o povo israelita. Mas o Hamas não é só um grupo de criminosos terroristas, em 2006 venceu mesmo as eleições legislativas na Palestina e é o Governo da Faixa de Gaza e foram esses criminosos que atacaram de forma programada os civis em território israelita sabendo antecipadamente que esse ataque teria consequências para o seu próprio povo, povo que não hesitam em utilizar como escudos humanos sendo eles próprios os causadores de muitos dos milhares de mortes que têm ocorrido na Faixa de Gaza, Hamas esse que não tem o menor pudor em se entrincheirar dentro de hospitais para dessa forma se defender dos ataques israelitas causando assim a morte de palestinianos, está-se a rir, não se deve rir, isto é um assunto sério, senhora deputada Joana Cartaxo, em caso de dúvida não adianta atirar aos olhos distraídos, estava-se a rir, não adianta atirar areia aos olhos dos distraídos, os causadores, nem adianta sorrir, os causadores daquela tragédia

foram apenas e só os palestinianos, os palestinianos terroristas do Hamas que o PCP não tem a coragem de citar. Hamas que ainda hoje teima em manter centena de reféns na sua posse que se libertasse seria o fim daquela trágica guerra, mas o Hamas não quer o fim da guerra, quer antes utilizá-la como forma de vitimização e pressão aos olhos da comunidade internacional, mas nós não somos como o PCP que não gosta de uma guerra porque não gosta do atacante e gosta de outras guerras porque gosta dos atacantes. Alguma vez alguém ouviu nesta casa o PCP preocupado com a invasão da Ucrânia pela Rússia sem que tenho existido provocação dos ucranianos? É isso mesmo, o silêncio. Ninguém ouviu porque afinal a vida dos milhares de ucranianos mortos não vale para o PCP o mesmo que valem as vidas dos palestinianos. O humanismo do PCP termina no exato momento em que a sua ideologia se sobrepõe a quaisquer outros interesses. Pelas razões óbvias votamos contra. Muito obrigado.”

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

“Boa noite.

A defesa da honra é simples, acho que aqui nós estamos numa assembleia democrática e, portanto, acho que todas as intervenções que sejam, e estou a falar consigo, senhor deputado, eu agradeço que o senhor saiba respeitar as regras desta casa, pronto, e, portanto, aquilo que eu proponho é que haja efetivamente respeito que esta casa aqui sempre teve e, portanto, eu irei sempre sorrir, nomeadamente quando me apetecer e, portanto, irei rir, sorrir tal como o senhor Presidente, como o senhor deputado o faz, portanto, eu não lhe admito e não admito que nesta assembleia que é um órgão democrático venham deputados com esta arrogância e com este formato dirigir-se a pessoas. Muito obrigada.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

“Senhores deputados, senhora deputada, isto vai levar a que haja defesa da honra atrás de defesa da honra, como imagina, portanto, vamos ver se nos entendemos nestas questões, não pode haver uma, isto estamos a, são questões políticas, não há nominalização, não há ataques pessoais, são questões políticas e, portanto, peço aos senhores deputados que evitem dentro daquilo que é obviamente possível estar a referir nomes de deputados uns para os outros ou, enfim, e, portanto, peço de facto contemplação nesta, neste processo.

Mais algum senhor deputado quer intervir? Não querendo, senhor Presidente da Câmara também penso que não, vamos então passar à votação da primeira moção “Eixo Leiria / Marinha Grande, apresentada pelo PCP.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a moção "**Eixo Leiria-Marinha Grande**" à votação tendo a mesma sido **aprovada por maioria**, com **38 votos a favor** (33-PS, 2-PSD, 1-BE, 1-PCP, 1-IL), **2 votos contra** (2-CHEGA) e **9 abstenções** (8-PSD, 1-CDS-PP/MPT).

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a moção "**Palestina**" à votação tendo a mesma sido **reprovada por maioria**, com **11 votos a favor** (9-PS, 1-BE, 1-PCP), **11 votos contra** (1-PS, 7-PSD, 2-CHEGA, 1-CDS-PP/MPT) e **27 abstenções** (23-PS, 3-PSD, 1-IL).

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu continuidade ao "Período Antes da Ordem do Dia".

Intervenção do senhor deputado Pedro Assunção – PSD

Transcrição:

"Boa noite a todos. Apresento os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa cumprimento todos os presentes e quem nos acompanha online. Hoje, ninguém tem dúvidas que o desenvolvimento do Concelho de Leiria não passa pela realização de muitos eventos, anúncios e factos mediáticos de curta memória e pouco ou nenhum impacto no progresso da cidade e da região. Passa sim, por projetos e concretizações de natureza estruturante, com impacto duradouro na economia e na vida das pessoas, cujos benefícios perdurem para além de ciclos políticos e eleitorais e, assim, se constituam como legados para as gerações seguintes.

É este o caso da Linha de Alta Velocidade, que recentemente tem tido alguns desenvolvimentos, renovando a esperança dos Leirienses, porventura já demasiadas vezes adiada, de que este tipo de infraestrutura, absolutamente necessária para o desenvolvimento do Concelho de Leiria e de toda a região, irá finalmente dar passos no sentido da sua concretização, ou seja, a Linha de Alta Velocidade vai sair da velocidade zero. Há por isso esperança de venha realmente a atingir a alta velocidade que certamente todos queremos.

Sendo uma infraestrutura para as próximas décadas, também os seus impactos no desenvolvimento urbano e do território devem ser analisados na mesma escala temporal, integrando as dimensões económica, social e ambiental. É neste contexto que surge a discussão sobre a localização da futura estação da LAV em Leiria, onde se colocam 2 hipóteses: uma na Barosa, com ligação à linha do Oeste, e outra na Gândara no local onde

hoje já se encontra a estação de Leiria. A decisão será política, mas os fundamentos são técnicos ou até mesmo científicos, na medida em que parte deles se basear em modelos de previsão de desenvolvimento social, económico e urbanístico, para além das soluções iminentemente técnicas, obviamente!

O PSD já tomou posição pública sobre a localização da futura estação da LAV, considerando a solução da Barosa é a única decisão que pode ser tomada com fundamentos válido e relevantes. De facto, a Infraestruturas de Portugal (IP) realizou estudos bem elaborados e tecnicamente válidos, que indicam a localização da Barosa como aquela que melhor salvaguarda o necessário equilíbrio entre o desenvolvimento sustentável, os impactos sociais e económicos, assim como a eficiência do projeto. O PSD considera que a decisão não deve ser baseada no tradicional "...eu acho que deve ser isto ou aquilo..", quando estão em causa impactos significativos para o presente e para o futuro. Já foi referido, em comunicado do PSD, sendo novamente aqui salientado, que a opção da Gândara tem impacto direto em 66 edifícios empresariais e familiares e 140 habitações, exigindo também construções de túneis, viadutos e pontes, produzindo ruído e vibrações na zona urbana circundante, afetando negativamente o território, e a cidade em particular. Para além disto, as condicionantes técnicas da localização na Gândara também impõem limitações na velocidade de frequência dos comboios.

Perante as características e fundamentos técnicos que suportam cada uma destas soluções, o PSD defende que a solução da Barosa é a única que interessa a Leiria. Adotando uma visão estratégica para o desenvolvimento sustentável de médio e longo prazo, onde a expansão da cidade é uma inevitabilidade futura que deve ser planeada agora, conjuntamente com a interligação da LAV com uma rede de transportes urbanos e regional, o PSD considera que estes são desafios de todos e para todos os Leirienses. Por isso, propomos que a CML de Leiria promova um debate alargado (ou conjunto de debates) com a população do concelho de Leiria, de modo a, não só esclarecer e informar, mas também recolher contributos de quem possa trazer ideias úteis e propostas inovadoras que realmente possam usar o potencial da LAV para aumentar os seus impactos positivos.

Dada a relevância do assunto e multiplicidade de aspetos que devem ser conhecidos e debatidos, o PSD vem também solicitar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal o agendamento de uma reunião extraordinária e exclusivamente dedicada à LAV, e que essa reunião seja objeto de divulgação pública de modo a promover uma participação alargada da população e assim contribuir também para a informação e esclarecimento. Muito obrigado."

Intervenção da senhora deputada M^a Alexandra Serôdio – PS

Transcrição:

"Boa noite, senhor Presidente, na sua pessoa permita-me que cumprimente os presentes e os que nos acompanham online.

O município de Leiria tem-se destacado pelo seu compromisso com a promoção da saúde e bem-estar dos seus habitantes. No cerne desse compromisso encontra-se a necessidade crucial de garantir a presença de profissionais de saúde capacitados para responder ao aumento crescente da população. A presença e retenção de médicos torna-se uma prioridade essencial para fortalecer o sistema de saúde local e proporcionar cuidados de qualidade a todos. O desafio é grande, bem sabemos, e era urgente encontrar soluções. Este Executivo, e apesar das dificuldades que o país atravessa no setor da saúde, envidou todos os esforços para ajudar a colmatar a falta de médicos de família e permitir que os novos centros de saúde pudessem abrir portas com profissionais de excelência. O projeto "Bata Branca", resultado de um protocolo com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e a União das Misericórdias Portuguesas, permite que desde o início do mês 22 médicos preencham as 168 horas nos centros de saúde de Leiria dando assim resposta aos utentes que não têm médico de família. São profissionais do setor privado, aposentados ou sem vínculo com a ARS Centro que apoiam agora as populações das freguesias de Bidoeira, Monte Redondo, Santa Catarina da Serra, Milagres, Regueira de Pontes, Monte Real, Colmeias, Ortigosa e Santa Eufémia que tinham os seus centros de saúde encerrados. Este projeto "Bata Branca", que representa um investimento mensal superior a 10 mil euros, permite que parte dos 44 mil munícipes, permite que parte dos 44 mil munícipes sem médico de família possam ter agora cuidados médicos no centro de saúde da sua área de residência. Senhores deputados, para além desta rede de 22 médicos que se disponibilizaram a integrar este projeto também o Centro Hospitalar de Leiria dispõe agora de 24 novos médicos internos para formação especializada. Estes ocupam todas as vagas disponíveis que tinham sido abertas em concurso e terão formação especializada durante 4 a 6 anos. Importa referir ainda que um terço destes novos médicos que escolheram o hospital da nossa cidade fizeram a sua formação geral nesta instituição, o que é um excelente indicador de satisfação e vontade de continuidade. Apostar em mais e melhores cuidados de saúde dos leirienses é um compromisso deste executivo robustecendo desta forma a coesão social e posicionando Leiria como uma referência no cuidado e promoção da saúde. O Município de Leiria está e continua empenhado em dar as melhores condições de saúde à comunidade leiriense e àqueles que escolheram a nossa cidade e concelho para aqui viverem, trabalharem e educarem os seus filhos. Disse."

Intervenção do senhor deputado Hilário Estrada – PSD

Transcrição:

"Hilário Estrada, PSD.

Exmo. senhor Presidente da Assembleia Municipal permita-me na sua pessoa cumprimentar todos os presentes e os que nos acompanham online em casa.

Antes da minha intervenção, só gostaria de alertar o senhor Presidente da Assembleia por uma situação que para mim acho que é uma hora, 23h15, não entrámos ainda no Período de Antes da Ordem, permita-me, no Período da Ordem do Dia, temos o futuro do concelho para debater, acho que não são horários para debater orçamentos municipais já depois no dia seguinte, é só um alerta que deixo à Mesa.

Não podíamos deixar, portanto, é a minha intervenção, não podíamos deixar de dar conta de uma situação que ocorreu no passado sábado, dia 9/12/23, e que demonstra bem a falta de consideração pelos leirienses e por quem frequenta as centenas de eventos que temos na nossa cidade. É igualmente a definição de uma política que não está bem definida sobre os eventos que são realizados na cidade onde o que importa é fazer tudo mesmo seja, mesmo que seja ao mesmo tempo dando a prioridade a eventos que acho mais populares em detrimento de outros e falamos em concreto é o facto de no passado sábado ter sido realizado um evento de rali, o mercado e o Campeonato Nacional de Natação, tudo isto sensivelmente no mesmo local e tudo isto causou um enorme transtorno a quem queria ir a algum destes eventos. Não seria possível realizar algum destes eventos numa outra área da cidade? Temos claramente de arranjar outros espaços para a realização de eventos. Obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Acácio de Sousa - PS

Transcrição:

“Acácio Sousa, PS.

É nestes períodos que realmente se fala em política também, não é? É discussão política, podemos maçar-nos mais com algumas coisas, mas, enfim, espero que não esteja a contar “Em relação à intervenção do senhor deputado Pedro Assunção eu só queria fazer aqui uma nota, tem havido discussão pública aqui, a Câmara tem trazido a debate público em vários locais a questão da linha de Alta Velocidade e do futuro da estação, mais, a Câmara pediu contributos a todos os partidos, portanto, o debate não está fechado, pediu contributos aos partidos e, portanto, o debate está perfeitamente em aberto e penso que faltará, o senhor Presidente poderá dizer, faltará aqui o resultado do estudo do impacto ambiental que poderá ser decisivo, mas a discussão e o debate público irão ainda continuar. Nada está fechado, senhor deputado.

Mas tendo referido a cultura, vale a pena falar num aspeto estruturante quanto ao conhecimento. Refiro-me ao Lapedo. Por vezes, ouvimos aqui críticas sobre o alheamento do Município em relação ao Lapedo. Naturalmente, todos gostaremos de ver valorizado aquele nosso pequeno canyon, tanto em termos de parque natural, como em termos de

parque patrimonial, mas... "E pur si muove", apetece-me dizer o que já balbuciava Galileu perante a Inquisição, só que aqui não é preciso balbuciar nem há Inquisição. As coisas mexem e foram bem tratadas e hoje podemos dizer que temos a perspetiva real de virmos a ter ali um parque que valorize o local onde foi descoberto o tesouro nacional que é a chamada "criança do Lapedo". É um inestimável bem para Leiria, para a Região e para o país, e a mim, particularmente, muito me apraz, porque há bem mais de 30 anos já eu e outros escrevíamos sobre as condições únicas daquele canhão geológico, bem antes da descoberta do esqueleto da criança. Cabe também aqui referir Pedro Ferreira, quem efetivamente teve a intuição de ali trabalhar e fez a descoberta e por vezes passa despercebido. Trata-se de um tesouro por tudo o que nos dá a conhecer sobre o povoamento destas terras há muitos milhares de anos e sobre a nossa evolução como humanos. Interessa saber que estão adquiridos mais de 40.000 m2 e falta muito pouco para a aquisição total de terrenos pela Câmara com a colaboração da União de Freguesias Stª Eufêmia e Boa Vista, para uma intervenção de proteção e valorização global de todo aquele parque com um novo programa de interpretação e comunicação do Vale do Lapedo, como foi anunciado ontem no Museu Nacional de Arqueologia, onde o esqueleto encontrado está exposto, programa que será apresentado amanhã, em Leiria. A Secretária de Estado da Cultura, adiantou que o LNEC está já a avançar com estudos para a estabilidade do Abrigo do Lagar Velho e assim, poderemos ali ter um monumento visitável, protegido e reconhecido internacionalmente e do qual nos possamos orgulhar. Passados 25 anos após a descoberta, estamos todos de parabéns e prontos para uma nova incursão na natureza original do Lapedo."

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Só fazer aqui alguns comentários relativamente às intervenções.

Relativamente à questão da Alta Velocidade tivemos oportunidade não só de reunir com os líderes partidários, aqui neste mesmo sítio, mal se teve conhecimento daquilo que era a análise técnica das Infraestruturas de Portugal sobre as duas hipóteses de estação. A seguir a esse, a essa apresentação tivemos também oportunidade de fazer diversas reuniões a pedido de juntas de freguesia e outros elementos. Houve um, o Região de Leiria fez, promoveu um debate muito interessante sobre a questão da mobilidade onde falámos também sobre a Alta Velocidade, onde foram convidados especialistas de várias áreas nesta temática da ferrovia. Importa dizer o seguinte, a estação da Barosa acaba com a linha do Oeste da cidade de Leiria, espero que o PSD tenha isso muito claro. Fica a capital de distrito, fica sem estação, a cidade fica sem estação, era, portanto, sublinhar este aspeto, não há

interligações, a estação de Leiria desaparece, Leiria deixa de ter uma estação e passa a existir a estação da Barosa. É só para perceberem a dimensão do que estamos a falar. Significa que toda a região de Leiria fica servida de estação, as diversas cidades, Alcobaça, São Martinho, Marinha Grande, Leiria fica sem estação. Por outro lado, a decisão não compete à Câmara, vai competir ao Governo, às Infraestruturas de Portugal e vai também ser objeto de análise por parte das, da APA no que diz respeito ao estudo de impacto ambiental que também vai ser importante na escolha de uma solução ou outra. Já disse aqui, aqui nesta Assembleia não, acho que não disse, mas já disse na outra apresentação que houve aqui com os líderes parlamentares que as duas soluções, as duas hipóteses têm coisas boas e más. Agora que no momento em que estamos a chegar próximos da estação de Leiria, em que a cidade estava a coser com a possibilidade de ter uma estação dentro da cidade para servir uma população nossa, do nosso concelho e em especial da nossa cidade, em especial das freguesias urbanas há a possibilidade ou há a hipótese de empurrar a estação para 5 quilómetros fora de Leiria. Com isso que representa, vamos imaginar, turistas, visitantes, etc. em vez de estacionarem ou pararem no centro de uma cidade como vai acontecer em Aveiro, como vai acontecer em Coimbra, no Porto e Lisboa quando desistir da estação de Leiria vão parar na Barosa, é preciso perceber. E deixava o convite aos senhores deputados todos, mas em especial do PSD, uma vez que já tomou uma posição sobre a matéria, para ir visitar e ver algumas estações idênticas à que está a propor para a Barosa para saber como elas estão a funcionar em termos daquilo que é o seu enquadramento urbanístico. Eu tive oportunidade de assistir ao debate do Região de Leiria onde foram apresentadas várias, várias estações com estas características, são estações que ficam em zonas florestais, zonas afastadas da cidade e deu para ver o ambiente que se cria em volta desse tipo de estações e para ser sincero a decisão não pode ser só tomada de ânimo leve tanto mais que a estação de Leiria, a estação em Leiria iria trazer um ordenamento urbano muito importante, íamos requalificar toda uma zona que aguarda há muito tempo pela chegada do comboio e ao desaparecer o comboio do coração da nossa cidade nós vamos perder esta possibilidade de fazer cidade, de fazer uma nova cidade, termos um novo ordenamento urbano, criar novas oportunidades de fixação não só de empresas, turismo e, portanto, queria deixar isto sublinhado. Para além disso, aquilo que nos foi prometido ou que foi anunciado é que iríamos ter uma estação em Leiria com bypass, nos momentos em que passava o Alta Velocidade passava ao largo, passava na Barosa, mas sempre que fosse preciso parar em Leiria seria, entraria na linha do Oeste. Naturalmente, se a estação passar para a Barosa a linha do Oeste deixa de passar cá e, naturalmente, quanto mais defendermos a Barosa menos poder reivindicativo teremos porque, como é óbvio, há quem esteja muito contente por ouvir forças vivas do nosso

concelho a defender fervorosamente a Barosa. Fazer na Barosa sem garantir a ligação a Leiria é o maior erro político que se pode fazer. Eu espero que tenham bem a noção disto. Se não houver ligações claras, objetivas, comprometidas, assinadas, e já não serão assinadas por este Governo, terão que ser assinadas pelo próximo, em que as ligações da nossa cidade até à futura estação, porque na própria estação em Leiria teria que existir novas acessibilidades à estação porque não podiam, as pessoas não podem caminhar, embora seja muito mais próximo, teriam que se criar condições de mobilidade suave e também rodoviária, transportes públicos entre a estação de Leiria e aquela estação. Deixo aqui também outra contradição que é, eu ouvi nesta Assembleia pessoas a propor há muito pouco tempo sobre a localização do futuro terminal rodoviário que o sítio ideal era onde? Ao pé da estação de Leiria e condenaram a Câmara por ter escolhido a localização do terminal rodoviário ao pé das, ao pé das piscinas. Agora pergunto eu, se a estação for para a Barosa o que é que ficaria a fazer o terminal rodoviário na estação como algumas pessoas defenderam? Então se a estação de Leiria era fundamental para fazer um hub de ligação de mobilidade na cidade parece que toda essa filosofia, essa visão, essa estratégia desapareceu. E posso dizer que quem vai ficar prejudicado em muito com a deslocalização desta estação para a Barosa sabe quem é, senhor deputado? E os estudantes do Politécnico, sabe porquê? Teriam oportunidade de chegar de comboio a Leiria através da linha do Oeste ou da Alta Velocidade e os professores podiam vir, podiam viver noutros sítios e vir aqui. O que vai passar a acontecer se ficar na Barosa é que vão estacionar os carros na Barosa, para nós Leirienses pegamos no carro, estacionamos na Barosa e vamos apanhar e voltamos passado uns dias, apanhamos no carro outra vez e voltamos a casa e quem vem de fora? Chega à Barosa e como é que vem para Leiria? Com que condições? Com que alternativas? Quais são os compromissos que nos querem oferecer para que essa deslocação esteja garantida? O PSD pensou nisso? Tem alguma visão sobre essa matéria? Tem algum compromisso garantido que vai ser feito? Esta questão, mostrar os eventos, já é habitual, a gente pinta com os eventos. Para começar a introdução da sua intervenção profunda, estratégica e vem aqui defender um partido como o vosso, de grande responsabilidade, que eventualmente até poderá chegar ao Governo dentro de muito pouco tempo. Quando ouvi que o PSD local defende sem qualquer tipo de debate, porque é muito fácil vir aqui reclamar numa Assembleia, mas já tomaram posição e mais, nós tivemos o cuidado de falar com os partidos, com os presidentes de junta e explicar, atenção, as duas soluções têm prós e contras, podemos acertar posições porque isto não é tão líquido quanto isso e hoje o PSD toma, já tomou, e bem, tomou a posição pública, o partido, hoje o deputado da Assembleia sobre esta matéria. Eu acho que devemos ter mais algum cuidado na análise desta situação. Eu não quero ficar com o ónus de ter sido o Presidente de Câmara



que deu carta branca para uma estação que fica a 5 ou 6 Km da sua cidade ficou muito longe da cidade porque depois, quando ela for lá feita e começarem a dizer que a estação ficou muito longe da cidade e que os turistas em vez de pararem em Leiria param na Barosa, nessa altura já não estarei na Câmara, eu não quero que depois aconteça como foi com o estádio de Leiria, na altura toda a gente concordou com a localização e com o investimento depois quando aquilo descambou, com o orçamento e com os problemas que trouxe, nomeadamente para o desenvolvimento do concelho na década a seguir, onde não se fez praticamente investimento público nenhum, na altura depois começaram a condenar a opção de investimento. A Alta Velocidade é muito importante para Portugal, não tenho dúvidas. A Alta Velocidade pode parar 5, 6, 7 vezes por dia em Leiria, mas a linha do Oeste podia parar muitas vezes em Leiria, muitas, para pessoas que vinham das Caldas da Rainha, pessoas que vinham de São Martinho, pessoas que vinham da Marinha, pessoas que vêm do Louriçal, pessoas que vêm de Monte Redondo, essas pessoas deixam de ter contacto com a capital de distrito. Nós abdicamos, nós abdicamos com esta proposta abdicamos da nossa cidade em detrimento de uma região e foi dito naquele seminário uma coisa muito engraçada por parte do arquiteto, diz assim: "...ter uma cidade grande é também ter região..." e o que às vezes sinto, mesmo com algumas instituições importante, é que às vezes querem tirar peso a Leiria e distribuí-lo pelos outros sítios, por outros concelhos, até por outras regiões, nomeadamente até no nome que se atribui a algumas instituições, como é o exemplo do Politécnico. O Politécnico tem a sua base em Leiria não é no Oeste, não destrua a nossa força, não se dividam, nem sabe o quanto isso me arrelia e depois quando dizem, "ah, somos pequenos politicamente", sabem porquê? Porque há muita gente a atirar para fora. Quando temos oportunidade de ter coisa dentro há quem diga "Ai, não, devemos pensar região", somos às vezes os primeiros, até os empresários "Eh pá, devíamos pensar região" e quem é que pensa Leiria? Quem é que pensa a nossa cidade? Quem é que pensa a nossa dimensão? É muito fácil chegar aqui e dizer e assumiu uma posição clara na Barosa. A Barosa é a solução politicamente até confortável, não destrói casas, fica, a sociedade não tem tanto conflito para chegar a um equipamento daqueles, para as Infraestruturas de Portugal é a melhor coisinha que lhes podia acontecer porque é uma poupança brutal, assustadora. Os nós desnivelados que andámos nós a estudá-los por onde é que deviam passar, em cada nó desnivelado tem pontes aéreas, desaparecem, são logo para aí uns 10, 18 nós desnivelados, a uma média de cada um de 2 ou 3 milhões de euros vejam quanto é que eles não poupam e todos a propor um apeadeiro na Barosa e o PSD que está aqui a pedir uma Assembleia para discutir já tomou posição. Convido-o a visitar estações que estão fora das cidades em Espanha e em França. Eu não me importo que vá para a Barosa, mas vão ter que pagar bem caro tirarem a estação de Leiria da nossa cidade, esta é a



função de um Presidente de Câmara e se calhar já não vai ser no meu tempo, mas as coisas não podem ser tratadas de ânimo leve e começar a intervenção a dizer.

"Só pensa em eventos, não tem visão", eu queria-lhe dizer que a sua visão é pequena e destrói o desenvolvimento da nossa cidade sobretudo quando não assenta numa perspetiva política todo o assunto porque sabe o que é que vão ficar satisfeitos? Amanhã, as Infraestruturas de Portugal vai assistir aquilo que está aqui a ser dito e vai dizer: "Bem, o maior partido da oposição já é a favor da Barosa", começam a fazer contas, a pessoa responsável das Infraestruturas de Portugal vai dizer ao Ministro que até agora é o Primeiro-Ministro, até é bem pouco tempo, "olhe, aquele pessoal já desistiu de Leiria, já o principal partido já defende a Barosa" por isso, vamos no bom caminho. Quando alguém for lá, quando alguém for lá pedir que se faça compensações pelo prejuízo que é tirar uma estação urbana para pôr numa estação suburbana, nem é suburbana, é fora da cidade, é fora das pessoas. Dizem assim: "Bem, até o PSD é a favor da Barosa, os empresários também". A ACILIS teve um comportamento aqui correto, foi esperto, percebeu logo "não, isto representa mais comércio, mais atividade comercial, uma oportunidade de atrair mais pessoas e mais turistas". E depois vejam, muitas vezes, quantas vezes vieram aqui reclamar do problema da Valorlis e dos cheiros da Barosa? Vejam como é que vai ser parar na estação da Barosa naqueles dias, quando foi o fim do Pinhal de Leiria, vejam o cheiro que lá está. Quantas vezes vieram aqui falar os deputados da oposição sobre isso? Também pensaram nisso? 2 pesos, 2 medidas. É um investimento que é muito importante, eu quero que a estação pare cá, o meu receio é que ela não viesse nem a parar, mas queria dizer que isso claro que me preocupa bastante tanto mais que a junta, a junta dos Marrazes também está preocupada porque tem tanto Marrazes como Barosa. A mim preocupa-me bastante as casas, se ficar em Leiria, as casas vão ter que ser, vão ter que ser destruídas, que ainda são algumas, são bastantes ainda, basta uma a ser destruída que é sempre uma chatice. E a população que vive na Estação? Tem a oportunidade de ver o seu património desenvolvido, reabilitar todo aquele, todas aquelas casas que estão ali em volta e ficaria com uma nova centralidade onde podia aparecer escritórios, onde podia aparecer comércio, onde podia aparecer novas habitações qualificadas e, portanto, a decisão não é assim tão tranquila quanto isso, mas acho que sim, acho que devemos promover o debate porque quanto mais nós tivermos uma noção exata das consequências mais tranquilo ficarei relativamente à decisão. Eu, para ser sincero, a mim incomoda-me bastante perder a estação de Leiria, acho que no futuro as gerações futuras não vão perdoar Leiria por ter deixado fugir a estação, mas não seremos nós que vamos tomar essa decisão.

Relativamente, houve outra intervenção que tem a ver com os eventos também o Hilário Estrada relativamente aos eventos era a natação, o rali e era, qual era o outro evento? São

tantos que nem sei, ah, e a feira, e a feira. Bem, a feira tem de se fazer, não é? A feira ao sábado de manhã tem que se fazer a feira, pronto. Campeonato Nacional de Natação tem que se fazer na piscina, não tenho hipótese, não é? Não podemos mudar a piscina para a Bajouca, tem que ser feito ali. É uma prova que teve um sucesso, não sei quantos títulos, não sei quantas pessoas. A prova de rali aconteceu ao final do dia, é assim, nós não somos propriamente Leiria de há 15 ou 20 anos atrás, onde nada acontecia, nós, felizmente, não temos fins de semana suficientes para tudo aquilo que nos propõem fazer, tentamos fazer a melhor gestão possível. E tivemos muita sorte porque o pessoal da cultura nesse fim de semana até estava meio adormecido porque se tivesse disponível para fazer coisas ainda era mais confuso. E estes eventos não são nossos, o Campeonato de Natação é organizado pela Federação de Natação, o Campeonato de Rali é organizado pelo Núcleo de Desportos Motorizados, fazem parte de competições, eh pá, não foram eventos municipais, resulta do dinamismo do associativismo e da atratividade que Leiria tem para estas coisas. Admito que possa criar constrangimentos, mas eu acho que o PSD não deve desvalorizar a importância dos eventos, bem, podem dizer mal dos eventos da Câmara de Leiria, pronto, mas a maioria dos eventos que se fazem são promovidos pelas associações na base do voluntariado e não é só na cidade, é nas freguesias. Hoje temos muita coisa a acontecer em todo o concelho, olha desde feirinhas de Natal em várias freguesias, eventos desportivos espalhados por todo o concelho, uns ligados ao atletismo, outros campeonatos de futebol. Hoje, felizmente, temos um concelho mais rico em termos de atividade cultural e desportiva e acho que, acho que nós temos a nossa quota-parte de contributo para que esta vitalidade tenha-se espalhado por todas as associações do concelho. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

“Muito obrigado, senhor Presidente da Câmara.

Vamos, senhor Presidente, muito bem, para defesa da honra? Espero que tenha justificação suficiente senão interrompê-lo-ei definitivamente. Faz favor, senhor deputado Pedro Assunção.”

DEFESA DA HONRA

Intervenção do senhor deputado Pedro Assunção – PSD

Transcrição:

“Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, ainda há pouco aconselhou os senhores deputados a não se pronunciarem os nomes uns dos outros, etc., dirigindo-se diretamente. O senhor Presidente da Câmara disse que eu diretamente tinha uma visão pequena. Ora, eu vim aqui apresentar uma posição defendida, suportada e que disse basicamente que a opção é uma opção com base em estudos técnicos, portanto, não é, não é uma visão

pequena é uma visão fundamentada, pelos vistos muito contrária àquela que tem o senhor Presidente da Câmara, mas isso não lhe dá o direito de dizer que eu pessoalmente tenho uma visão pequena. Tenho dito, muito obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Bem, senhor deputado, o seu grau de tolerância a uma resposta de um Presidente de Câmara naquilo que é o debate político normal demonstra muita, muita incapacidade de reagir, eu vou-lhe explicar porquê. Sabe o que é que é estar aqui quase até à meia-noite, muitas vezes a fazer críticas de visão pequena, sem estratégia, sem entusiasmo, a cidade está toda desorganizada por causa dos eventos, a levar na cabeça e nós não podemos simplesmente reagir àquilo que é a minha opinião sobre a vossa posição? E onde é que está o sentido, onde é que está o sentido democrático e onde é que eu ofendi a sua honra, senhor deputado? Quer usar, quer usar essa figura quando estamos num debate político? Não me parece ajustado, não me parece ajustado.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

“Senhor Presidente da Câmara e senhor, senhor deputado, eu, se não, se, a questão da defesa da honra pessoal que é uma coisa nominal e pessoal e não é uma coisa, senhor deputado, eu estou a falar, o senhor deputado vai-me desculpar e vai-me ouvir. Se, de facto, não nos entendermos em relação às questões de defesa da honra e a defesa da honra é sempre nominal, não é uma questão de crítica política, são coisas completamente diferentes, aí eu tenho que, obviamente, ter alguma imposição nesse sentido e deixarmos de ter defesas da honra e esse critério passa a ser meu, exclusivamente meu. Portanto, não, não dou qualquer hipótese a que haja interpretações por parte dos senhores deputados ou do Executivo ou de quem quer que seja, esse critério será sempre meu porque a crítica pessoal é nominal, a crítica pessoal é nominal. Aqui estamos a falar de política e, portanto, eu agradeço que tomem consciência daquilo que é, de facto, a defesa da honra. Muito obrigado.”

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** passou para o “Período da Ordem do Dia” solicitando a todos o cumprimento dos tempos de intervenção a que cada grupo tem direito.

******* PERÍODO DA ORDEM DO DIA *******

Ponto 1 - Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O senhor **Presidente da Câmara** referiu nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para responder a questões.

Não havendo inscrições o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** passou à apresentação do ponto n.º 2 pois o ponto n.º 1 não carece de votação.

Ponto 2.1 – Orçamento para o ano de 2024 - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente. Vou tentar fazer uma apresentação relativamente rápida, embora haja muitos slides, e vou tentar sintetizar os princípios que estiveram na origem do documento e também aquilo que é a ligação com aquilo que é a análise política, nacional e internacional e também aquilo que esteve na origem do programa eleitoral das, das últimas eleições. O enquadramento macroeconómico é muito importante, cada vez mais as políticas autárquicas não têm que olhar só para aquilo que é o problema da rua, o problema da freguesia, nós hoje temos, infelizmente, consequências daquilo que é o cenário macroeconómico nacional e internacional quando estamos a falar em crise de habitação, quando estamos a falar de crises energéticas, quando estamos a falar de conflitos que por vezes pensamos que a Câmara não tem que salvaguardar qualquer tipo de intervenção temos de ter uma visão muito cuidada daquilo que acontece no mundo e no globo e, de facto este cria para o próximo ano um ambiente de profunda incerteza que faz com que não se sabe qual é a evolução da taxa de inflação, não se percebe ainda muito bem como é que vai funcionar as questões relacionadas com a taxa de juro e, portanto, o próximo ano é um ano que teremos que estar preparados para a qualquer momento ter que intervir no orçamento para dar respostas resultantes do ambiente macroeconómico nacional e internacional coisa que não era muito habitual há uns anos atrás, esse tipo de preocupação. O orçamento, portanto, tem um montante de 112,5 milhões de euros, mais 15 milhões que em relação a 2023, portanto, há um crescimento do orçamento, nos últimos anos cresceu 32 milhões. Claro que quando falamos de aumento de inflação também há um aumento da atividade económica, a atividade económica produz mais receita e, portanto, está refletido aqui no, no orçamento esse, esse crescimento embora comparativamente com anos de 2019 não tínhamos as verbas das transferências de competência. O comportamento da receita, portanto, dividido em corrente e capital, pronto, onde a receita corrente é a mais representativa como tem sido habitual, a sua distribuição pelos diversos, pelas diversas

rubricas com principal destaque para os impostos diretos, 40,5 milhões de euros, e para transferências correntes, 35 milhões de euros, e nas transferências de capital muito associado também às transferências do Estado e aos fundos comunitários que temos aprovados e que temos previstos receber no próximo ano. Na receita corrente está aqui representado então o peso dos impostos diretos, dentro dos impostos diretos um peso importante do IMI com, salvo erro, com 19 milhões de euros, é o principal imposto, também está representado o IRS, o IMT, o IUC, pronto, mas com principal relevância o IMI. Transferências oriundas do Orçamento de Estado, os tais 34 milhões de euros, onde destaco os 13 milhões de euros referentes, referentes às transferências de competências na educação, na saúde e na parte social. Receita de capital, as transferências de capital representam o maior peso da receita e este valor tem em grande medida, está em grande medida justificado pela obtenção de fundos comunitários onde também está incluído o PRR, naturalmente. Aqui representado a evolução da receita de capital, portanto, com crescimento dos 5 milhões de euros. Há aqui um depósito a prazo que vamos constituir no próximo ano, 5 milhões de euros, pronto, o juro é bom para quem tem possibilidade de fazer depósitos, não é? É mau para quem tem que pagar empréstimos, não é? Nós temos as duas coisas, temos cerca de 12 ou 13 milhões de euros de dívida à banca onde a de juro subiu e, portanto, fazemos aqui um depósito de 5 milhões, dá para equilibrar e ter alguma receita, neste momento tem algum interesse. Despesa corrente, 71, capital, 41, importa dizer que a despesa corrente cresce, mas a receita corrente cresce também e aquilo que arrecadamos de receita corrente dá para pagar despesa corrente que é um bom sinal de equilíbrio financeiro. Houve momentos, houve alturas em que íamos buscar receita de capital, receita corrente para alimentar o capital, neste momento as coisas estão mais equilibradas. Dentro da despesa total corrente, dentro da despesa corrente, um sinal de, de 29,4 milhões de euros para a despesa com pessoal e aquisição de bens e serviços de 28,4 milhões de euros e transferências correntes de 11 milhões, são sobretudo as transferências para as freguesias e também pelo apoio ao associativismo, portanto, todos os programas que implicam transferências e apoios. Portanto, há aqui um equilíbrio orçamental que estava a explicar, felizmente o aumento da inflação que tem consequências quer no aumento dos salários da função pública, quer no aumento dos serviços prestados, quer noutra tipo de aquisição de bens terá de ser colmatado com o aumento da receita corrente, portanto, anula, este aumento fica anulado pelo aumento que tivemos, também é um dado interessante e importante. Despesa de capital, portanto, é onde se encontra a obra do município que depois vai ser reforçada com a introdução do saldo onde vamos completar ainda outras rubricas que, que estão agora abertas com valores simbólicos e, portanto, com a introdução do saldo vamos completar, já está aqui representado muito

aquilo que é a nossa ambição para o próximo ano. Uma explicação particular para as despesas com pessoal. Como sabem o município de Leiria é o 14º município do país que tem menor peso da despesa com pessoal na despesa total, representa 23,1%, são poucos os municípios que têm este desempenho. Há quem diga que não me devia sentir orgulhoso deste desempenho e, de facto, nós precisamos ter mais pessoas porque também estamos a crescer e precisamos de ter pessoas mais capazes, com mais capacidade para poder responder aos desafios da mobilidade, da habitação social, da saúde, da educação, portanto, tudo aquilo que é a futura Polícia Municipal, tudo o que é carga que tem vindo a aparecer na cidade vai-nos obrigar a ter mais pessoas no futuro e a reforçar a nossa equipa, mas como costume dizer para o número de pessoas que temos, para o nível do volume de despesa que temos com pessoal o nosso desempenho, a nossa produtividade é extraordinário, pronto. Grandes Opções do Plano e, portanto, é onde estão representados então os investimentos e as principais atividades do município. Alguns exemplos que estão aqui, mas há muitos mais, por exemplo, está representado aqui nos serviços gerais da Administração Pública o investimento, o apoio para o auditório dos Pousos, o edifício da Assembleia Municipal e outros serviços que estarão naquele edifício em baixo, o investimento na torre nascente do estádio municipal, o investimento na videovigilância, a aquisição de ambulâncias, os apoios a associações dos Bombeiros Voluntários, que é superior a 1 milhão de euros, o investimento na área da saúde com a construção de três novos centros de saúde, na ação social os programas sociais, que são cada vez mais robustos e cada vez com mais dinheiro, onde destaco o apoio ao arrendamento, programa que foi, que foi lançado para mitigar a situação do aumento das rendas em virtude da falta de habitação, a área da educação que é a área mais relevante em termos orçamentais, é onde vamos fazer uma diferença grande até ao final do mandato e o próximo ano é um ano decisivo porque é o ano em que terminamos as obras do centro escolar e é o ano em que lançamos as obras novas da Gândara, da D. Dinis e dos Marrazes, são obras muito, muito, muito relevantes e que irão transformar a oferta educativa, aquilo que é a nossa, os nossos equipamentos educativos para além depois de todas as atividades associadas à educação como a ação social escolar, as refeições escolares, as AEC's e por aí adiante, portanto, é um mundo de atividades. Na área da cultura, aqui diz que é acessos mecânicos, pronto, em bom rigor para o ano já estão feitos, a requalificação do largo da Sé já está feita, o que falta fazer e para o ano fica concluído é o parque verde da encosta do Castelo, portanto, que começa ali no antigo horto, prolonga-se pela encosta do Castelo, portanto, é uma obra que está praticamente concluída, termina ao pé da Domingos Sequeira, é uma obra que vai ficar bonita também. Para o ano termina também o Centro de Artes Villa Portela, portanto, o nosso Museu de Arte Contemporânea com um espaço verde extraordinário,

portanto, que vai ser seguramente uma mais-valia para a cultura e para o, e para o bem-estar das nossas populações, sobretudo aquelas que apreciam o ambiente e as artes. Na parte do desporto, para além de que vamos ter de concluir o pavilhão dos Marrazes, que falta dizer é um pavilhão, é o maior pavilhão do concelho, também é um dos maiores do país, deixou de ser um pavilhão gimnodesportivo de uma escola para ser um pavilhão onde pode acolher competições nacionais de futsal, basquetebol, andebol, uma vez que vai ter duas bancadas mais uma bancada amovível, portanto, ficamos com um pavilhão que nos pode acalmar um bocadinho aquilo que será as dinâmicas, as necessidades desportivas do concelho. Depois, ainda no desporto, a parte da piscina do AquaPolis, o projeto está em curso, vamos ter que fazer depois também uma divisão entre a parte da natureza e a parte do desporto, também está a ser tratada esta parte. O parque industrial, requalificação dos parques industriais, aqui deu-se um destaque ao parque industrial da Carreira, na Barosa, mas o grande investimento é no parque industrial de Monte Redondo, portanto, para o ano lança-se, quer dizer, a empreitada já foi lançada a nossa expectativa é que para o ano comece a obra e pronto, vai ser, de facto, um equipamento muito importante para a estratégia económica e, portanto, 2024 será o ano de arranque desta, desta obra. Depois, temos aqui comércio e turismo com os famosos eventos, não é? A Feira de Leiria, o Leiria Kids, o Festival da Sardinha, o Leiria Sobre Rodas, Leiria Natal e passagem de ano, pronto, há muitos mais, estes são alguns que fazem parte do nosso calendário. A proposta na habitação social, pronto, que tem havido aqui avanços e recuos, uma vez que há a questão da localização, o tipo de empreitada, portanto, temos que gerir isto um bocadinho com as expectativas locais. Sabemos que há uma necessidade de habitação, mas também percebemos que há uma necessidade de atender àquilo que são as vontades locais. Na área dos transportes e comunicações sublinho a construção da central de mobilidade de Leiria que vai sair da avenida Heróis de Angola e que vai passar para ao pé do estádio e que vai ter início para o ano, portanto, o projeto estará pronto no 1º semestre do próximo ano, portanto, esperemos que seja uma obra que esteja terminada até ao final do mandato e dar um passo importante para que depois também se requalifique a Heróis de Angola através do empreendimento que se quer lá desenvolver e, portanto, começamos a ter a cidade composta e organizada que era o nosso objetivo para estes 4 anos e uma parte significativa ficará, ficará alcançada. Depois, obras de requalificação em muitas estradas, estão aqui alguns exemplos, a rua da Nogueira, a rua de Santa Margarida e a rua do Cemitério, a rua da Base Aérea, conversão do largo Padre Margalhau em Amor, obras na Maceira, rua das Figueiras, na Boa Vista, também uma obra há muito reclamada, obras na 109-9, há uma parte que está feita, temos que fazer a outra, a outra parte, EN109 entre Leiria e Monte Redondo, claro que não é a estrada toda, não é? Não tínhamos dinheiro para

fazer isto, mas há uma ou outra rotunda que temos que fazer, uma precisa ser estabilizada ainda ali na Ponte da Pedra, temos o projeto também feito para a rotunda da Ortigosa, temos que ver a questão ali dos terrenos, acho que isso está a ser trabalhado com a junta, portanto, está aqui representado e, pronto, outras ruas aqui que estão aqui identificadas, mas no plano estão muitas mais. _Construção e reabilitação de vias, mas continua aqui também uma série delas não vou porque isto é demasiado, não vos quero maçar muito mais. Principais projetos nas freguesias, mantemos aqui o ritmo de apoio às freguesias nesta lógica perto dos 12 milhões de euros, é fundamental o trabalho que as freguesias fazem no investimento de proximidade, se não fossem as freguesias nós não conseguíamos chegar àquela obra que é muito importante para as populações e que, e que a câmara não consegue dar resposta, arranjar um largo, uma parte duma, duma estrada, o arranjo de um passeio, portanto, são os tais contratos interadministrativos que têm sido muito importantes, dão muito trabalho, são ritmos, as juntas de freguesia também percebem com estes contratos dizem uma coisa engraçada que é quando a gente não faz obra "eh pá, vocês são lentos a fazer", mas quando entregamos à juntar elas têm as mesmas dificuldades do que nós e aí vocês reconhecem, pronto, que o ritmo que atualmente com que se faz obra não é o ritmo desejado também e não tem só a ver com a questão da câmara, é um pouco a oferta que há hoje de empresas para construir e para fazer obras o que faz com que no final do ano se calhar toda a gente anda a correr para ver se consegue concluí-las. Portanto, aqui a versão do apoio às freguesias. Em fevereiro de 2024 o orçamento fica completo, não é? Quando introduzirmos o saldo voltamos a ter mais, mais uma visão mais global daquilo que são os investimentos previstos e alguns indicadores que reforçamos com o de bom desempenho no que diz respeito àquilo que é a importância de, de Leiria no contexto nacional quer para viver, ocupa o 10º lugar a nível nacional, o 6º lugar para fazer negócios, a marca da cidade de Leiria no contexto nacional ocupa uma posição de 12º lugar, na área da transparência é o 1º lugar entre as capitais de distrito e no que diz respeito à parte financeira, como é conhecido, nós mantivemos e queremos manter o rigor financeiro de ter contas em ordem, mesmo passando por esta pressão inflacionista temos conseguido fazer isso e temos muito obra ainda para fazer e até agora não temos recorrido a endividamento bancário para a fazer, temos usado aquilo que é o nosso dinheiro para fazer obra e, eventualmente, quando entrar em obras mais pesadas podemos ter que mudar de filosofia, mas para já temos, temos feito o nosso trabalho recorrendo àquilo que é a gestão rigorosa das contas certas do município. Muito obrigado, senhor Presidente."

Intervenção da senhora deputada Eugénia Costa - PSD

Transcrição:

"Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal permita-me que em seu nome cumprimente todos os elementos assentes nesta assembleia, senhor presidente da Câmara, vereadores, presidentes de juntas de freguesia, estimados Deputados, tradutores em língua gestual, equipa de apoio técnico, comunicação social e os que nos acompanham à distância, a todos boa noite.

Mais uma vez estamos aqui a ser chamados para votação do Orçamento para o ano de 2024, mas sabemos à partida que é um sofisma, que não é para manter, porque sabemos que este orçamento será drasticamente mudado assim que no primeiro trimestre de 2024 juntarmos o Saldo que irá sobrar deste ano.

Portanto, o que aqui iremos votar de pouco vale em termos concretos.

Prova disso, é que o Orçamento antes aprovado ainda só está executado em 57%, o que demonstra bem a incapacidade deste executivo em cumprir aquilo que promete, como o Partido Socialista já nos vem habituando ao logo dos últimos anos.

No entanto para executar receita e cobrar impostos é exímio e já executou 90% da receita. Esta situação demonstra bem os projetos eternamente adiados e que são prometidos todos os anos aos Leirienses em todos os orçamentos.

Outra nota, é que o IRS aumentou em termos de receita em cerca de 1 Milhão, passando para 8 milhões, o que demonstra bem que não faz sentido o Partido Socialista insistir em pedir o valor máximo aos Leirienses em vez de devolver parte deste valor aos munícipes, conforme tem sido proposto pelo Partido Social Democrata.

Em termos de impostos, também temos aqui uma fatia enorme de cerca de 50 Milhões, quer em impostos diretos ou através da cobrança dos mesmos pelo Governo, o que na prática colide e temos serviços públicos que não vão ao encontro das necessidades da população.

Em fevereiro, quando for acertado o Saldo deste ano, como já referimos, o orçamento vai ser drasticamente alterado, o que desvirtua o que deve ser uma boa gestão autárquica.

Ainda assim importa dar as seguintes notas:

- No que diz respeito à Habitação, que o Sr. Presidente da câmara diz ser uma das suas prioridades, neste Orçamento apresentado só estão orçamentados 358.000€. É com estes valores que se vão fazer as 85 habitações que prometeu?*
- Acerca dos Parques Industriais, o dinheiro colocado no Orçamento não chega sequer para o parque de Monte Redondo, quanto mais para os restantes.*
- Para o melhoramento do trânsito ou criação de novas vias, de forma a atenuar o caos que a cada dia aumenta na Cidade, também nada há. É importante referir que, se nada for feito no imediato este problema vai-se avolumando, prejudicando claramente a qualidade de vida dos Leirienses e de quem nos visita.*

- Para os parques de estacionamento, que tanto promete, tem apenas 71.000€ o que claramente não é suficiente.

-A Central Rodoviária, pelo calendário apresentado, só estará pronta daqui a anos e, portanto, não será uma solução a curto prazo, como tem prometido aos Leirienses.

- Relativamente à limpeza da bacia hidrográfica do Rio Lis, outra bandeira do Partido Socialista, também não tem nenhuma verba prevista.

-Para quando a construção do edifício destinado a Assembleia municipal e outras valências? Para concluir, este Executivo é muito bom a aumentar o «mealheiro», mas demonstra grande falta de capacidade de resolver os problemas dos Leirienses.

Leiria merece mais. Obrigada.”

Intervenção da senhora deputada **Joana Cartaxo - PCP**

Transcrição:

"Joana Cartaxo, PCP.

Embora ainda não seja a versão definitiva das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, que só virão com a introdução do saldo, já se constata que não há nenhuma inflexão no projeto PS nem nos métodos e processos de ocupação de solos de urbanização e gestão do território. Vamos continuar por isso sem as medidas e a gestão que possam responder às necessidades do concelho e aos desafios com que está confrontado. As matérias atuais da estação de caminho de ferro e da central rodoviária são exemplos paradigmáticos para mostrar quão caótica é a urbanização em Leiria, resultado de dezenas de anos de políticas municipais de direita da responsabilidade do PS, PSD e CDS. Caos que não vai diminuir com a saída da rodoviária da sua localização de sempre com a destruição da zona desportiva por efeito da teimosia de aí instalar o novo terminal rodoviário com a instalação num local exíguo e saturado de tráfego de um hospital de um grande grupo privado que suga o Orçamento do Estado com o negócio da doença a que se vem agora juntar na mesma zona uma clínica médica de outro grande grupo privado do mesmo negócio com a doença tudo a bem do lucro de alguns, poucos, bem embrulhado com o lustroso papel da modernidade e desenvolvimento. O arrastamento de obras em curso há anos, nomeadamente o centro escolar de Marrazes, por exemplo, está longe de poder ser posto ao serviço da população no último prazo anunciado e a Villa Portela e a Black Box vão trilhando o caminho do calvário e o estado lastimoso do pavimento de muitas ruas e estradas agravado pelas chuvas de outono revelam-nos uma gestão de baixa eficácia ineficiente e não cuidada da qualidade de vida da população. A continuação da política de direita da maioria é testada mais uma vez pela ausência de projeto para a requalificação urbana da Maceira, a falta de apoio à freguesia de Marrazes para a criação de um grande parque verde na mata, o estudo da melhoria dos acessos entre Amor e o nó de acesso à A17 ou de uma ligação para os peões

velocípedes entre Santa Clara e o lado nascente à A19 pela falta de investimento no sistema de transportes públicos urbanos ou a falta de vontade em requalificar os vários bairros onde residem milhares de habitantes. Continua a aversão em nome do neoliberal (**gravação impercetível**) ao tão necessário planeamento e ordenamento do território o que objetivamente e como temos denunciado reiteradamente serve interesses que não interesse público, planeamento urgente, planeamento urgentemente necessário para a Barosa por causa da linha de alta velocidade e da evolução, e da eventual nova estação para Monte Redondo por causa das óbvias consequências do parque empresarial que devia ser sobretudo industrial no território, as verbas e as ações para a infância e a juventude estão de novo a níveis ridículos, mantém-se a opção por não apostar na criação de parques industriais e atrair grandes investimentos ao concelho para criar riqueza, emprego e conhecimento. A única boa nova neste quadro é que ao fim de anos de luta a zona industrial de Monte Redondo gatinhou qualquer coisa, a rotunda da EN242 na Barosa teima em não sair do papel, continua a não haver verba para o premente reforço da oferta no ensino pré-escolar e do 1º ciclo e escola de ensino básico, o auditório dos Pousos lá se vai conservando no papel arrastando-se no tempo em longa viagem desde 2008 como se nada mais quisesse do que afirmar o seu desafiador esqueleto, já o apoio para o edifício da sede da união de freguesias de Marrazes e Barosa parece ter ido parar a parte incerta. As linhas programáticas para 2024 continuam a ser em diversos casos um enunciado de lugares comuns ou de palavras vãs onde até humor negro marca presença ou não fosse disso que se trata quando se fala de implementar o Plano Municipal de Redução do Ruído, basta ir por estes dias ao centro da cidade para vermos como tão bem tratamos a audição de crianças e adultos com decibéis à solta no Leiria Natal ou estar nela para apreciar demoradamente o roncar de carros de corrida com frequência que faz inveja a muitos autódromos ou ser mimado com a chinfrineira para falar apenas do ruído de motorizadas antigas a pretexto de tudo e de nada. Noutros casos, as ditas linhas piam fino e por isso merecem crítica, é o caso da manifestação, da manifesta intenção de ajudar o mais possível o negócio privados dos novos donos das instalações da rodoviária e passo a citar "...conjuguar esforços para a requalificação urgente da rodoviária e o surpreendente nome de uma dita linha programática inscrita na sustentabilidade ambiental..."o que não deixa de ser sarcástico a outra a merecer muita vigilância e eventual combate a implementar o sistema (gravação impercetível) na gestão do ruído de fundo de resíduos são linhas programáticas que mais uma vez não têm qualquer palavra para a exigência da regeneração do Pinhal de Leiria e matas adjacentes, que se esquecem do termalismo e de Monte Real e não querem saber da requalificação da zona de atividades económicas da Ponte da Pedra por isso vamos votar contra. Obrigada."

Intervenção do senhor deputado Francisco Malheiro - IL

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Começo por referir que este orçamento representa pouco para "Leiria, território de excelência!"

Na declaração de abertura do orçamento de 2024, um documento semeado pelo slogan "Leiria, território de excelência!", o Sr. Presidente elenca um conjunto de notas sobre o percurso percorrido até agora e onde considera que "em mais de 70% dos casos foram já dados passos muito decisivos para a sua concretização".

Começando pelo eixo "Futuro Sustentável", congratula-se pela atração de dois projetos de Biometano para Leiria, mas continua sem nada fazer quanto aos efluentes urbanos que contaminam o Rio Lis. É pouco para "Leiria, território de excelência!".

Menciona os esforços para melhorar a mobilidade do concelho, onde inclui a preparação do novo terminal rodoviário que, independentemente dos méritos e deméritos que a sua localização e arquitetura merecem, não consta neste orçamento. É pouco para "Leiria, território de excelência!".

Já no segundo eixo "Qualidade de Vida" regista as obras na área da educação, saúde e intervenção social. Procura resolver problemas de serviço de saúde com betão. Enquanto isso temos mais de 40 mil Leirienses sem acesso a médico de família. É pouco para "Leiria, território de excelência!".

Fala no papel das freguesias e utiliza o presente envenenado da delegação de competências para sublinhar um "reforço de atribuição de fundos financeiros sem precedentes na história da Câmara Municipal de Leiria.". Um instrumento do Estado central utilizado aqui para propaganda local. É pouco para "Leiria, território de excelência!".

Para concluir menciona a expressão "No olhar que lanço sobre estes dois anos de trabalho vejo essencialmente Futuro." que desenvolve elencando um conjunto de objetivos e obras que pretende concretizar com este orçamento. O problema é que, analisando em detalhe o documento, estes objetivos não passam de intenções e as obras de pequenas melhorias inconsequentes. É pouco para "Leiria, território de excelência!".

Feito este enquadramento inicial e olhando para o orçamento o que vemos:

1) Impostos Diretos no total de 40.5 milhões de euros (18M€ IMI, 4.5M@ IUC, 12M€ IMT e 6M€ Derrama). Representa um acréscimo de 16.4% face ao orçamento de 2023 (+ 5.7 milhões de euros em impostos diretos).

2) Quase 5 milhões de euros em taxas, multas e outras penalidades, onde se inclui 2.6 milhões para obras e loteamento. Parece-me elevado para um serviço que em alguns casos

pode demorar 2 a 3 anos e tem contribuído para a falta de oferta de habitação no concelho. Comparando com 2023 representa um acréscimo de 15% (+650 mil euros)

3) Previsão de ficar com aproximadamente 8.5 Milhões de Euros de IRS dos Leirienses. Representa uma subida de 3.6% (pouco menos de 300 mil euros). Tal como já disse neste fórum, quando devíamos estar a deixar mais dinheiro no bolso dos leirienses, estamos a tirar mais!

4) As despesas com pessoal continuam a aumentar, prevendo-se uma subida de 9% face ao orçamento de 2023. Uma subida de quase 2.5 milhões para um valor próximo dos 30 milhões de euros (29.5M€) Para a IL, tudo isto é pouco para "Leiria, território de excelência!".

"Leiria, território de excelência!" devia ter os leirienses em primeiro lugar, não os onerando com uma taxa de IRS acima do estritamente necessário. Não os onerando com taxas e taxinhas sobre serviços que demoram muito e criam problemas em vez de os resolver. Não os onerando com impostos que pagam propaganda política com eventos públicos. As despesas com Feiras, Exposições e Festivais sobem de um valor de 187.400 euros no orçamento de 2023 para 1.280.000 euros no orçamento de 2024. É para isto que vão ser cobrados mais impostos? É pouco para "Leiria, território de excelência! Muito obrigado."

Intervenção do senhor deputado **Manuel Azenha - BE**

Transcrição:

"Sr. Presidente.

Uma rápida questão prévia....

No passado dia 14 agosto, fomos convidados a enviar eventuais contributos para o orçamento e plano de atividades (PA) que hoje serão discutidos e votados.

Gostaria, no entanto, de deixar as seguintes considerações sobre esse facto.

Esta participação, que consta da deliberação em análise, é alicerçada no n.º 3 do Art.º 5º do Estatuto do Direito de Oposição que refere o seguinte:

"Os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade directa e imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respectivos orçamentos e planos de actividade."

Ora, como resulta do título do próprio artigo, este "Direito de Consulta Prévia", que V.Exas consideram dar cumprimento ao direito de oposição, está longe de se esgotar na mera apresentação de propostas por parte dos partidos de oposição, até porque esse direito lhes é assegurado pelo estipulado no Art.º 6º do referido diploma.

Na verdade, este direito tem um caráter mais amplo que passa pela informação detalhada e participação direta nas propostas de orçamento e PA que posteriormente serão apresentadas e levadas a votação em AM pelo executivo camarário.

Quero com isto significar que a interpretação que o executivo faz do Estatuto do Direito de Oposição, é restritiva limitando assim os verdadeiros direitos de informação e participação dos partidos da oposição na elaboração destes documentos.

Na verdade, não basta ao executivo apresentar em AM, como sempre faz, a versão final do seu orçamento e PA pois tal procedimento obsta a que possa ser exercido pelos partidos da oposição o seu direito de "consulta prévia", o que se traduz numa votação não esclarecida porquanto sempre apresentada com base em quadros contabilísticos de difícil perceção.

Tal situação agrava-se ainda mais em virtude das reuniões de câmara não serem transmitidas on line, as atas para consulta estarem desatualizadas e existirem questões da mais elevada importância para o Concelho (transportes, por exemplo) sobre as quais não existe qualquer informação prestada por parte da CIMRL.

Pelo que se concluiu, se o executivo pretende cumprir o Direito de Oposição na elaboração do Orçamento e PA, deveria promover reuniões de apresentação e explicação prévia do mesmo, pois só desta é garantido aos partidos "o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respectivos orçamentos e planos de actividade."

Sobre o orçamento serei telegráfico... já tudo foi dito e não me irei pronunciar mais sobre essa vertente técnica que em nada esclarece os Leirienses sem formação em contabilidade... como é o meu caso.

Este orçamento é idêntico a todos os anteriores, ou seja, parco nas soluções que apresenta para as questões fundamentais e estratégicas do Concelho.

Parco nas respostas relativas ao ambiente, habitação, mobilidade e apoio social ...

Temos, para 2024, o maior orçamento que alguma vez foi apresentado a esta assembleia. 112.500.000,00 € (cento e doze milhões e quinhentos mil euros), valor ao qual irá acrescer o saldo de 2023 que, como sempre, deverá rondar os € 40.000.000,00.

Serão assim uns invejáveis 150.000.000,00 €, mais coisa, menos coisa...

Curiosamente, o maior orçamento de todos os tempos do Concelho coincide com uma das maiores crises financeira que o País tem conhecido.

A inflação disparou, os juros do crédito à habitação duplicaram e as famílias tudo fazem para que o dinheiro chegue ao fim do mês, escondendo muitas vezes a real pobreza que assombra as suas vidas.

Como lhe disse não me debruçarei sobre a análise técnica deste orçamento, limito-me assim a colocar-lhe algumas questões:

Destes milhões de euros que o Município prevê ter disponível para 2024, diga aos Leirienses qual a verba destinada à:

- Solução do grave problema de mobilidade que atinge a qualidade de vida dos Leirienses? Acha mesmo que serão os estacionamento periféricos a resolver a questão? Não estará a começar a casa pelo telhado.... não se deveria debruçar antes sobre a fraca qualidade do serviço de transporte publico de passageiros que temos...?

Qual a verba destinada, destes milhões, para bolsas de estudo?

E para os alunos carenciados? Para famílias carenciadas? e habitação social? Acha que serão as 50 frações que pretende construir até 2028 que irão resolver o problema da habitação em Leiria?

Some todas estas verbas Sr. Presidente,

Todas as verbas do orçamento destinadas a apoio social e melhoria da vida dos Leirienses. Depois, quando apurar esta verba, compare a mesmas com o que pretende gastar no AquaPolis, Leiria sobre Rodas, centros associativos de negócios... etc...

O resultado que obter é o verdadeiro valor do seu orçamento. É o valor que demonstra quais as linhas estratégicas e verdadeiras preocupações deste executivo...

E é por esse valor, que se resume à diferença entre negócios e pessoas, que iremos votar contra. Disse."

Intervenção do senhor deputado Manuel Cruz - PS

Transcrição:

"Manuel Cruz, PS.

Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e na sua pessoa todos os presentes e os que nos seguem nas redes sociais.

Sr. Presidente, Senhores Deputados.

Este ano está a ser marcado por terríveis conflitos. Pior ainda é que estes têm tendência a agravar-se e a modificar radicalmente a nossa forma de vida.

Pessoas são massacradas, fogem gerando movimentos de migrantes nunca antes verificados.

A economia tal como a conhecemos está a sofrer transformações de forma acelerada. Os novos desafios ligados à inteligência artificial lançam-nos num mundo desconhecido.

Com se tal ambiente não bastasse internamente sentimos e vivemos um clima de instabilidade.

Todo este ambiente gera desconforto, incerteza nas pessoas, assim como instabilidade e insegurança.

Leiria, em particular, não está imune a estas mudanças globais. No entanto, é na adversidade que encontramos a oportunidade de crescer e prosperar. Este é o momento

de olhar para o futuro com uma visão renovada, capitalizando sobre as lições aprendidas e os sucessos alcançados.

O orçamento municipal para o próximo ano é muito mais do que um documento financeiro; é um plano de ação que reflete a nossa capacidade de adaptar as políticas económicas, sociais, culturais e ambientais às necessidades emergentes.

Estes são fatores que, não sendo controlados à escala do município, tem de ser por este analisados e contornados de modo a que, sendo de influência negativa sejam minimizados, ou sendo esta positiva sejam maximizados. O orçamento tem de ser sustentável e exequível.

Com base dos dados do INE, em 2022 o crescimento do PIB nominal foi de 12,2% com o Rendimento Nacional Bruto a crescer 11,7%, a inflação média, do ano passado e este ano, a atingir os 17%. São dados externos ao município que por si só incrementam as receitas e as despesas.

O aumento das receitas totais em 13,4%, previstas no orçamento, são o resultante do bom desempenho da economia no último ano (PIB nominal 12,2%) da inflação que este ano se prevê de 6,7%.

Qualquer executivo independentemente da sua família política, nas circunstâncias atuais, teria um montante de receitas previsível muito próximo do apresentado por este executivo. Os impostos diretos assim como as transferências correntes são o resultado do crescimento do PIB nominal e do Rendimento Nacional Bruto. (76 700 m€) São 82% das receitas correntes. Já as transferências de capital têm na verba referente à delegação de competências 13.373 m€, o que representa 73% das receitas de capital.

Estas duas rubricas, que totalizam 90 M€ a influência do executivo municipal é mínima, porque são o resultado do crescimento da atividade económica e do rendimento nacional bruto.

Sim, podia o executivo baixar a sua participação no IRS. E eu, individualmente, sou um dos defensores desta redução. Mas, quando analiso a mesma de forma coletiva, chego à conclusão de que estou a ser egoísta. Injusto. O pouco que eu iria receber, somado com muitos poucos de outros, pode fazer a diferença para o bem-estar de muitos. Ser solidário com estes, é um dever de todos nós.

Se há fatores que não são controlados pelo executivo, existem outros onde a sua influência é fundamental.

No que diz respeito às despesas, o município de Leiria está comprometido em investir substancialmente em áreas que afetam diretamente a qualidade de vida dos cidadãos. Estamos a direcionar recursos significativos para a saúde, educação, assistência social e infraestrutura.

A Assistência na saúde, na infância, na aprendizagem, na velhice, são fundamentais ao seu bem-estar e à sua segurança.

As despesas de capital que cria infraestruturas de apoio à qualidade de vida, mobilidade e proximidade, representam 37% das despesas orçamentadas.

Os grandes investimentos previstos são dirigidos à saúde com a construção de 3 novos centros de saúde, ao parque escolar, com obras a realizar em quatro escolas básicas e centros escolares, assim como o apoios a centros sociais. Investimentos estes que representam 22% das despesas de capital.

Na área da qualidade de vida e mobilidade estão previstos investimentos de 13 milhões de euros, ou seja 31% da despesa de capital. Investimentos dirigidos à mobilidade, áreas de lazer, tais como parques e jardins, novas piscinas e rede elétrica.

Na sua missão de atração de investimento, fator criador de emprego e estabilidade social, estão em curso investimentos no Parque industrial de Monte Redondo, no parque industrial da Barosa, assim como as obras no topo Norte e nascente do estádio municipal.

O município não se resume à cidade. Para se ter uma noção do que está a ser feito nas diversas freguesias é necessário viajar pelas mesmas. São 9 M€, ou seja 21% das despesas de capital, são obras a efetuar sobre a supervisão destas. É investimento de proximidade.

As despesas correntes, que representam 63% do orçamento para 2024, e atingem os 71M€, mais 14,8% do orçamento do ano passado. Estes valores têm refletido a parte negativa dos custos de inflação, que como foi referido anteriormente, no cúmulo dos últimos dois anos, a média foi de 16,8%. No entanto, quando comparada com o ano passado, a percentagem mantém-se com um ligeiro decréscimo.

Estou convicto que no futuro este é um grupo de despesa que terá tendência assumir cada vez mais um maior peso nas despesas dos municípios.

Os contratos de delegações de responsabilidades nas diversas valências, celebrados entre o município e o governo central, tem ao lado positivo de aumentar a proximidade da governação às pessoas, mas em consequência de tal, existe também um aumento da responsabilidade financeira.

Esta responsabilidade tem reflexos no aumento do quadro pessoal do município, no aumento dos custos com pessoal, que representam 41% dos custos correntes. Os montantes previstos para 2024, deduzidos dos aumentos e correções salariais estão em linha com os montantes previstos para 2023.

Já os custos com a aquisição de serviços sofrem um aumento de quase 21%, que não podem só ser justificados com a inflação, mas sim com o aumento de serviços prestados à comunidade. Neste orçamento representam 40% das despesas correntes.

As infraestruturas que se vão edificando no presente, que se vão assumindo pela delegação de competências requerem manutenção e reparações. São potenciadoras de custos no futuro.

Mas é de salientar a importância vital destes custos para a qualidade de vida dos Leirienses. Os custos com trabalhos especializados, assumem o valor de 10M€. 15% das despesas correntes.

Não podem ser consideradas despesas. São investimentos na qualidade de vida das pessoas. Na manutenção e serviços de apoio aos centros de saúde, às creches e estabelecimentos de ensino, na ajuda às famílias mais necessitadas, nos espaços de lazer e na mobilidade.

Aqui destacamos a contratação de 24 médicos por este executivo, sendo apenas e só da sua responsabilidade os custos com tal contratação.

Para o serviço de apoio e proximidade, papel muito bem desempenhado pelas juntas de freguesia, estão previstas nesta rubrica 11,4 M€, ou seja 16% das despesas gerais, vincando a importância que este executivo dá ao papel fundamental que estas, juntas de freguesia, desempenham junto dos seus fregueses.

Senhor Presidente, Senhores deputados.

Leiria tem características e valências próprias.

Leiria possui uma identidade única e uma cultura rica, moldadas ao longo do tempo pela vontade de seu povo e pela visão estratégica de suas lideranças.

Sem apresentar alternativas ou melhorias, a discussão do orçamento torna-se um ato dialético e vazio. Não traz valor acrescentado.

Mais que analisar números ou semânticas, é importante que se analisem e discutam políticas estratégicas. Que se contribua para sua melhoria ou se apresentem alternativas.

Este orçamento representa um plano de ação para um futuro mais próspero, seguro e sustentável. Com foco na melhoria contínua e na inovação, estamos confiantes de que este orçamento será um catalisador para o crescimento e desenvolvimento contínuos de Leiria.

Este orçamento é um reflexo dessa visão estratégica, comprometida em fortalecer Leiria como uma das melhores cidades para se viver em Portugal

Nós, grupo parlamentar do PS defende estes valores.

Nós revemo-nos neste orçamento.

Nós, votamos positivamente este orçamento.”

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado - CHEGA

Transcrição:

"Boa noite. Vou tentar não ofender a honra de ninguém, estamos todos muito sensíveis hoje e, senhor Presidente, espero que mantenha aquela ideia que transmitiu do poder de encaixe.

*Parece que já foi há um ano que estivemos aqui a discutir, parece que foi ontem que estivemos aqui a discutir o orçamento municipal, mas na verdade já passou um ano, o tempo passa e passa depressa, só Leiria é que fica no mesmo sítio. E vou, vou começar, poder de encaixe, vou começar por dizer algo que nunca disse antes nesta Assembleia **(Presidente AM - senhores deputados têm que fazer silêncio porque eu queria ouvir, queremos todos ouvir com certeza o senhor deputado Morgado e era importante fazermos silêncio, muito obrigado)**. Muito obrigado, senhor Presidente.*

Vou começar, repito, por dizer algo que nunca disse antes nesta Assembleia quanto a estas questões de orçamentos e de contas que o que interessa aos leirienses e de onde vem o dinheiro e para onde vai o seu dinheiro, é isso que interessa aos leirienses. Podemos pegar no orçamento, centenas de páginas, e pôr em frente ao munícipe e dizer "...olhe, está aqui o seu futuro, o futuro do seu dinheiro no que a Leiria diz respeito..." e até o podemos fazer isto, a versão 2.0 com PowerPoint, slides e tudo mais, vale zero. Podemos falar de despesa corrente, despesa de capital, milhões para aqui, milhões para ali grandes opções plano, plano plurianual de investimentos, reconciliação de contas, etc., etc., outros palavrões e tal, isto vale zero para a generalidade das pessoas. O que podemos, em alternativa, é desconstruir o orçamento, chegar junto da pessoa, pedir-lhe para sentar, que vai precisar, e explicar "olhe, o seu dinheiro, como habitual, vai essencialmente para consumo interno da autarquia e pouco será feito em termos estruturais que acautele o seu futuro e o dos seus filhos". Podemos também dizer que muito desse dinheiro será gasto em operações de charme e imagem enquanto problemas crónicos estruturais continuam por resolver. Com ele ainda sentado, dizemos "olhe, vai continuar a olhar envergonhado para um rio que deveria ser um dos ex-libris da cidade e não uma vergonha a nível nacional por causa da poluição" e, por exemplo, a este respeito, digo-lhe até, chamo a atenção para as parcas verbas destinadas à limpeza, mas principalmente à manutenção das linhas de água que é muito importante e olhe, vai também continuar a ver-se a braços com um trânsito cada vez mais caótico e, por outro lado, sem uma resposta adequada e eficiente em termos de transportes públicos sejam eles rodoviários ou ferroviários porque, na realidade, não temos neste orçamento respostas que nos possam tranquilizar quanto à melhoria e extensão da resposta dos transportes públicos em todo o concelho. Dizemos-lhe também "sabe aquela rua e aquela estrada à beira de sua casa?" Pois bem, esses problemas também não serão resolvidos, quando muito serão remendados porque olhando para este orçamento é precisamente isso que será feito e "sabe também aqueles cheiros, aquele ruído, aquela

confusão que sente junto à sua casa dos seus vizinhos? Pois bem, olhe continuará a ter empresas e indústrias em cima das suas casas porque não existe um programa de criação de parques industriais e incentivos para as empresas e indústrias se deslocalizarem para lá. Continuamos a ter um orçamento que não dá a devida importância e resposta à captação e promoção de investimento para o concelho, temos um dinamismo empresarial e industrial de excelência em Leiria e tiro o meu chapéu a todos os empresários do concelho, mas que infelizmente não é acompanhado pelo município. A esta altura, o homem já deverá estar a ficar desanimado, mas nós teremos de continuar "olhe e se quiser estacionar em Leiria a não ser, a não ser que deixe de pagar a prestação do carro ou abastecer o carro para poder estacionar em Leiria, o melhor é não vir à cidade porque efetivamente não há uma resposta de parques de estacionamento públicos gratuitos". Continuará também a pagar a construção de centros de saúde, nada contra, valorizamos, reconhecemos, mas quando lá chegar, temos pena, terá de bater com o nariz na porta porque não existem médicos sem que este orçamento de alguma forma adote medidas que atenuem o impacto da falta de resposta do SNS no acesso aos cuidados de saúde pelos leirienses. O município não pode fazer muita coisa a esse respeito, mas alguma coisa poderia e deveria ter feito. E olhe, os seus filhos e netos continuarão a ser empurrados para vir morar para a cidade porque não existem incentivos, nomeadamente ao nível fiscal das taxas municipais ou mesmo do PDM para que fiquem ou vão residir para as freguesias fora da malha urbana, cada vez mais ao abandono. Este orçamento efetivamente não procede à descentralização territorial de serviços e infraestruturas como se exigiria e olhe, quando vier à cidade continuará a assistir ao definhamento gradual do comércio local e tradicional de Leiria sem que exista um programa e uma aposta efetiva na promoção e defesa dos comerciantes. Este orçamento pouco mais que ignora o comércio local e tradicional e os seus comerciantes. Continuará também a pagar as taxas municipais elevadíssimas pela água, saneamento, licenciamentos, etc. sem que isso traduza num efetivo aumento da qualidade desses serviços prestados à população que não vemos neste orçamento. Mais, os seus filhos e os seus netos quase terão de vender um rim se quiserem comprar casa em Leiria. Continua a não existir uma política pública municipal que dê resposta às dificuldades de acesso à habitação pelos munícipes, nomeadamente com isenções ou reduções de IMT para a aquisição de 1ª habitação para jovens ou mesmo para menos jovens ou, por exemplo, redução das taxas de edificação para construção ou reabilitação de 1ª habitação própria permanente, conforme o CHEGA propôs para efeitos de Direito da Oposição. E sabe, aqueles homens e mulheres que vão a correr sempre que existe um incêndio? Os bombeiros municipais e voluntários, porque para nós não há filhos nem enteados, continuarão a não ter a devida valorização e reconhecimento por parte do município e que apesar disto tudo poderá contar

continuar a pagar a taxa máxima de IRS e IRC na disponibilidade do município bem como já referi taxas municipais elevadíssimas disto e daquilo. O homem, desanimado, ir-nos-á perguntar "então, mas isto é tudo mau?" Não, tenha calma. Temos de ser justos porque devemos dizer bem e irá receber do município ainda qualquer coisa, mas atenção que a mesma mão ou a 2ª ou 3ª mãozinha se quisermos vai buscar aquilo que lhe deu em dobro ou em triplo. Agora, numa análise mais formal, reconheço a este orçamento e à generalidade dos orçamentos socialistas uma virtude, é que nunca nos surpreendem, são sempre maus e regra geral de estagnação, a lógica é sempre a mesma e funciona igual em todo o lado. Em Leiria gastam 63%, 71 milhões de euros, em despesa corrente sendo que 40% é só em pessoal, reconhecemos admitimos, presos pela forma como foi levada a cabo a descentralização de competências, nomeadamente na área do ensino. Depois, sobram para despesa de capital investimento, 37% que corresponde a cerca de 41 milhões de euros, o que para um município como Leiria, capital de um distrito como o nosso, é manifestamente pouco e ainda por cima cerca de 9 milhões são para as freguesias sem que se vislumbrem obras estruturantes para as mesmas. É um orçamento que é apresentado como um dos maiores de sempre, um orçamento recorde, há mais de uma década que não era apresentado um orçamento com estes valores. Na prática são cerca de 15 milhões de euros a mais do que o orçamento do ano passado, 15 milhões de euros pode parecer muito e é, mas depois em termos práticos vemos que esse aumento não se traduz em mais para Leiria e para os leirienses, os de agora e os do futuro. Deste aumento significativo do bolo do orçamento cerca de 5 milhões de euros vão para a despesa corrente, cerca de 5 milhões de euros vão para a despesa de capital e 9 milhões de euros para despesa corrente, ou seja, do aumento de 15 milhões de euros no bolo deste orçamento a fatia para gastos correntes é quase o dobro da fatia para investimento, ou seja, este orçamento record é alavancado pela despesa corrente, gastos para consumo interno e imediato se quisermos e muito pouco por investimento. Também se quisermos já usar a gíria futebolística há aqui uns jogadores que vão com a bola nos pés, com a cabeça levantada, que sabem para onde querem meter a bola e para onde vão e há aqueles com os olhos postos na bola, com os olhos postos no chão sem saber para onde vão e por norma são desarmados ou sofrem um carrinho e assim vai o município. E como foram aqui falados de indicadores, e como nestas coisas também é bom colocarmos isto em perspetiva, podemos comparar alguns dados, alguns indicadores demonstrativos do desenvolvimento económico e social de Leiria com outros concelhos em termos daquilo que já falei aqui no ano passado do orçamento per capita. Leiria tem um orçamento per capita de 868 milhões, Marinha Grande, aqui ao lado, tem um orçamento per capita de 1.000.125, Pombal 1 milhão, Porto de Mós 1.000.300, Alcobaça 1.000.245, Batalha, aqui ao lado, sem qualquer provocação, quase o dobro de

Leiria, 1.000.420, é por isso que disse que era um orçamento de estagnação e é-o por muito por força da forma, repito, como foi conduzida e feita a descentralização de competências tornando as câmaras tarefeiras da Administração Central sem que recebam as verbas correspondentes suficientes. A receita da transferência de competências neste orçamento é de 13,6 milhões de euros, 39,6%, enquanto e não sabendo quanto a esta despesa, quanto desta despesa diz diretamente respeito à delegação de competências, mas assumindo que será uma verba muito significativa como já aqui foi assumido pelo Executivo, a despesa com pessoal é de 29 milhões e meio. Este e outros exemplos são o resultado do aumento dos encargos financeiros do município decorrente da descentralização sem que esta venha acompanhada do respetivo pacote financeiro, é clara e evidente a pressão do processo de descentralização na situação financeira do município e na sua capacidade de investimento, investimento esse que acaba por ficar refém das tarefas e encargos delegados pela Administração Central. Não é nada contra a descentralização de competências, nomeadamente para os municípios, é sim contra a forma leviana e ligeira como a mesma foi levada a cabo a pensar mais no Estado Central do que nas autarquias. Este orçamento é também apresentado como um orçamento amigo das freguesias, já o ano passado era apresentado como tal, mas analisando a frieza dos números não se percebe bem porquê. No orçamento do ano passado, o montante total de transferências para as freguesias foi de cerca de 11.000.008, 3,8 milhões para despesa corrente e 8,7 para despesas de capital. Neste orçamento, o montante de transferências para as freguesias é de 11,9 milhões, não há na verdade grande ou nenhuma diferença de investimento nas freguesias sendo que ao fazermos esta análise daquilo que é transferido para as freguesias temos de ver antes e depois do processo de delegação de competências do município para as freguesias porque é certo que hoje o montante das verbas transferidas para as freguesias é consideravelmente superior ao que era antes de começar a delegação de competências, mas ao mesmo tempo que o município transfere mais dinheiro para as freguesias também deixa de ter os custos com as tarefas que delega, ou seja, antes da delegação de competências para as freguesias a câmara gastava dinheiro a fazer nas freguesias agora paga às freguesias para fazer, mas, no cômputo geral, pouco ou nada mudou, esse aumento de valores não significa que haja um aumento de capacidade das freguesias para investirem ou fazerem isto ou aquilo como efetivamente não há, pelo contrário. Para não falharem com os compromissos assumidos as freguesias veem-se obrigadas a comprometer os seus próprios orçamentos para colmatar as insuficiências das verbas transferidas pelo município. Para terminar, é um orçamento pouco ambicioso, virado essencialmente para si próprio e para o imediato, em que o maior mérito que se lhe reconhece será mesmo o das contas certas, mas pergunto de que valem as contas certas

se isso não se reflete na melhoria das condições e qualidade de vida das pessoas, na resolução de problemas crónicos estruturais que permita deixar Leiria melhor da que temos, porque as contas certas valem como um fim para melhorar a vida das pessoas e não como um fim em si mesmo principalmente quando alcançada à custa das pessoas e do desenvolvimento do concelho como é o caso. Por tudo isto e por muito mais seremos obrigados a votar contra. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Luís Paulo Fernandes – CHEGA

Transcrição:

“Muito bem. A parte técnica foi bem feita pelo meu colega. 17 segundos para dizer baixa execução, é registar, não consigo compreender como é que o Executivo apresentando o orçamento terá que me responder se efetivamente já conseguiu fazer a reconciliação bancária para que tenha boas contas porque volto a dizer para mim, na minha opinião, na nossa opinião é grave apresentar-se orçamentos, contas e não se fazer a reconciliação bancária para verificar as operações de tesouraria.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Muito obrigado, senhor Presidente.

Agradeço as questões, as intervenções, os comentários ao Orçamento. Há intervenções com um carácter mais vincado daquilo que é a afetação do Orçamento, não é? No que diz respeito a prioridades de obras e outros que consideram que o Orçamento deveria ter um carácter mais social e eu respeito todas as opções daquilo que é as prioridades apresentadas por cada um dos elementos diversos partidos, pronto. O que eu não consigo compreender, já repeti isto várias vezes, são aqueles que ao mesmo tempo que pretendem redução dos impostos pretendem mais investimento e isso não é possível, é matemática e este exercício é um exercício político interessante, não é? Que é que sempre que alguém proponha a redução de receita diga e que não venha com aquela coisa “corta-se nos eventos”, pronto, isso também não resolve, não é suficiente, mas que diga de uma maneira objetiva que estrada quer deixar de fazer, que transferência quer deixar de fazer pelo associativismo, para as juntas ou qual é a obra na escola que se quer deixar de fazer, qual é a estrada que quer deixar de asfaltar, é muito importante para que se possa fazer um exercício político mais correto, não é? Mais equilibrado e claro que eu quero deixar aqui sublinhado, nós temos o maior orçamento de sempre desde que o PS é governo na câmara porque houve orçamentos em tempos, no tempo do PSD, que eram superiores a este, mas eram empolados e fazia-se um rol de promessas em que depois essas aí nunca nenhuma era cumprida, mas estava no orçamento e eu lembro-me bem disso, na altura fazia parte da Assembleia Municipal e também cheguei a fazer na câmara e era assim que se fazia

orçamentos sem o rigor, sem a capacidade de poder definir prioridades com as juntas de freguesia e com as populações porque tudo se prometia e punha-se no Orçamento para que as pessoas pudessem ficar satisfeitas com essa operação. Nós deixamos de fazer isso, temos orçamentos reais, temos as contas certas, o que é importante por uma questão de credibilidade e de segurança, temos 6 dias de prazo de pagamento das faturas, temos pago, a nossa dívida a fornecedores é perfeitamente residual e isso para nós é uma bandeira e um desígnio e claro o território é um território que a gente quer de excelência, mas também sabemos que a excelência obriga a trabalhar muito e sabemos que não estamos no ponto ideal, mas também não estamos num ponto que faz com que a nossa cidade seja classificada como das piores, portanto, todos os indicadores que temos são claros, nós vivemos numa cidade e num concelho que têm qualidade de vida comparado com outros concelhos do país e agora termino porque a mesma pessoa que o senhor deputado apanhou no outro dia esteve a falar comigo e esteve a falar comigo e disse "Ah, noutra dia esteve aí um político que deseja um dia, tem muitas ambições" e que colocou, colocou uma e desabafou comigo e "eu nem tenho conseguido dormir" e essa pessoa com quem falou disse assim "então, mas porque é que não consegue dormir?" "Eh pá, eu até tenho pavor de chegar ao governo da Câmara e ter que fazer tudo aquilo que critiquei e que propus" o que significa que é, o exercício da política não é só dizer o que é preciso fazer também tenho a perfeita noção que é preciso fazer muita coisa, muita coisa, mas o exercício de colocar no lugar dos outros é muito importante se quisermos fazer uma política responsável evitando as promessas, evitando as soluções fáceis como se aquilo que hoje foi aqui apresentado algumas não fossem problemas estruturais e como se algum comum dos mortais conseguisse fazer num período de um mandato ou num piscar ou com um estalar de dedos, é contra este tipo de política que enquanto tiver oportunidade de usar este microfone irei combater que, infelizmente, está muito na moda. É um tipo de política que não posso concordar, o exercício de oposição tem que ser equilibrado com o exercício "se eu estivesse no lugar do Presidente ou da Câmara" e se tivermos sistematicamente o discurso de que tudo estará por fazer como se nada tivesse a ser feito não é um discurso credível nem para as pessoas que a gente encontra na rua e faz essas perguntas todas porque senão muitos deputados e políticos vão passar por pesadelos porque se algum dia tiverem no poder vão ter que fazer tudo aquilo que prometeram e depois vão ter, vão perder o sono. E engraçado, muitos desses que prometem muito depois também quando estão no poder tornam-se mais mansinhos, temos exemplos desses também espalhados pelo mundo. O discurso do facilitismo, tudo está mal e que nós resolvíamos num ápice ganha votos, tem ganho, a minha expectativa é que no futuro não ganhe muitos e que voltemos a fazer uma política de qualidade, mais qualidade e isso é um grande desafio hoje

muito grande, é nós mantermos o nosso discurso, a nossa ação, os nossos compromissos com responsabilidade para que as pessoas continuem a acreditar nos políticos e isso inclui-nos todos nós, não é? Esse exercício temos que o fazer. Por isso o exercício que hoje aqui foi feito da oposição considero perfeitamente normal e tranquilo porque algumas são situações que são repetidas ano após ano que é a falta de soluções para muitos problemas que foram apontados como se nunca tivéssemos resolvido tantos ou como se não tivessem havido de resolver muitos, mas para resolver os problemas todos que foram aqui elencados pelos mais diversos deputados precisamos de orçamento que é hoje o tema, não é? É o tema da sessão, o principal ponto e o orçamento que temos não é ilimitado, tem um limite, neste caso é um bocadinho mais de 100 milhões de euros, é com este que temos de contar e temos que contar com as pessoas que trabalham para o município, são 1200 pessoas que abrem e fecham escolas, tomam conta dos museus, que fazem a manutenção dos jardins, que fazem atividades de manutenção de todo o espaço público, que nos levam água a casa, que nos tratam do saneamento, que nos varrem as ruas, isso não cai do céu, não se consegue fazer sem pessoas. Esta situação de criar o demónio sempre que temos ou pessoal ou despesa do município associada à despesa corrente como se não fosse obrigatório ter este tipo de despesa, eu oiço aqui muitas vezes falar em obra, há mais obra para estadas, mais obras para piscinas, mais obras para um pavilhão, precisamos de um determinado tipo de equipamento a ser desenvolvido, mas depois de feito não precisam de manutenção? Não precisam de pessoas para abrir as portas e deixá-las abertas para que as pessoas possam usar? Querem mais oferta em termos de investimento público nas mais diversas áreas e acham que depois não temos que tomar conta delas? E que isso não tem um custo? E acham que uma pessoa não tem que fazer mais nessa área? Eu acho que tem, incomoda-me muito ver muitas vezes coisas que vejo na cidade e que vejo nas freguesias, gostava de ter o concelho muito mais bonito, muito mais arranjado, muito mais preparado para a qualidade de vida, gostava de ter mais espaços verdes, gostava de ter as estradas todas arranjadas também gostava disso tudo, não nos deixa de ter, não deixa de ser um concelho com qualidade e algumas coisas excecionais comparativamente com outros, com outros nacionais. Mas só para dizer que respeito muito as intervenções que foram feitas, há preocupações que são comuns, o exercício da gestão política, da gestão de um orçamento não é tão fácil como alguns políticos e alguns deputados hoje fizeram crer nesta intervenção porque não estica e se queremos fazer alguma das coisas que foram aqui pedidas outras vão ter que deixar de ser feitas e este é um exercício que fazemos com as juntas de freguesia, com os técnicos da câmara, com os vereadores, cada vereador quer mais orçamento para os seus pelouros, todos eles reclamam mais e todos eles têm possibilidades e vontade de fazer mais obra e ter mais intervenção, mas não chega e este

é o exercício da política responsável e às vezes sentimos que há aqui um discurso muito negativo no que diz respeito à qualidade de vida do concelho, claro que há mais trânsito, claro que há mais insegurança, claro que sentimos que precisamos ter mais limpeza urbana, é impossível não ter mais despesa corrente, quando temos mais ocorrências na via pública, mais vandalismo, mais lixo produzido e, portanto, temos de ter mais, temos que ter uma resposta diária para manter o concelho em funcionamento, o concelho não anda em colapso, nós não temos um concelho em colapso, pode acontecer, mas eu recordo o fornecimento de água, extensão de água a todo o concelho, a melhoria da rede de saneamento, rede rodoviária em melhoria constante ao longo da última década, já as estradas municipais muitas delas arranjadas ficámos com as estradas nacionais, começámos a fazer obras nas estradas nacionais que nunca iriam ser feitas pelas Infraestruturas de Portugal, estamos a começar a fazê-las, a estrada da Caranguejeira, a estrada para o Pedrógão, a 109, portanto, as redes rodoviárias estão a ser intervencionadas por nós, claro que eu gostava de ter um novo viaduto para vencer as entradas na cidade e quem é que vai fazer? E quanto é que custa? É fácil prometer. Só uma nova acessibilidade, uma nova ponte de acesso, porque nós em Leiria temos várias barreiras, temos a barreira do rio, temos a A19 que nos corta ao meio e, portanto, dentro da A19 temos a rotunda aérea do Continente, temos a passagem ao pé do Caiado e depois temos a passagem subterrânea ali ao pé da Grelha, temos de fazer uma nova para aliviar o trânsito que há na estrada de Leiria para a Marinha Grande, pois temos, quanto é que irá custar? Temos que a planear, primeiro temos de saber como, qual é a solução técnica e onde a vamos colocar e depois vamos ter de a planear e depois vou perguntar o movimento, que não é só do município de Leiria, vamos ser nós do nosso orçamento a gastar nessa solução quando devia ser um investimento, no meu entender nacional para resolver um problema grave que resulta não só do concelho de Leiria, mas é um sítio onde drena na antiga EN1 e que é um problema regional? Por isso é que eu estava, estava a sublinhar que sim há muita coisa por fazer, mas também queria deixar aqui sublinhado que o nosso orçamento para além de manter o rigor e o equilíbrio consideramos que estamos a apostar nos sítios certos. Quando dizemos que vamos gastar dinheiro ou investir na educação temos a plena noção que estamos a preparar o futuro e aqui não ouvi ninguém a elogiar este investimento, nós vamos fazer um investimento na escola secundária Afonso Lopes Vieira que é prometido pelo Governo há anos, não só por este, pelos anteriores e vamos ser nós a fazer essa obra, fizemos o projeto que nem nos pagaram e vamos fazer a obra. Por isso, queria deixar sublinhado que respeito muito as vossas opiniões, no meu entender o orçamento tem condições para merecer a aprovação e dar seguimento àquilo que é o nosso programa eleitoral. Muito obrigado.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 2.1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 36 votos a favor** (33-PS, 3-PSD), **12 votos contra** (7-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-PCP e 1-IL), 1 abstenção (CDS-PP/MPT), a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Orçamento para o ano de 2024**.

Ponto 2.2 – Demonstrações Orçamentais Previsionais 2024-2028. Demonstrações Financeiras Previsionais, Mapa de Pessoal, Plano de Formação, Perfis de Competências e Relatório da Proposta de Orçamento dos SMAS de Leiria para 2024 - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** solicitou ao senhor Vereador Ricardo Santos que efetuasse uma explicação sobre o assunto.

Intervenção do senhor **Vereador Ricardo Santos**

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente. Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia e na sua pessoa, se me permite, todos os presentes aqui na sala e também quem está online. Apresentação do orçamento dos SMAS para o ano 2024. Este orçamento, comparativamente com o orçamento do ano corrente, tem um acréscimo de cerca de 600 mil euros. Este orçamento, tal e qual como nos anos anteriores, assenta em vários objetivos estratégicos, são eles o fornecimento de água quer em qualidade, quer também quantidade em todos os locais de consumo da extensa rede que nós temos por todo o concelho, a redução das perdas de água no qual irei falar mais, mais adiante relativamente àquilo que tem sido a evolução das perdas de água nos últimos anos e aquilo que é a perspetiva para o final deste ano e também para, para os próximos anos no que toca às perdas de água, um outro objetivo é a ligação de todos os prédios à rede de saneamento e à rede de abastecimento de água existente, nós em termos de taxa não só de cobertura, mas a própria taxa de adesão tem tido níveis bastante acima daquilo que é a média nacional e refiro tanto a nível da taxa de adesão como na taxa de cobertura e para além destes três que elenquei também a sustentabilidade económica e a sustentabilidade ambiental e também aquilo que é a responsabilidade social desta entidade gestora. Relativamente à receita para o ano de 2024 prevê-se, como tem sido habitual nos anos anteriores, decorre da receita tarifária dos mais de 28 milhões de euros, 16 milhões e 500 são resultados do tarifário da água, tanto da tarifa variável como da, da fixa e o mesmo acontece também com tarifário de saneamento com um valor de 10.235 mil euros. Iremos ao fim de 8 anos proceder a uma atualização do tarifário, a entidade reguladora, a ERSAR, recomenda que

de 5 em 5 anos haja uma atualização do tarifário, nós conseguimos manter o mesmo tarifário durante 8 anos e, portanto, aquilo que será a proposta que foi submetida à ERSAR e que já foi validada é o aumento de acordo com a taxa de inflação indicada pela própria entidade reguladora, que será de 3,3%. Volto a dizer, este é um aumento comparativamente com o tarifário que nós temos aplicado desde o ano de 2015 e ao longo destes anos desde 2015 é do conhecimento de todos os valores da taxa de inflação quase todos os anos, salvo 2 ou 3 anos em que tiveram abaixo de 1%, a taxa de inflação teve valores que foram sempre acompanhados por aquilo que foi evolução tarifária das entidades gestoras em alta quer na água, quer no saneamento com especial destaque para a taxa de inflação de 2023 de 2,7% e no qual mesmo assim os SMAS manteve o mesmo tarifário e, portanto, a proposta de 2024 é de 3,3%. Obviamente que esta proposta reflete a estratégia tarifária que equilibra a sustentabilidade financeira com qualidade e acessibilidade dos serviços prestados aos clientes dos, dos SMAS, apesar disso, e considerando o contexto socioeconómico adverso, os SMAS decidiu não ir além daquilo que é o aumento também que vai ser aplicado pelas entidades fornecedoras em alta, praticamente em exclusivo pelas águas do Centro Litoral com uma exceção da EPAL que tem um fornecimento residual de água, nomeadamente nas freguesias de Santa Catarina da Serra e Chaíça e uma parte do Arrabal e também parte da freguesia da Caranguejeira. Apesar deste, deste aumento e apesar de nós termos a noção daquilo que é o acréscimo dos encargos com pessoal, irá crescer em cerca de 200 mil euros face àquilo que foi o considerado neste ano, assim como outros aumentos consideráveis no caso de execução de empreitadas como a aquisição de combustíveis, os custos com energia, comunicações, seguros entre outros. Relativamente a esta questão da conjuntura atual e conhecendo aquilo que são as dificuldades dos, dos cidadãos em relação aos custos crescentes e à incerteza que isso gera nos orçamentos familiares, a proposta do tarifário para 2024 apresenta uma estrutura de preços justa, transparente e compatível com aquilo que são as expectativas dos munícipes, isto não é uma conclusão dos SMAS é uma conclusão da própria entidade reguladora a quem nós submetemos anualmente a proposta tarifária e resultado disso mesmo é um indicador de qualidade de serviço da própria entidade reguladora que ao longo dos últimos anos tem considerado aquilo que é a proposta tarifária dos SMAS de Leiria como um bom exemplo daquilo que é a gestão daquilo que são os investimentos que se fazem quer na água, quer no saneamento para garantir a qualidade de serviço e obviamente apresentar uma proposta de aplicação do tarifário que seja compatível com esses mesmos investimentos. No que toca à despesa, ela é repartida pelas correntes com cerca de 22 milhões de euros e de capital de 7 milhões e 500 mil euros repartindo isto pela despesa corrente temos 3.800 mil euros para o tratamento de efluentes, neste caso apenas uma

única entidade que é as Águas do Centro Litoral repartido por duas estações de tratamento, neste caso quer as Olhalvas, quer lá em cima no Coimbrão, temos, obviamente, uma pequena ETAR que trata os efluentes da localidade do, do Pedrógão. Temos ainda cerca de 6 milhões de euros com despesas de pessoal e depois temos outras despesas como serviços de ligações e leituras de contadores com 650 mil euros, 850 mil euros também para serviços de limpeza de fossas, sarjetas e coletores de saneamento. No que toca ao plano plurianual previsional temos um valor de 23.400 mil euros, sendo que no plano de investimentos temos cerca de 7 milhões e meio de euros. Em relação às despesas no serviço de abastecimento de água, que volta a ter um investimento superior àquilo que é o investimento nas infraestruturas de saneamento, já no ano passado tivemos um investimento superior na, na rede de abastecimento de água, elencar aqui alguns desses mesmos investimentos, como seja a remodelação e ampliação das redes de águas nos sistemas em exploração, obviamente que quando chegarmos a fevereiro com a introdução do saldo é provável que algum destes investimentos seja reforçado, a execução corrente de ramais de ligação domiciliários de água, todos os dias são construídos novos, novos edifícios e, obviamente, é necessário instalar esta infraestrutura. Dar ainda conta aqui da conduta elevatória de Monte Redondo até à praia do Pedrógão com um investimento de 240 mil euros, é uma obra que está a terminar e que iremos concluir cerca de, dentro de 2 a 3 meses. Temos ainda a construção de condutas distribuidoras diversas no valor de 500 mil euros, iremos reabilitar na União de Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista condutas de água no valor de 500 mil euros, isto é basicamente na, na rua Nossa Senhora das Dores, que é a rua que atravessa o centro da Boa Vista, que liga as 2 rotundas do IC2 e que tem uma extensão de cerca de 3,5 Km, portanto, são duas condutas que irão ser reabilitadas e, portanto, têm aqui um investimento considerável de cerca de 500 mil euros. No mesmo sentido e também com a requalificação viária que vamos fazer nas, nas Figueiras dividida pela freguesia de Milagres e também pela Boa Vista iremos remodelar toda a rede de abastecimento de água com investimento de cerca de 200 mil euros e ainda fazer a remodelação e reparação de estações de tratamento de águas, reservatórios e camas de manobra com o valor de cerca de 300 mil euros. Mais associado, para além da substituição das redes de abastecimento, temos a aquisição de computadores e sistemas de telemetria com investimentos superiores a 1 milhão de euros que contribui de forma muito positiva àquilo que são as perdas de água na nossa rede bastante extensa. No que toca às despesas de serviço de saneamento de águas residuais o investimento previsto é de cerca de 7.300 mil euros, destacaria aqui a rede de drenagem de águas residuais na Aroeira com um valor de 570 mil euros, isto vai estar incluída numa empreitada que está já em concurso relativamente à requalificação de um troço da 109-9, uma estrada recentemente entregue

pelas Infraestruturas de Portugal entre a Aroeira e praticamente a localidade do Coimbrão e, portanto, este investimento está associada a toda essa pavimentação que irá fazer neste troço que referi. Ainda algumas outras intervenções na área do saneamento, algumas delas estão em curso, como é o caso da Ínsua, Pingarelhos e Colónia Agrícola na freguesia de Milagres e depois a outra parte nas Figueiras onde iremos também fazer um investimento também na construção da rede de saneamento nas Figueiras que, como disse há pouco, reparte-se entre freguesia de Milagres e também da Boa Vista. Referir ainda a execução de ramais de esgotos com cerca de 200 mil euros, rede de coletores nos restantes sistemas, portanto, são prolongamentos que se fazem ao longo das freguesias com um valor previsto de 300 mil euros e também a própria remodelação da rede de coletores que tem aqui um valor ainda baixo porque a rede de saneamento do concelho é relativamente recente e, portanto, ainda tem um valor consideravelmente baixo no que toca àquilo que é a manutenção da rede de coletores. Dar ainda conta aqui de várias estações elevatórias a fazer no concelho no preenchimento de pequenas bolsas que temos de saneamento, tenho aqui o exemplo da estação elevatória do Bolhão, na zona central da freguesia de Milagres, cuja rede de coletores já existia há vários anos e depois de ultrapassadas algumas dificuldades na negociação de terrenos primeiro tentámos que, que fosse um coletor gravítico, não foi viável, e construímos esta estação elevatória que irá estar em funcionamento ainda antes do final deste mesmo ano. No que toca à gestão ambiental da bacia do Lis e decorrente daquilo que é a pressão urbana, pressão agrícola também, também o desenvolvimento económico aquilo que era anteriormente a adesão não tão elevada do serviço de ligação à rede de saneamento, os SMAS têm feito grandes investimentos na rede de saneamento ao longo dos últimos anos, fomos sempre o município, fomos sempre a entidade gestora que mais investimento fez na rede de saneamento, independentemente de haver apoios comunitários ou não, foi sempre uma prioridade para os serviços e para a câmara fazer os investimentos que consideramos essenciais para garantir a qualidade de vida dos nossos munícipes e também a melhoria da qualidade ambiental do nosso, do nosso território isso obviamente contribuiu para o aumento da taxa de cobertura que neste momento se cifra nos 95%, obviamente que o investimento dos restantes 5% tem um custo avultado, mas iremos continuar a fazer esses mesmos investimentos nas tais pequenas bolsas que nós vamos tendo pelo, pelo concelho. Falei da taxa de cobertura também a taxa de acessibilidade física ao serviço de saneamento também aumentou nos últimos anos e neste momento já está em cerca de 92%, dando conta ainda também já da extensa rede de coletores que nós temos no concelho já praticamente no ano de 2024 já irá passar dos 1300 Km de extensão e temos mais de 6 milhões e meio de metros cúbicos de volume recolhido e que depois é posteriormente

tratado nas respetivas estações de tratamento das Olhalvas e também no Coimbrão. Dar aqui uma breve nota daquilo que tem sido a evolução do resultado líquido do exercício, houve aqui uma transição a partir do ano de 2015, os resultados têm sido sempre positivos, este valor não é devolvido à câmara é reinvestido naquilo que são as obras e outros serviços necessários para o bom desempenho desta, dos SMAS. Relativamente também ainda ao equilíbrio financeiro isto obviamente que está relacionado com a redução das perdas de água, estamos a trabalhar de forma bastante intensa na pesquisa ativa de fugas, no ano passado fizemos análise a cerca de 1500 Km e, portanto, iremos continuar este trabalho de deteção de fugas que não são visíveis a olho nu, é muita água que é perdida sem ser visível à superfície, portanto, iremos continuar a fazer este mesmo trabalho de deteção de fugas. Para a redução de perdas de água continuamos também a fazer a reparação das várias avarias, construção de zonas de medição e controlo, no fundo é definido um perímetro numa determinada área para verificar qual é a água entrada e saída e aí conseguir aferir melhor onde é que poderão haver perdas de água, o mesmo acontece com a construção de válvulas redutoras de produção, combate ao uso fraudulento, reabilitação das condutas de água e também substituição de contadores. Aquilo que tem sido a evolução de água não faturada obviamente não são, não são resultados muito positivos, mas isso não retira aquilo que é a nossa, a nossa preocupação e aquilo que é nossa intenção, aquilo que é o nosso objetivo muito claro nos próximos anos, isso vai-se refletindo naquilo que é o maior investimento que estamos a fazer na rede de abastecimento de água, nós temos desde 2010, ano este em que foram definidos os critérios que ainda hoje se mantêm para definir o que é que é a água não faturada, e já tivemos valores muito acima dos 37, 38, chegámos a ter 40, 42% em 2013 e 2014, respetivamente. Nos últimos 2 anos temos vindo a reduzir, em 2021 tivemos 37,33, em 2022 35,03 e o ano está a acabar, ainda não temos os resultados finais, mas tudo indica que iremos ter uma redução considerável de 35 para 31%, são 4%, é fruto daquilo que tem sido o investimento e o trabalho responsável por parte dos serviços no combate às perdas de água, a nossa expectativa era para, é para que nos próximos anos continuemos a baixar de forma considerável os volumes de, de perdas de água que temos no concelho, volto a referir que temos a rede mais extensa do país, muita dela já antiga e, portanto, esta dificuldade acrescida, mas que não nos retira esta expectativa de nos próximos anos continuar a baixar estes níveis de perdas de água. Há ainda um contributo através do aumento da eficiência energética e para isso vamos continuar a substituir grupos de bombas, mudança de layout dos sistemas de abastecimento, instalação de painéis fotovoltaicos, instalação de lâmpadas Led e também a remodelação do sistema de AVAC do próprio laboratório dos, dos SMAS, ainda para, para a sustentabilidade da organização controlo de gastos, plano de manutenção preventivas,

planeamento na aquisição de bens e serviços, controlo da dívida e também ações de fiscalização para verificação das condições de ligação à rede pública de água e saneamento. Portanto, os nossos desafios para o ano 2024 e seguintes é garantir a adesão de todos os utilizadores ao sistema de abastecimento quer de água, quer de saneamento de forma a que os custos do serviço possam ser suportados por todos os utilizadores de forma equitativa e adequadamente ao serviço prestado. Pretendemos ainda garantir a sustentabilidade económica e financeira dos SMAS com a recuperação integral dos custos por via tarifária e garantir a eficiência na prossecução do serviço prestado e, desse modo, uma maior disponibilidade financeira para a realização dos investimentos necessários.”

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE (Interpeleção à Mesa)

Gravação impercetível.

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Muito bem, muito bem, senhor deputado.

Eu, eu, com certeza, com certeza, com certeza, com certeza. Eu compreendo isso perfeitamente e está-me aqui o 1º Secretário a dizer que, garantidamente conhece o Regimento melhor do que eu, está previsto no Regimento a extensão destes pontos, mas ainda assim, mas ainda assim e, portanto, aí, aí, obviamente, como sabe, se está previsto é regimental e, pronto. De qualquer das formas, oh senhor deputado deixe-me, de qualquer das formas deixe-me dizer-lhe o seguinte, tem sido filosofia desta Mesa, tem sido filosofia desta Mesa ser complacente ou mais complacente possível em relação, enfim, não só à apresentação destes pontos, como às intervenções, aliás, o senhor deputado também sabe que muitas vezes essa complacência é feita para consigo, como sabe, muitas vezes e eu podia-lhe dar aqui muitos exemplos de muitas vezes em que isso acontece, portanto, tem sido uma filosofia adotada que me parece a mim consensual, não cortarmos a palavra, tentarmos dar o máximo de palavra aos grupos parlamentares para que, de facto, possam expôr. É evidente que se, se colocar esse problema temos de colocar esse problema de forma uniforme, não pode ser só para os pontos de apresentação do Orçamento, temos de começar a ser então mais rigorosos em todos os pontos, em todos os tempos, antes da ordem do dia, na ordem do dia vamos ter que começar a fazer isso. Eu estava a evitar, como compreende, com essa complacência e com esta filosofia que adotámos e que eu penso que é, que é transversal do ponto de vista consensual a toda a Assembleia, agora se me disserem que está mal, temos que adotar outra metodologia então tem que ser uniforme, não pode ser só para apresentação de pontos, só para rebater os pontos, tem que ser para tudo. Eu, eu acho, eu se me permite, eu acho que podemos continuar a utilizar a mesma metodologia, porque ninguém, podemos continuar e, portanto, garantidamente

sei que o senhor deputado é uma pessoa neste aspeto muito aberta e, portanto, garantidamente que concordará comigo, de certeza. Muito bem, muito obrigado, muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Pereira de Melo – PSD

Transcrição:

“Pereira de Melo, PPD.

*Antes de iniciar a discussão do ponto gostaria de, na sequência do exposto ali pelo nosso colega do Bloco de Esquerda, tecer uma pequena consideração. O senhor Presidente da Câmara após falar nunca nós temos oportunidade de voltar a falar. O que sucede é que depois o órgão deliberativo que é esta Assembleia Municipal acaba por ser gerido pelo órgão executivo. Neste momento tem 47 minutos do órgão executivo contra 41 minutos ou 42 do deliberativo e na realidade temos que ver que este órgão é minoritário em deliberação porque os senhores Presidentes das juntas são executivos também. Portanto, esta Assembleia é quase totalmente dominada pelo órgão executivo. No que respeita à resposta anterior, o senhor Presidente da câmara ao falar do TGV de alta velocidade diz que o PSD que está, que impôs certas situações, mas nós podemos chamar a atenção do senhor Presidente da câmara no que temos neste momento. Em Coimbra, em Coimbra temos uma extensão, uma estação que é Coimbra A é que está fora da cidade ou estava antigamente e temos Coimbra B e neste momento, Coimbra B e Coimbra A é a nova, tem razão, neste momento o TGV passa, irá passar em Coimbra A. Aveiro, Aveiro tem uma estação única, passa o TGV por dentro. Sucedo que, neste momento, o Alfa ao aproximar-se de Aveiro aí uns quilómetros reduz a velocidade fortemente mesmo que não pare em Aveiro. **(Presidente Assembleia Municipal – Oh senhor deputado, deixe-me só fazer-lhe uma pergunta, deixe-me só fazer uma pergunta, permita-me senhor deputado, permita-me que lhe faça uma pergunta, é conscientemente que está a fazer a sua intervenção? Porque estamos dissonantes em termos de pontos)** Não é só uma, por o PSD ter sido aqui acusado de estar aqui a pôr certas coisas e não ter direito a resposta **(Presidente Assembleia Municipal - mas pronto, como começou por dizer que o Executivo tinha mais tempo de apresentação do que o órgão deliberativo e como agora está a falar de outro ponto completamente diferente eu pensei que não estava a falar da mesma coisa.)** Pronto, então deixarei esse assunto. Vamos então para o Ponto 2.2, demonstrações orçamentais previsionais para 24/28, demonstrações financeiras previsionais, mapa de pessoal, etc. Relativamente a este ponto importa referir que o investimento do SMAS para o próximo ano em termos de capital vai ser reduzido em cerca de 1,7 milhões de euros relativamente ao ano anterior. Ora numa altura em que falta investir em grande percentagem de perda de água, verificámos ainda agora que ela é mais*

ou menos estável desde, anda nos 30 % desde o tempo do PSD, que governava no tempo do PSD até ao momento atual (gravação impercetível) Não calcularam, pronto. No início, andava nos 30%. Ora, se vai haver um aumento de 3,3% na tarifa porque motivo temos aqui uma redução de 1,7 milhões quando podíamos investir isto na telemedida, em contadores de telemedida que permitiria facilmente descobrir onde havia perdas, isto em tempo real, praticamente. Eu conheço câmaras como a de Vilamoura que tem telemedida porque os contadores estavam dentro de casa e nem podiam medir. Eu não sou muito favorável à telemedida porque isso significa despedir pessoas, mas por outro lado a eficiência de leitura na telemedida é muito superior por isso não vejo porque é que a câmara não utiliza mais dinheiro na compra dos contadores não a nível de casa, mas também a nível da rede para detetar rapidamente estas perdas, 30% são muito elevadas e a água começa a ser um bem essencial. Ora, outra coisa que nós estamos aqui é votar um orçamento para o próximo ano. O senhor vereador acabou de apresentar aqui uma coleção de coisas para o futuro que não estão no orçamento, porquê? Porque vai integrar no futuro esse orçamento, então das duas uma, ou estamos aqui para aprovar este orçamento ou para aprovar um orçamento que cá não temos e que irá aparecer no futuro. Seria interessante, já se passou o mesmo com o orçamento da câmara, que também vai em janeiro ou fevereiro integrar uns bons milhões e estamos aqui a discutir números que não têm praticamente sentido perante o futuro e que realmente era conveniente que com o dinheiro existente é necessário para o Tribunal de Contas haver um orçamento, compreendo, mas não custaria nada a câmara pôr aparte uma informação do que pretende para o futuro, quando integrar para termos um orçamento realista porque este orçamento, eu não posso votá-lo porque os objetivos que lhe foram apresentados não correspondem ao orçamento. Ou estou a votar meramente um exercício do Excel e então pode lá pôr os números que quiser que não, não interessa para nada, o Excel bate certo, a soma, ou então não nos apresenta isto, digam-nos a realidade do que é que pretendem fazer, do que é que se vai fazer para que a gente saiba no próximo ano quer a nível de câmara, quer a nível dos serviços municipalizados com o que vamos contar senão aqui prometem uma coisa que depois não se sabe se realizam, se não realizam e assim não podemos votar um orçamento destes a favor porque votar um orçamento é votar contas, contas que não correspondem à realidade futura. Há aqui qualquer coisa que não bate certo. Tenho dito.”

Intervenção do senhor Presidente da UF de Colmeias e Memória – Artur Santos

Transcrição:

"Artur Santos, Presidente da União de Freguesias de Colmeias e Memória.

Eu, se me permitem, vou fazer aqui uma intervenção no sentido daquilo que ouvi da parte daqui do senhor vereador afeto aquilo que é a parte do saneamento e também daquilo que

ouvi há bocadinho da parte do senhor Presidente da Câmara em que a União de Freguesias de Colmeias e Memória estava a sofrer ou estava a ter um investimento nestes últimos tempos, até maior do que outras freguesias não só na área do saneamento, mas também noutras áreas. Sobre as outras partes não vou referir, mas sobre a parte do saneamento eu quero dizer que em 2009 a União de Freguesias ou neste caso na freguesia de Colmeias não tinha saneamento, zero. Em contrapartida, muitas outras freguesias se não tinham a sua totalidade do saneamento andava lá próximo. A verdade é que no presente eu tenho cerca de 20% da área ligada na área de saneamento na freguesia de Colmeias, em Memória zero. O que é certo é uma coisa, isto preocupa-me, eu não tenho culpa de todo que na minha freguesia, com 46 quilómetros quadrados, ou na minha união de freguesias com 46 quilómetros quadrados tenha 47 lugares. Eu não tenho essa culpa. A verdade é que eu vejo inclusivamente noutras freguesias, que tiveram os seus investimentos, e a freguesia de Colmeias e Memória na área de saneamento nunca ninguém lá investiu, é natural que agora se devesse investir na freguesia de Colmeias na reposição da parte daquilo que falte em termos de saneamento. A verdade é que eu vejo e, aliás, eu tive oportunidade inclusivamente de falar isso com o senhor vereador em 2011 quando a minha freguesia recebeu na altura 715 mil euros de investimento na área de saneamento ou de uma outra freguesia ao lado que tem um terço da nossa área ou da área, na altura, da freguesia de Colmeias recebeu 2.200 mil euros de investimento. Portanto, se nós temos recebido algum investimento e porque é nosso por direito e que deveria de ser até, no meu entender, feito o investimento tendo em consideração aquilo que é lugares importantíssimos como é o caso de Valongo, Casal do Monte. Feijão, a parte de Igreja Velha, a parte, digamos, de Confraria, e Gracios, áreas que, enfim, têm muita população, apesar de diversa, de dispersa são freguesias que não têm praticamente investimento na área de saneamento e, aliás, eu questiono-me a mim próprio, porque já sugeri por várias vezes em que a rede de saneamento deveria ser ligado ao coletor de Pombal, isto na área de Confraria e Igreja Velha e Gracios, inclusivamente parte da estrada da Bouça, e a verdade é que andamos aqui num impasse, foi feito um coletor na estrada que foi feita recentemente, concluída recentemente, um coletor pluvial, pluvial, desculpem, de saneamento e que ainda não se encontra ligado e que possivelmente quando for para ser ligado já está tudo obstruído. E já agora, sobre a rede de águas, aquilo que eu constato dentro da minha freguesia, eu falo pela minha freguesia, uma grande parte digamos da intervenção onde está a ser feito agora o saneamento devia ser feito também uma intervenção na reposição da rede de águas que é ruturas praticamente constantes. Aquilo que eu constatei é que estão a colocar saneamento, mas não estão a fazer a reposição da rede de águas, o que é um erro crasso porque ao fazer o asfalto nessas próprias vias, são vias com 3 metros de largura se tanto,

o que vai acontecer é que o pavimento vai-se danificar todo e vai haver através das ruturas e acaba por ser um investimento, enfim, praticamente nulo. Obrigado.”

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

“Boa noite. Joana Cartaxo, PCP.

Há um ano, na apreciação dos documentos para 2023, deixámos aqui registado que nos aprazia ler a proclamação de manter e valorizar a água como bem público essencial de gestão municipalizada e de que Leiria necessitava de um serviço público de água e saneamento com recursos humanos suficientes. Afirmámos então que se tratava de um avanço em relação a tempos recentes, acrescentávamos, porém, que íamos estar atentos para ir acompanhando a concretização destes enunciados e verificar se havia tradução na realidade e em que medida. Um ano depois e o montante já previsto para o saldo de 2023, 2 milhões abaixo de 22, mas na mesma um impressionante valor de praticamente 15.300 mil euros aí está para demonstrar que ano após ano se mantenha o ritmo de investimento muito baixo, muito abaixo do necessário. Falta de vontade ou inépcia da gestão é indiferente porque o resultado é o mesmo e prejudica o desenvolvimento do concelho, a qualidade de vida das populações e do ambiente. É, portanto, ajuizado continuar a afirmar que pelo historial e pela falta de medidas nesse sentido a gestão se altere e isso se traduza em mais obra. Entretanto, continuam as rotundas frequentes com enorme desperdício de um bem tão precioso e não, desculpem, exato, e não se vislumbram medidas adequadas para reverter este estado das coisas. O PCP volta a afirmar que é necessário planeamento e um plano específico com programação para ir renovando metódica e continuamente a rede de água do concelho, não é aceitável que por falta de se fazer o que é necessário se continue com níveis de desperdício de rede de 30% ou mais e se levar, finalmente, a rede de saneamento a todo o concelho. Também não é aceitável que a água faturada seja menos 70% da água que entra no sistema, mesmo se excluirmos as fugas da rede mantém-se um nível elevado de água por faturar e é ainda necessário que se conclua a rede de saneamento, não vemos sinais nestes documentos que, de que a política e a gestão venham a sofrer uma mudança de agulha, os projetos arrastam-se no tempo com como tem sido hábito, é necessário e objetivamente possível fazer mais e num ritmo mais célere, a população vai continuar a pagar preços altos pela água e esgotos porque a insuficiência da gestão ao longo destas dezenas de anos com responsabilidades para o PS, PSD e CDS tem um preço elevado. É necessário alterar a situação, mas não vemos medidas neste sentido, por isso iremos votar contra. Obrigada.”

Intervenção do senhor deputado Júlio de Jesus – PS

Transcrição:

"Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa todos aqui presentes e que nos acompanham online, boa noite.

Estamos na presença de um orçamento financeiramente equilibrado que mantém os investimentos consistentes, para 2024 prevê-se um investimento de 7,5 milhões de euros dos quais 5 milhões serão destinados à rede de água, este valor será aplicado na melhoria da rede, redução de perdas de água e outros investimentos. Estão igualmente previstos 2,5 milhões de euros para melhorias e reforço do saneamento. O processo de melhoria da nossa rede de águas e saneamento é permanente logo longo e complexo, requer um esforço contínuo de melhoria ao longo dos anos seja em novas construções, renovações da rede ou melhorias no controlo e monitorização dos desperdícios. Este esforço tem sido consistente para garantir água de qualidade e em quantidade suficiente para toda a população e em todos os locais do nosso concelho. A cobertura da rede de saneamento é hoje de 95% do nosso concelho, uma das mais altas do país, a nossa ambição é sempre melhorar, precisamos, contudo, estar cientes das diferentes dificuldades no saneamento ainda por efetuar o que nos obriga a gerir os investimentos com elevado critério. As perdas de água em outubro de 2022 estavam nos 36,9%, uma redução de 1% em relação a 2021, encerrámos 2022 com 35% e agora estamos em 31%, uma redução de 4%, um resultado, em nosso entender, muito positivo, é resultado da clara prioridade dada a este tema e dos investimentos realizados. A média nacional conhecida é de cerca de 28,5% o que nos coloca numa posição próxima da média nacional tendo Leiria uma das maiores redes do país. Importa referir que nestes valores também se incluem a água disponibilizada, e muito bem, para o combate aos incêndios no nosso concelho. As perdas de água são um desafio comum a grande parte dos municípios. Em Leiria, devido à extensão da rede, as probabilidades de roturas e perdas associadas são maiores. Embora as nossas perdas de água sejam superiores ao ideal devemos reconhecer que a realidade nacional é semelhante e em muitos casos favorável a Leiria na análise comparativa com municípios de dimensão idêntica ao nosso. O nosso objetivo é continuar este processo de melhoria convergindo para valores idênticos ao dos melhores exemplos. Os investimentos necessários para melhorias continuam a ser realizados como, por exemplo, o investimento em pesquisa ativa de fugas, reparação de avarias, instalação de equipamentos de medição de caudal e de válvulas redutoras de pressão, além do constante combate ao uso irregular da água e a reabilitação de condutas das mesmas. Os investimentos nas redes de abastecimento de águas e saneamento continuam com este orçamento, são bastantes que eu vou-me abster de destacar porque o senhor vereador já teve oportunidade de falar neles anteriormente. No entanto, também reconhecemos que muitas vezes as obras não são executadas tão rapidamente como é o nosso objetivo, muitas vezes devido às dificuldades das empresas

de obras públicas no atual contexto, como seja a escassez de materiais, de mão de obra para a sua execução, além de que os próprios valores de adjudicação em contexto de inflação sobrem uma forte, e criam uma forte dificuldade às empresas e aos valores a negociar. Por outro lado, há um forte investimento também na sustentabilidade ambiental, incluindo a melhoria da eficiência energética por meio da substituição de equipamentos, mudanças no layout do sistema de abastecimento, instalações de fontes de energias renováveis. A melhoria contínua da comunicação com os clientes também resulta neste caso numa maior eficácia na nossa prestação de serviço. Quanto ao aumento das tarifas, o aumento das tarifas afeta a todos diretamente, mas que é necessário contextualizar. Prevê-se uma atualização de 3,3% para 2024 alinhada com a taxa de inflação indicada pela ERSAR. É muito importante referir que este valor não foi atualizado nos últimos 8 anos e a câmara suportou sempre os custos adicionais até à presente data. Esta atualização reflete o que foi aplicado pelas entidades fornecedoras de água em alta sem refletir, contudo, a atualização de outros custos como seja um aumento resultante do aumento da inflação e da despesa com o pessoal. Apesar do esforço adicional para as famílias, que reconhecemos, o aumento médio estimado é de 80 cêntimos por mês totalizando, em média, menos de 10 euros ano para cada família, isto comparado com valores que sempre as famílias já pagavam em 2015, data da última atualização. É importante mencionar que estamos atentos às questões sociais e o SMAS apoia as famílias mais carenciadas com a tarifa social que se encontra em vigor. Por outro lado, também temos a isenção do pagamento de ramais até 20 metros, isto em vigor desde 2017. Termino lembrando que sem equilíbrio financeiro que permita a sustentabilidade económica a continuação do investimento seria colocado em causa bem como a qualidade do serviço e da água. Obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Hilário Estrada – PSD

Transcrição:

“Boa noite, mais uma vez.

A minha intervenção não tem nada a ver com a contestação das prioridades nem orçamento do SMAS tem a ver com uma questão muito simples para todos. Naturalmente, haverá aqui deputados municipais que quando nasceram, independentemente da idade que possam ter, quando nasceram já tinham saneamento às suas portas, à porta dos seus pais. Neste momento ainda há em muitas freguesias, como referiu o Artur Santos, que, com falta de saneamento. Percebo por inteiro as preocupações, as prioridades do SMAS, mas não podia ficar acolá sentado na cadeira sem saber e gostaria que me fosse explicado para quando o resto da cobertura de saneamento, como referiu o Artur Santos, outras freguesias que não têm, por exemplo, que ainda não têm cobertura de saneamento, Bajouca, Souto da Carpalhosa, Bidoeira de Cima, julgo que Monte Redondo também não, portanto, isto eu não

quero entrar em conflito com qualquer Presidente de junta não é nada disso, gostaria de sair desta sala hoje e saber para quando a previsão do saneamento ou do resto da cobertura de saneamento destas freguesias. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor Vereador Ricardo Santos

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Começaria pela intervenção do senhor deputado Pereira de Melo. Como eu tinha referido na, na apresentação do orçamento, obviamente que quando for a introdução do saldo há aqui um conjunto de investimentos que vão ser reforçados e como é natural e porque fui abordado pelo tempo que despendi para fazer esta apresentação muito extenso, obviamente, não estou aqui a falar de todos os investimentos que estão nos documentos que vos foram distribuídos atempadamente e, portanto, acho que, acho que é entendível que elenco aqui basicamente os investimentos principais e não todos.

Relativamente à intervenção do senhor Presidente Artur Santos, da União de Freguesias de Colmeias e Memória, em 2009 já havia saneamento na freguesia de Colmeias, Agodim, eu tinha acabado de entrar na, na câmara e sabia perfeitamente que Agodim, e o Presidente também sabe, que Agodim já tinha saneamento, mas não me parece que é o aspeto mais importante da sua intervenção porque acho que não é totalmente correto fazer comparações com outras juntas de freguesia, se tem mais investimento ou ou se não tem investimento, a lógica dos serviços e da câmara é pensar no território como um todo e não é estar a fazer comparações entre as freguesias, mas deu até o exemplo de uma freguesia vizinha. A freguesia vizinha que teve um investimento de 2,2 milhões de euros, que foi o maior investimento na altura na rede do concelho, foi também contemplada a freguesia de Colmeias nessa empreitada de 2,2 milhões de euros, obviamente, é uma fatia mais, mais pequena, mas nessa empreitada que o senhor Presidente refere também teve uma intervenção na freguesia de Colmeias, nomeadamente na localidade do Barracão, Barracão, localidade essa que está neste momento a ser intervencionado e é neste momento das intervenções que os SMAS está a fazer na rede de saneamento cujo custo unitário de ramal é o valor mais elevado, não é por isso que a câmara ou os SMAS deixa de fazer esse investimento na localidade do Barracão e obviamente que por todo por todo o concelho, e também respondendo já de forma direta ao senhor deputado Hilário Estrada, falou aqui da freguesia da Bajouca, das Colmeias, Monte Redondo, nós temos praticamente todas as freguesias que ainda temos bolsas que não têm saneamento. Começaria por ordem alfabética, Amor, Arrabal, talvez a freguesia de Leiria tenha uma cobertura de 100%, mas até mesmo os Marrazes tem pequenas bolsas que não tem saneamento, portanto, cobertura de 100% também acho que é uma utopia e, portanto, não me ficaria bem aqui

estar a dizer que vamos ter uma taxa de cobertura de 100% nos próximos 2, 3 anos, acho que era estar a enganar os munícipes e eu não, não, não tenho essa, não tenho essa, essa postura e só responder aqui à senhora deputada Joana Cartaxo sobre o suposto, a suposta inércia naquilo que toca ao investimento. Eu convidava a senhora deputada a elencar apenas um único município ou uma entidade gestora do país que tenha feito mais investimento na rede de saneamento do que a câmara de Leiria ou os SMAS de Leiria nos últimos 8 anos, é um convite que fazia regularmente aos senhores vereadores do PSD, quando se discutiu este assunto na câmara e nunca obtive qualquer resposta, portanto, convido a senhora deputada a elencar um município que tenha feito mais investimentos do que o município de Leiria tem feito nos últimos 8 ou 10 anos porque evoluiu de uma taxa de cobertura de 70% para os atuais 95% tendo já quase praticamente 1300 quilómetros, acho que é obra feita e acho que de inércia deve ter muito pouco. Muito obrigado.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 2.2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **37 votos a favor** (33-PS, 3-PSD, 1-CDS-PP/MPT), **8 votos contra** (7-PSD, 1-PCP) e **4 abstenções** (2-CHEGA, 1-BE, 1-IL) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente a **Demonstrações Orçamentais Previsionais 2024-2028. Demonstrações Financeiras Previsionais, Mapa de Pessoal, Plano de Formação, Perfis de Competências e Relatório da Proposta de Orçamento dos SMAS de Leiria para 2024.**

Ponto 2.3 – Plano de Atividades e Orçamento para 2024 do Teatro José Lúcio da Silva - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, dado o adiantado da hora, prescindiu da apresentação detalhada mostrando-se disponível, no entanto, para esclarecer alguma questão.

Intervenção do senhor deputado **Pereira de Melo – PSD**

Transcrição:

"Pereira de Melo, PPD.

Ponto 2.3, Plano de Atividade e Orçamento para 2024 do Teatro José Lúcio da Silva. Pretende o presente plano de atividades e orçamento ser aplicável também à futura empresa municipal a constituir destinada a gerir os teatros José Lúcio da Silva, Miguel Franco e Cineteatro de Monte Real. O plano de atividades apresentado possui uma estrutura semelhante ao utilizado nos anos 20/22 e 20/23 pelo que na sua essência já foi objeto desta Assembleia Municipal. Existem, contudo, alguns aspetos que marcam especial reparo. Vejamos, na página 10, a tabela de preços, última coluna onde diz noites o cálculo não

parece certo, pois, em 24 horas temos 12 horas de dia e 12 horas da noite. Aplicando a tarifa do dia, que é 75€, vezes 12 dá 900€, as 12 horas da noite a 100€ dava 1200 euros, portanto, o total completo devia ser de 2100€ e não 2400€ que se, que se vai aplicar num dia inteiro. De contrário, estamos a aplicar a um dia inteiro a tarifa da noite. Acho que não, não é lógico uma situação destas e havia necessidade de realmente dividir a parte do dia e noite pagando durante parte do dia a tarifa do dia e durante a parte da noite a tarifa da noite porque pode suceder que a tarifa do dia e à noite não haver utilização, portanto, não vejo porque motivo se está a aplicar durante o dia uma tarifa diferente a quem fica durante a noite, não parece lógico nem moral. Na página 15, a precisão de um aumento de 1500 para 25 mil espectadores para o Teatro Miguel Franco parece-me um pouco excessiva, mas como é uma previsão tudo é possível. Página 18, a manter a previsão de 25 mil, não, de 2500 espectadores para o Cineteatro de Monte Real indicia falta de dinamismo em relação ao funcionamento desta unidade. A abertura das termas, segundo é dito aí, talvez dinamizasse, mas isto não tem a ver com a câmara, suponho que é privado. Página 31 e seguintes, a especificação das despesas previsíveis por fatura de 2024 até ao centavo, essas faturas estão, a faturação está expressa até ao centavo pretende mostrar que certas contas não têm o mínimo significado, apenas mostra que os valores apresentados não representam mais do que um exercício matemático de contabilidade. Esta conclusão pode ser comprovada através da análise do mapa da página 33 onde os dados relativos a 2024 estão em milhares de euros e relativos a 2025 e 2026 vão até um cêntimo, isto não tem cabimento. Porque é que para o próximo ano a incerteza está em milhares de euros, mas para os anos que se seguem, 25 e 26, já existe precisão até ao cêntimo, isso significa que este trabalho foi feito um pouco em cima do joelho porque realmente estamos novamente perante uma contabilidade que é muito duvidosa, é muito ao acaso, nuns sítios é extremamente precisa, ao cêntimo, noutros sítios é vaga, portanto, isto não tem grande, este trabalho não tem grande qualidade.”

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE

Transcrição:

"Senhor Presidente, muito rapidamente. A minha questão prende-se com a criação da empresa municipal que foi aqui votada no passado dia 22 de setembro. Na altura tivemos aqui uma explicação que foi dada por um colega advogado que teve, fez o favor de vir aqui explicar e uma das duas razões que ele apresentou para a criação da empresa municipal e não para a integração do Teatro José Lúcio da Silva enquanto empresa do município prendia-se com a questão dos trabalhadores. Havia uma questão que era discutível e prendia-se com a questão dos trabalhadores e com o facto de os trabalhadores estando sujeitos à integração, os técnicos que aqui estão hoje ajudar-nos nesta Assembleia,

estariam limitados a ganhar pouco mais que o ordenado mínimo sendo que com a criação da empresa municipal passariam a ganhar ou poderiam passar a ganhar o equivalente a 1200, 1500€ que é o preço de mercado. Eu verifico que houve um aumento nos vencimentos, mas que estão muito longe destes 1200 e 1500€ de que falava o estudo e que alicerçou um pouco a nossa votação no sentido da criação da empresa municipal. Assim, gostaria de perguntar para quando está ou se está previsto o aumento destes trabalhadores para os níveis de mercado de acordo com o estudo que nos foi apresentado. Também relativamente à criação desta empresa municipal terei sido o único a reparar que no relatório do ROC há um último parágrafo, não se assustem com os últimos parágrafos, mas há um último parágrafo que diz: ". Devemos, contudo, advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes." Parece-me a mim que este último parágrafo do ROC põe um pouco em causa o parecer que nos foi aqui apresentado e gostaria de saber se se debruçaram sobre isso. Muito obrigado."

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Relativamente às intervenções da melhoria do documento, a sua, a sua clareza, a sua qualidade eu aceito isso como uma sugestão válida, sim, podemos melhorá-lo não só na questão da apresentação, mas torná-lo mais completo e vencer aqui algumas, algumas imprecisões no que diz respeito aos critérios utilizados, os arredondamentos e outros porque acho que o documento merece da próxima vez estar, estar mais desenvolvido e no que diz respeito à intervenção do senhor deputado do Bloco de Esquerda, eu não tenho nenhuma indicação relativamente a esse último parágrafo, os últimos parágrafos às vezes são enganadores como a gente sabe, não é? E por isso, às vezes são motivos para grandes desgraças. Não me parece que seja o caso daquilo que o revisor escreveu no último parágrafo. Muito obrigado."

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 2.3** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **36 votos a favor** (33-PS, 3-PSD), **8 votos contra** (7-PSD), 1-PCP) e **5 abstenções** (2-CHEGA,1-BE, 1-CDS-PP/MPT, 1-IL), a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Plano de Atividades e Orçamento para 2024 do Teatro José Lúcio da Silva**.

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo - PCP

DECLARAÇÃO DE VOTO

Transcrição:

"Votámos contra porque ao contrário do que consta na deliberação da câmara Municipal que aprova os instrumentos previsionais para 2024 do município, a câmara não cumpriu o disposto do estatuto do Direito de Oposição. A afirmação da câmara não é verídica como sabemos ou como sabem os autores. Em 15 de novembro de 2023, o secretariado da comissão da concelhia de Leiria do PCP veio solicitar ser ouvido sobre as propostas dos respetivos orçamento e plano de atividades, opções do plano para 2024 conforme determina a lei. Em 23 de novembro de 2023, o senhor presidente da câmara vem informar que os serviços encontraram-se a ultimar o relatório do orçamento para o ano 2024 por forma a garantir o seu agendamento esta semana para uma reunião de Câmara Municipal de 28/11/2023 dando assim cumprimento ao disposto do normativo legal mencionado no ponto anterior. Face ao exposto e atendendo prazos legais a cumprir não será viável o acolhimento nesta data das vossas propostas para o orçamento municipal para o ano 2024. Em 24 de novembro de 23, o secretariado da comissão concelhia de Leiria do PCP respondeu ao senhor Presidente da câmara dizendo: "Exmo. senhor Presidente da Assembleia Municipal de Leiria remeteu para o grupo do PCP comunicação eletrónica para que fossem dados contributos para o orçamento e plano de atividades para 2024 invocando-se o disposto no estatuto do Direito de Oposição, como vossa Ex^a agora também evoca registando este facto como um ato democrático que não deixa de considerar a comissão concelhia de Leiria do PCP entendeu não participar nessa fase, aliás, não prevista no estatuto de Direito da Oposição porque as suas grandes propostas são públicas e frequentemente abordadas ao longo dos anos por nunca terem sido concretizadas ou concretizadas ao ritmo necessário. A responsabilidade definida da lei pela elaboração destes documentos é do órgão executivo, o estatuto de Direito de Oposição no nº 3 do artigo 5º determina que seja ouvido sobre as propostas dos respetivos orçamento e plano de atividades, opções do plano, no nº 2 do artigo 4 determinou o legislador que as relações devem ser estabelecidas diretamente e em prazo razoável com os órgãos ou estruturas representativas dos partidos políticos e demais titulares do Direito de Oposição, portanto, a câmara municipal a que preside deveria ter contactado diretamente a concelhia de Leiria do PCP, não o deveria ter feito via Assembleia Municipal. O que a lei do Estatuto do Direito da Oposição determina é que os titulares de direito, isto é, os seus órgãos e estruturas representativas têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividades. É do incumprimento do Estatuto de Direito de Oposição que o PCP pretende ser ouvido sobre a proposta e ainda saber se pode apresentar as suas próprias propostas de alteração ou a introdução de projetos e até que montante. O PCP não tem nem pode ter neste mandato autárquico responsabilidade na elaboração das propostas dos documentos citados, se a câmara municipal de Leiria não cumpriu os prazos a que estava

obrigado isso não pode ser assacado a nenhum representante eleito do PCP, em particular, e da CDU, em geral. Compete à câmara municipal de Leiria saber se pretende ou não respeitar a lei, acresce para que conste que também as propostas de instrumentos previsionais do SMAS e do Teatro José Lúcio da Silva deveriam ter sido remetidas aos titulares do Direito de Oposição, o que a câmara por mais um ano não fez e esta é a verdade. Obrigada.”

De seguida foram colocados a votação os pontos 1 a 2.3 da Ordem de Trabalhos, tendo a Assembleia Municipal de Leiria deliberado **por unanimidade** a sua aprovação em minuta, de acordo com o ponto 3 do Artº 57º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

Dado o adiantado da hora o senhor Presidente da Assembleia informou que os restantes assuntos seriam reagendados para uma outra sessão extraordinária a ter lugar no dia 22 de dezembro.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente da Assembleia, encerrada a sessão, eram **02h00** horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 60.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Catarina Isabel dos Santos Clemente, que a elaborei nos termos legais.

APROVAÇÃO DA ATA

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Leiria, em sua sessão ordinária realizada no dia 13 de dezembro de 2024, deliberou **por maioria**, com 1 abstenção, **aprovar a ata**.

O Presidente da Assembleia Municipal de Leiria
António Lacerda Sales

A Técnica Superior
Catarina Isabel dos Santos Clemente